



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 632 - DE 21 DE MARÇO A 4 DE ABRIL DE 2021 - R\$ 4,00

Brasil, epicentro da pandemia



É preciso superar a passividade, imposta pelas direções sindicais e políticas

Organizar um movimento da maioria oprimida em defesa de um programa de emergência próprio dos trabalhadores

Realizadas as três Conferências Regionais do Partido Operário Revolucionário (POR)

Chamamos os operários, os demais trabalhadores e a juventude com consciência de classe a fortalecerem as fileiras do POR



Lutemos para superar a crise de direção revolucionária, sob a bandeira dos 150 anos da Comuna de Paris

Viva as Conferências Regionais do POR!

A tarefa histórica consiste em superar a crise de direção mundial

A construção do partido revolucionário em cada país é parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista

O Partido Operário Revolucionário realizou suas Conferências Regionais entre janeiro e março. Iniciou a preparação em outubro. Dois meses depois, as principais resoluções estavam concluídas, e já se discutiam nas células os seus fundamentos programáticos, a linha política, as bandeiras e a tática. Nesse espaço de tempo, o partido desenvolvia sistemáticas campanhas, de respostas à crise sanitária, à onda de fechamento de fábricas, à destruição de postos de trabalho, à redução dos salários, à liquidação de direitos trabalhistas, ao avanço da implantação do ensino a distância. Travava a luta contra as medidas emergenciais do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional, rechaçando seu conteúdo e orientação antioperária, antipopular e antinacional. Nesse mesmo espaço de tempo, combatia a política de conciliação de classes das direções sindicais e dos partidos reformistas, cujas consequências eram e são reforçar a passividade das massas, desorientadas e assustadas com o desconhecido fenômeno da pandemia. Em particular, o POR se dedicava à luta contra o fechamento da Ford, depois de se ter empenhado na defesa da greve dos metalúrgicos da Renault e dos trabalhadores dos Correios. Ainda quando se realizavam as Conferências de São Paulo e da regional Norte, o partido se dedicava a evitar que a impostura da direção dos sindicatos dos professores paulistas causasse grandes estragos, com a sua “greve sanitária”.

As raras manifestações de rua ajudaram o POR a expor sua crítica à política burguesa do isolamento social, e a defender um programa de emergência, capaz de unificar os explorados contra as brutais consequências da crise sanitária e econômica. A sua militância aguerrida e confiante, de posse da linha política, da tática e da estratégia, procurou se colocar à frente de cada luta concreta e coletiva. Fez de tudo para participar do movimento de resistência dos metalúrgicos da Ford, intervindo em suas assembleias e divulgando nas portas de fábrica, por meio do Boletim Nossa Classe, a necessidade das centrais realizarem uma poderosa campanha nacional pela estatização sem indenização.

Foi nas condições de potente flagelo dos explorados – poucas vezes vistas, com tal magnitude, na história social do País – e de profunda passividade do proletariado, acuada e destituído de suas armas de ação e organização coletivas – os seus sindicatos –, que a militância porista, competente, convicta, disciplinada e destemida realizou suas três Conferências Regionais. Graficamente, se pode dizer que o cumprimento dessa tarefa abriu mais uma trincheira, que fortalece a luta defensiva da vanguarda com consciência de classe, em superar a crise de direção revolucionária.

A gigantesca crise mundial, que arrastou o Brasil para o

precipício econômico, e potenciou a barbárie social, tornou ainda mais claras as condições objetivas, necessárias às revoluções proletárias, à derrocada dos monopólios, à liquidação do parasitismo financeiro, e à transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. Expôs o completo envelhecimento e decadência da burguesia, incapaz de defender a vida das massas, e de proteger os países mais débeis economicamente da mortífera pandemia. Mas, também expôs a dimensão da escala a que chegou a regressão das conquistas revolucionárias do proletariado mundial.

A morte de mais de 2,7 milhões de pessoas – a imensa maioria de pobres e miseráveis – equivale a uma situação de guerra. Tanto é que configurou a maior tragédia internacional do pós-Segunda Guerra. O Brasil ocupou o lugar dos Estados Unidos, como epicentro da crise sanitária, aproximando-se de trezentos mil mortos. Os governantes – administradores dos negócios da burguesia – sapateiam por cima da montanha de cadáveres, com suas mil e tantas divergências e disputas políticas. Sequer conseguiram promover uma ação comum de combate à pandemia, por meio da vacinação. As potências e os monopólios se utilizam desse quadro tétrico, de enfraquecimento das nações oprimidas, para especular e travar a guerra comercial em torno à principal arma de controle da pandemia e de arrefecimento das mortes.

É sob essa situação mundial sombria, que a vanguarda com consciência de classe tem de recorrer – com o máximo de decisão e vontade – às conquistas programáticas, teóricas e práticas do marxismo-leninismo-trotskismo. Não há um só novo problema que expresse a desintegração do capitalismo, que não encontre resposta no marxismo. Evidentemente, as conquistas não resolvem a tarefa de conhecer detalhadamente as particularidades de cada país. Nessa tarefa, reside a responsabilidade dos revolucionários. Avaliamos que as Conferências do POR deram mais um passo nesse sentido. Penetramos um pouco mais nas leis históricas da formação do Brasil semicolonial. Entendemos um pouco mais das leis econômicas, que condicionam as crises, o bloqueio das forças produtivas, o desemprego crônico, e a miséria estrutural. Entendemos também um pouco mais das causas que impossibilitaram que a burguesia superasse o caráter oligárquico da democracia, e evitasse a mais aguda decomposição, como a que vem se manifestando, desde o golpe militar de 1964.

As Conferências Regionais expressam a construção do partido leninista. E, como tal, assinalam o caminho por onde se cumprirá o objetivo de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Carta do Partido Operário Revolucionário aos trabalhadores e à juventude oprimida

Operários denunciam os perigos de contaminação

*Que os sindicatos tomem em suas mãos a luta pela proteção dos explorados
Nenhuma dependência e confiança nas medidas dos governos!*

Com a nova onda de contaminação e mortes, operárias e operários voltaram a denunciar as más condições de trabalho e os casos de Covid-19, que acometeram companheiros de trabalho. Há inclusive denúncia de um médico que deixou seu posto na fábrica, devido à irresponsabilidade do empresário. Muito se noticia sobre os perigos das festas e pancadões, que, de fato, mostram a que ponto chegou a banalização da pandemia por uma parte da população. Mas, não se mostra o que se passa no interior das fábricas. De passagem, se mostram os “grupos de risco”, como atendentes, balconistas, caixas, faxineiras, etc. E não se condenam as gigantescas concentrações nos ônibus, metrô e trens.

O vai e vem de medidas parciais de isolamento e quarentena indica que os governos não têm como agir de acordo com a disseminação do vírus. Isso porque dependem das pressões políticas e dos interesses dos capitalistas, que tudo fazem para que seus negócios e lucros não sejam afetados. Os bilionários não abriram mão de recursos para financiar as medidas de proteção social. As multinacionais, que controlam uma importante parcela da economia nacional, não arcaram com nada. Quem está arcando com o maior sacrifício são os trabalhadores; depois vêm os pequenos e médios negociantes, que não têm capital suficiente para atravessar a crise econômica – muitos fecharam as portas.

O Plano de Emergência do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional serviram aos grandes capitalistas. O auxílio emergencial mal deu para a comida dos mais pobres. E, agora, que a crise se agravou, os governantes reduziram ainda mais o seu valor, a quantidade de pobres e o tempo de validade. O desemprego cresceu e agigantou o subemprego. É nessas terríveis condições que as mortes chegam a uma média diária de mais de duas mil pessoas.

Já se passou um ano de infame tragédia, que se abate sobre a maioria oprimida, sem que os governantes e a burguesia tenham mostrado capacidade para controlar a pandemia, e cercar de cuidados os milhões de trabalhadores que mais precisam. A centrais sindicais realizarão um isolamento radical (lockdown), no dia 24 de março, nas fábricas, fruto de um acordo com as montadoras, sindicatos patronais e com o governador Doria. Admitem reedição da MP 936, que permite aos patrões reduzirem a jornada e os salários. A Volks anunciou que fará uma paralisação em todas as suas fábricas, entre os dias 24 março a 4 de abril. Não se sabe ainda quais serão as consequências sobre os salários dos metalúrgicos.

Os assalariados já não mais suportam ser a maior vítima da pandemia, e carregar o peso das demissões, dos cortes salariais e destruições de direitos trabalhistas. O caminho a ser tomado é outro: os sindicatos, centrais e movimentos devem tomar em suas mãos a responsabilidade de organizar a luta da classe operária e dos demais trabalhadores em sua própria defesa, e contra todas as medidas que destroem postos de trabalho, aumentam o desemprego e reduzem os salários. Os explorados estão sofrendo, tanto com

a contaminação e mortes, quanto com a destruição de suas condições materiais de existência, que são os empregos e os salários.

A resposta tem de ser uma só - em defesa das condições sanitárias e das condições trabalhistas. Por isso, a burguesia e seus governantes não podem proteger a maioria oprimida da escalada do Covid-19. É urgente que as direções sindicais abram as portas dos sindicatos e os coloquem a funcionar. É urgente que abandonem os meios virtuais, que servem apenas para fazer de conta com a democracia sindical, e enganar a classe operária. É urgente que voltem a convocar as assembleias presenciais, com o objetivo comum de organizar um poderoso movimento de defesa da vida

(...) que as direções sindicais abram as portas dos sindicatos e os coloquem a funcionar. É urgente que abandonem os meios virtuais, que servem apenas para fazer de conta com a democracia sindical, e enganar a classe operária. É urgente que voltem a convocar as assembleias presenciais, com o objetivo comum de organizar um poderoso movimento de defesa da vida dos explorados e das condições materiais de existência.

dos explorados e das condições materiais de existência. Se não for assim, o lockdown das centrais não servirá à luta da classe operária, e reforçará as medidas burguesas do isolamento social.

As operárias e operários, que vêm denunciando os perigos que correm nas fábricas, se acham órfãos de seus sindicatos, e se mostram individualmente em um beco sem saída. Não há dúvida de que existe um sentimento de revolta coletiva, presa e contida pela camisa de força do sentimento de impotência individual. O rompimento dessa amarra começa por coletivizar a compreensão de classe da desgraça que abate sobre os trabalhadores, e por abrir caminho à mobilização e organização independente. Um passo que se dê nesse sentido coloca a classe operária em contraposição e choque diante da armadilha criada pelos conflitos entre Bolsonaro e a frente de governadores, liderada por Doria.

Basta de morrer como moscas nos hospitais, nas filas de pronto-socorro e em casa! Basta da politicagem em torno ao isolamento social e às vacinas! Basta de medidas burguesas emergenciais! Basta de MP's 936! Basta de demissões! Que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com os laços de colaboração, que os prendem aos interesses da burguesia e às disputas políticas entre os governantes! Que lancem uma campanha imediata pela vacina universal, a começar a ser aplicada nos mais pobres e miseráveis! Que seja uma vacinação universal, livre dos interesses privados, controlada pelos próprios sindicatos e comitês de bairro! Que as medidas de isolamento social do governo e o lockdown nas fábricas organizado pelas centrais sejam aproveitados para convocar as assembleias, e organizar a luta independente diante das manobras governamentais. Esse é um primeiro passo para que a classe operária e demais explorados tomem em suas mãos a sua própria defesa. É um primeiro passo para se lançar em defesa a um plano de emergência próprio da classe operária e demais explorados.

Nota do Partido Operário Revolucionário

Descontrole da pandemia

*Por que a burguesia e seus governos se mostram incapazes de proteger a população
E por que a classe operária não tem uma resposta própria à tormenta
A profunda crise sanitária e econômica exige um programa e a estratégia proletária*

15 de março de 2021



Assim que a pandemia foi reconhecida, em março de 2020, abriu-se uma divisão entre os governantes. De um lado, o governo federal minimizou o risco e as consequências da propagação do Covid-19. De outro, um grupo de governadores assumiu o prognóstico e as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS). O presidente Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Doria, concentraram politicamente a polarização. Inicialmente, Bolsonaro conseguiu criar uma confusão entre a ideologia reacionária do que se denominou “negacionismo”, e os reais motivos econômicos, para se opor às medidas de isolamento social e outras complementares, como o uso de máscara, etc.

No momento desse conflito, a descoberta da vacina aparecia como uma possibilidade, que levaria tempo para se concretizar. Restavam, portanto, o isolamento social, medidas de prevenção e preparação do sistema de saúde com leitos e UTIs. Medidas de tal envergadura exigiam uma campanha centralizada, coordenada e fartamente financiada pelo Estado. O que, por sua vez, implicava uma unidade política da burguesia. Unidade essa impossível, dado que o isolamento social aprofundaria a crise econômica, que se arrastava desde 2014, atingiria distintamente os interesses de setores empresariais, levaria a quebras, e elevaria a dívida pública às alturas. Caso não se aplicassem medidas drásticas de isolamento, comportamento social restritivo e gastos públicos direcionados, haveria imediatamente um eclipse da saúde pública, e seria de tal monta a mortandade, que as autoridades não poderiam administrar.

O receio de que se instalasse um caos social e se agigantassem a barbárie, já existente, obrigou uma fração de governantes da burguesia a se contrapor à leviandade de Bolsonaro e de seu grupo de generais. Iniciava-se um longo caminho de

O receio de que se instalasse um caos social e se agigantassem a barbárie, já existente, obrigou uma fração de governantes da burguesia a se contrapor à leviandade de Bolsonaro e de seu grupo de generais.

desavenças no interior do Estado e nas forças políticas que comandam o país, e de evidências sobre a incapacidade de proteger a população, principalmente os pobres e miseráveis, que constituem a maioria oprimida. A experiência com o isolamento social, praticada em todos os estados, com maior ou menor amplitude, deu sinais dos limites econômicos, quanto à necessidade de prolongá-lo, ampliá-lo e recrudesce-lo. A relação entre contaminação, mortes, isolamento social e consequências econômicas foi expondo o fundo das contradições, próprias do capitalismo em decomposição. Prolongar, ampliar e recrudesce o isolamento diminuiriam o ritmo do avanço da pandemia, mas acelerariam o ritmo da crise econômica.

Sobre essa base, Doria e governadores aliados tentaram insistir nas medidas de isolamento parcial (o máximo alcançado foi de cerca de 60%), até o momento em que setores da burguesia recorreram a Bolsonaro, para que fosse mais assertivo em sua contraposição a essa via. Não se tratava da ideologia do “negacionismo”, mas do imperativo econômico. Bastou que a pandemia tivesse um descenso, para Doria liderar a flexibilização do isolamento social. Assim, se aproximou da resistência de Bolsonaro e poderosos grupos capitalistas, no sentido de se ir desfazendo do isolamento social. A catástrofe ainda era visível e nada indicava que o descenso da pandemia se manteria, quando agudizou o choque em torno às vacinas. Depois de uma manifestação de empresários e do presidente da República, indo até o Supremo Tribunal Federal (STF), a resistência de Bolsonaro ao isolamento social ganhou amplitude. Indicou que não se tratava simplesmente de uma posição particular do governo, que se agarrava ao “negacionismo” religioso. Tratava-se das consequências econômicas que atingiam grandes, pequenos e médios capitalistas, cujas consequências se refletiriam na forma de crise política, de desmoronamento do governo Bolsonaro.

O arrefecimento da pandemia por um breve momento e as notícias sobre os resultados positivos de inúmeras vacinas mudaram o foco dos conflitos. Bolsonaro resistiu às pressões iniciais em torno à compra de vacinas, e a um plano nacional de imunização, coordenado pelo governo federal e impulsionado pelos governos estaduais e municipais. O acordo de Doria e do

Instituto Butantan com a China, para a aquisição e produção da Coronavac, desencadeou novos choques, e alargou a cisão originada com a aplicação do isolamento social. A batalha das vacinas no Brasil não passava de um reflexo da guerra comercial, encabeçada pelos Estados Unidos com a China. O que colocou ainda mais em evidência que a resistência de Bolsonaro ao isolamento social também havia sido um reflexo das posições de Trump, contrárias à orientação mundial, centralizadas pela OMS de combate ao Covid-19. A dependência de Bolsonaro às ações dos Estados Unidos explica, em grande medida, as cisões no Brasil. Assim se passou e se passa, sem que Doria e governadores aliados tenham reagido a essa dependência. Não houve uma só sombra de crítica e resistência anti-imperialista, por parte dos opositores de Bolsonaro.

O escandaloso e monstruoso embate ao reconhecimento pela Anvisa da eficácia da vacina chinesa foi se arrefecendo, na medida em que a pandemia se reerguia e se manifestava em surtos ainda mais mortíferos. A oposição arbitrária entre a Coronavac e a Oxford-AstraZeneca não se deveu absolutamente a fatores científicos. O resultado foi que se retardou a aquisição e produção interna das vacinas pelo Butantan e Fiocruz. Esse absurdo chegou a tal ponto, que se alinhou o Butantan à vacina Coronavac, e a Fiocruz à Oxford-AstraZeneca. E, por cima de tudo, a Anvisa serviu de caixa de ressonância de uma disputa, que se passou e se passa por fora da ciência. O freio imposto pela Anvisa, certamente, será avaliado mais tarde como uma ação criminoso, tal qual a do governo Bolsonaro.

A tentativa fracassada de criar uma CPI da saúde não passou de um aceno oposicionista, diante da responsabilidade do governo federal e do próprio Congresso Nacional. Responsabilidade que não exige nenhuma investigação e comprovação, a não ser para efeito das disputas políticas no interior do Estado. A retomada da crise sanitária no estado do Amazonas, em janeiro, ocorreu na situação em que a política burguesa do isolamento social havia fracassado e a guerra das vacinas estava em alta.

A derrota de Trump nos Estados Unidos repercutiria em favor das posições de Doria, quanto à superação da crise sanitária pela imunização. A guerra comercial permaneceu, e ganhou outra dimensão. Os monopólios farmacêuticos passaram a ditar o curso da nova fase, posterior à do isolamento social. Os Estados Unidos compareceram como a locomotiva da imunização e do enfrentamento à crise econômica. Para isso, Biden impulsionou a compra massiva de vacinas da Pfizer e Moderna, já decidida no governo de Trump. Assim, centralizou mundialmente o processo de vacinação, alavancou a vacina da Pfizer, e passou a ditar os próximos passos da economia mundial, com uma enxurrada de dólares, proveniente da aprovação do plano Biden, de US\$ 1,9 trilhão. A Europa Ocidental não teve alternativa, a não ser caminhar na trazeira dos Estados Unidos, em todos os aspectos.

O Brasil, neste quadro, não deu um só passo capaz de estancar a hemorragia, provocada pela pandemia, e de reverter as tendências destrutivas da desintegração econômica. Tornou-

se o epicentro mundial da crise sanitária, com a aceleração da contaminação, generalização em praticamente todos os estados, e elevação do número diário de mortes. Os governadores e prefeitos se viram na urgência de retomarem o isolamento social, uma vez que a lentidão da imunização e os conflitos em torno às vacinas permaneceram em alto tom, e o colapso da saúde pública se recolocou.

A maioria oprimida da população é que suporta o maior peso da incapacidade da burguesia e seus governantes de protegê-la. É sobre sua tragédia diária que os governantes se digladiam. Os interesses econômicos e as disputas políticas no interior da burguesia e dos seus representantes se sobrepõem às necessidades dos explorados. Nem mesmo os episódios de barbárie, como o das pessoas morrendo em Manaus, por falta de oxigênio, convenceram o poder econômico e os governantes a se unirem, em torno a um plano nacional de aparelhamento do SUS e de vacinação em massa. As condições extremamente precárias da saúde no Norte e Nordeste ensejam a avaliação de que muitas vidas poderiam ser poupadas, caso o sistema público tivesse melhor preparo. Esse é um lado bem visível da desproteção sanitária dos pobres e miseráveis. Mas, o que ressalta a questão da saúde pública é o que se passou, e vem se passando, nos estados mais ricos da federação. A retomada do surto no Sul do país, rapidamente, colapsou a saúde, ao ponto de parte dos infectados morrer nas filas de internação, e corpos serem amontoados nos containers. Nesse preciso espaço de tempo, a imprensa informou a morte de mais de cinquenta pessoas à espera de internação em São Paulo, o estado mais poderoso do país. A chamada

O Brasil, neste quadro, não deu um só passo capaz de estancar a hemorragia, provocada pela pandemia, e de reverter as tendências destrutivas da desintegração econômica. Tornou-se o epicentro mundial da crise sanitária, com a aceleração da contaminação, generalização em praticamente todos os estados, e elevação do número diário de mortes.

crise do oxigênio em Manaus se manifestou recentemente em outros estados do Norte, a exemplo de Rondônia. Não é difícil que venha a se passar em estados do Sul e Sudeste, caso se mantenha o avanço da pandemia. Essa possibilidade obrigou a Anvisa a centralizar a distribuição do oxigênio. Esse quadro tétrico, depois de um ano do anúncio do surto, é a demonstração mais clara do fracasso da política geral da burguesia, de proteger as massas e conter a pandemia, e, em particular, o fracasso da política burguesa do isolamento social.

As divergências em torno ao isolamento social e às vacinas são partes fundamentais das diretrizes gerais, que unificam os governantes, de Bolsonaro a Doria; do Executivo ao Legislativo; do Legislativo ao Judiciário. Não se pode isolar uma parte das outras, devido às diferenças, divergências e conflitos. É claro que, nas condições dramáticas das mortes, destacaram-se as diferentes orientações, quanto ao isolamento social e às vacinas. É nesse terreno de disputa interburguesa, que se ocultou o caráter geral da divisão entre as classes, do capitalismo em decomposição, das condições semicoloniais do país, do atraso econômico, das distintas condições do sistema de saúde público e privado, e do antagonismo entre a riqueza altamente concentrada e o mar de pobreza e miséria da maioria oprimida.

É nesse terreno que se responsabiliza Bolsonaro pelo “genocídio”, mas se ocultando a responsabilidade geral dos demais governantes, da burguesia e do imperialismo.

A nuvem ideológica que toldou a discussão entre “negacionismo” e “afirmacionismo” científico obscureceu a constatação fundamental de que o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a indústria químico-farmacêutica, na forma de capital e de extração do lucro, não têm como proteger a maioria oprimida, diante dos fenômenos naturais das epidemias e pandemias. Essa constatação vale, inclusive, para as potências, das quais se destacam os Estados Unidos. A alta concentração da indústria químico-farmacêutica, e a busca do lucro monopolista, obstaculizaram uma ação geral, coordenada e cooperada para combater, prontamente, em nível mundial, o surto pandêmico. A diretriz das potências de cuidarem cada uma por si, e primeiramente de sua crise sanitária, reflete as fronteiras nacionais, como uma poderosa barreira para o enfrentamento de acontecimentos tão violentos, que estremecem os pilares da economia mundial. A aquisição concentrada de quase toda a produção de vacinas, com o objetivo de elevar seu preço, e a sua utilização para a

A nuvem ideológica que toldou a discussão entre “negacionismo” e “afirmacionismo” científico obscureceu a constatação fundamental de que o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a indústria químico-farmacêutica, na forma de capital e de extração do lucro, não têm como proteger a maioria oprimida, diante dos fenômenos naturais das epidemias e pandemias.

dominação mundial são o mais alto “negacionismo” econômico da ciência, como instrumento de defesa da humanidade. O conflito da vacina na União Europeia, a tentativa de impedir seu livre trânsito, e a posição dos Estados Unidos de condicionarem a imunização dos países de economia atrasada, passando por cima do programa da OMS, dão a dimensão exata de que a barbárie se gesta, se desenvolve e se projeta nas relações capitalistas de produção e apropriação de riquezas.

A estupidez de Bolsonaro e seus militares, de condenarem ideologicamente a vacina chinesa, e, em certo sentido, a russa, não foi um simples ato voluntarista do obscurantismo, do “negacionismo”. Os conflitos ideológicos expressam a guerra comercial, não tendo nada a ver com a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e com a China revolucionária de 1949, que expropriaram a burguesia. O imperialismo e as burguesias subalternas dos países semicoloniais, como o Brasil, nunca vão deixar de temer as revoluções proletárias do passado. Mas, o problema presente está em que o processo de restauração capitalista, conduzido pela Rússia e China, por uma burocracia pró-capitalista, não se completou, de maneira que os Estados Unidos e sua aliança europeia os submetessem, de acordo com as exigências da crise estrutural do capitalismo. Tornou-se insuportável para as potências, a existência da Rússia e China, capazes de se colocarem à frente de grandes problemas mundiais, como os que emergiram com a pandemia. Não há a menor dúvida de que as travas e o atraso no combate ao Covid-19 no Brasil – e certamente nos demais países semicoloniais, ape-

sar das diferenças – expressam a dominação imperialista, nas condições particulares da combinação da crise sanitária com a econômica. Era evidente que o recurso do isolamento social não poderia barrar o avanço da pandemia, devido aos limites econômicos e suas consequências sociais. Como sendo o único recurso anterior à descoberta da vacina, teria de ser parcial em cada país, cujas condições de desenvolvimento econômico e social não eram indiferentes à sua aplicação.

O Brasil – país extenso, populoso, constituído pelos desequilíbrios regionais, e marcado pela pobreza e miséria da maioria oprimida –, inevitavelmente, teria de tomar medidas revolucionárias para combater a extensão catastrófica da pandemia. Todos os recursos econômicos, sanitários e científicos teriam de ser centralizados e regidos por um plano. O que implicaria expropriações, estatizações, quebra de patentes e mobilização da população. O capital financeiro e monopólios, portanto, deixariam de impor seus ditames e interesses à batalha para proteger a população, e vencer o fenômeno da natureza. Evidentemente, somente uma revolução proletária, dirigida pelo partido marxista-leninista-trotskista, poderia derrotar todas as variantes da política burguesa de resposta à crise sanitária e econômica, constituindo um governo operário e camponês.

As condições objetivas da crise mundial e seus reflexos particulares no Brasil expuseram o esgotamento histórico do capitalismo, e a necessidade da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, ou seja, das revoluções socialistas. É previsível que, depois dessa hecatombe, virão outras. A pandemia acabará sendo relativamente controlada (nas potências capitalistas e na China e Rússia, que concentram 70% das vacinas, enquanto nos demais países o futuro é incerto) – isso depois de ter provocado profundos danos à vida da população empobrecida e regressão das forças produtivas, principalmente nos países oprimidos e saqueados pelo imperialismo –, mas as contradições capitalistas que a potenciaram, não somente permanecerão, como se agravarão.

É reconhecido que a pandemia não gestou a crise econômica, apenas a dinamizou e a colocou em um patamar mais elevado. No Brasil, desmoronaram as tentativas da burguesia e seu governo de retomarem o crescimento, depois da mais profunda recessão de 2015-2016. As quebras generalizadas na indústria, comércio e serviço resultaram em regressão das forças produtivas, e mutilação da força de trabalho. A classe operária e demais explorados, assim, foram atingidos pela violência destrutiva das crises econômica e sanitária. Esse curso está em pleno desenvolvimento. E a burguesia não tem outra via, a não ser continuar protegendo o grande capital, e sacrificando as condições de existência da maioria oprimida.

A crise de direção é tão profunda que a necessidade e o programa da revolução proletária parecem distantes, senão utópicos. Um posicionamento classista elementar não esteve presente nos sindicatos e movimentos, de onde poderiam emergir uma resistência à política burguesa, em geral, e às suas variantes, em particular. A adaptação das direções que controlam o movimento sindical, popular e camponês à orientação burguesa do isolamento social, como se estivessem combatendo o “negacionismo” de Bolsonaro, em favor da proteção das massas, resultou em desorganização e estancamento da luta de classes, jamais vistos, desde o fim da ditadura militar. A

ampla intervenção das direções pró-capitalistas em favor da política burguesa do isolamento social foi e tem sido fundamental para os governantes e burguesia afastarem do horizonte a luta revolucionária do proletariado. Em outras palavras, a luta pela tomada do poder, estabelecimento do governo operário e camponês e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.

As centrais, sindicatos, organizações estudantis, movimentos de sem-teto e camponês, de conjunto, aceitaram tacitamente que, “para proteger vidas” contra a pandemia, era inevitável acatar as terríveis consequências econômicas, que recaíam sobre a maioria oprimida e, em particular, colaborar com a aplicação de medidas antioperárias, como a MP 936, que suspendeu os contratos e reduziu os salários. Desde 18 de março de 2020, quando as centrais cancelaram o Dia Nacional de Luta, assimilando a orientação do Estado burguês, de acabar com toda atividade coletiva das massas, se abriu um período de colaboração de classes, cujo conteúdo era e é o de assumir o isolamento social, como se fosse uma tarefa do proletariado e demais trabalhadores. Durante um ano de pandemia, cresceu a onda de demissões, o desemprego e subemprego se elevaram, a pobreza e a fome se ampliaram, e as mortes provocadas pelo coronavírus continuaram em ascensão.

Na contracorrente desse destrutivo processo, ocorreram greves, como as dos metalúrgicos da Renault e dos trabalhadores dos Correios, que permaneceram isoladas, e foram derrotadas. A Mercedes fechou uma de suas unidades, e a Ford encerrou suas atividades no Brasil. As direções sindicais e políticas, que se reivindicam dos trabalhadores, não fizeram absolutamente nada para mobilizar e organizar um movimento contra o fechamento de fábricas. A Volkswagen impôs um acordo de demissão de 5 mil operários, com a clara conivência da direção do sindicato metalúrgico do ABC. O plano de demissão de 5 mil bancários do Banco do Brasil e, agora, as demissões em função da venda de refinarias da Petrobrás, fazem parte desse quadro de grande opressão da burguesia sobre os assalariados. Não há como ocultar ou obscurecer que o ataque generalizado aos explorados e, em especial, ao proletariado fabril, pelos capitalistas, contou com a colaboração das direções, que se subordinaram à política burguesa do isolamento social, e se refugiaram no mundo virtual.

Partidos reformistas, tendo à frente o PT e os burocratas sindicais, se utilizaram do miserável auxílio de emergência, negociado entre Bolsonaro e o Congresso Nacional, para darem uma satisfação às massas, diante de sua conduta colaboracionista e traidora. Sabemos que a classe operária e demais explorados não alcançaram compreender, que não só se debatiam com a virulência da pandemia, mas também com a violência da crise econômica, sem que pudessem contar com uma direção classista, que fizesse o possível e o impossível para impulsionar a luta de classes, e organizar um movimento de independência política, frente à burguesia e seus governantes. O desarme ideológico, político e organizativo foi tão vasto, que expôs em detalhes



Praticamente, o conjunto das forças de esquerda – do reformismo ao centrismo – se submeteu às condições ditadas pela burguesia, e assim se arrastou por trás das divisões interburguesas, cujos reflexos políticos e ideológicos serviram para confundir e esmagar o instinto coletivo de revolta da maioria oprimida. Inviabilizou-se a tarefa de pôr em pé um movimento sobre a base de um programa de emergência, próprio da classe operária.

a crise de direção revolucionária. Praticamente, o conjunto das forças de esquerda – do reformismo ao centrismo – se submeteu às condições ditadas pela burguesia, e assim se arrastou por trás das divisões interburguesas, cujos reflexos políticos e ideológicos serviram para confundir e esmagar o instinto coletivo de revolta da maioria oprimida. Inviabilizou-se a tarefa de pôr em pé um movimento sobre a base de um programa de emergência, próprio da classe operária. Sem que se contrapusessem as reivindicações das massas ao programa de emergência do governo, não havia alternativa, a não ser a de se submeter à condução burguesa da crise sanitária e econômica.

Nesse preciso momento, quando se agrava a crise sanitária, e o conflito dos governadores com o Bolsonaro se eleva, a CUT e movimentos sociais convocam um “lockdown dos trabalhadores em defesa da vida”, para o dia 24 de março, cuja orientação é a de ficar em casa e “refletir sobre o que acontece no Brasil”. Afirmam que o objetivo não é apenas o de realizar o isolamento social, mas também o de reivindicar a vacinação a todos. Dizem que assim se estará lutando pelos empregos, contra a carestia, privatizações, e pelo “Fora Bolsonaro”. Os burocratas da CUT advertem que o “lockdown” não é uma greve geral. Isso porque a “greve geral pressupõe atos, manifestações, piquetes, o que no momento seriam atos irresponsáveis, por causa da pandemia”. Não há melhor testemunho de seguidismo ao governo Doria e aliados, e de impotência diante da política catastrófica de Bolsonaro. O “lockdown” e o “fique em casa” das direções sindicais espelham, de corpo inteiro, a política de conciliação de classes e de estatização das organizações sindicais.

Cedo ou tarde, os governantes serão responsabilizados da catástrofe pelo proletariado. A direções colaboracionistas e oportunistas também não escaparão a esse julgamento histórico.

É preciso atentar para o fato de que o enorme refluxo dos explorados e a imensa liberdade que a burguesia, os governantes e as suas instituições de Estado tiveram e estão tendo, para determinar os caminhos do enfrentamento da pandemia e da desintegração econômica do país, não evitaram que a crise política continuasse avançando. O terceiro ministro da Saúde caiu. O general Pazzuelo bateu continência para as orientações do presidente da República, e está sendo responsabilizado por importantes setores da burguesia e da oposição parlamentar, por não ter conseguido resolver a questão vacina. A crise política não se circunscreve aos choques em torno ao isolamento social e à vacinação. A retomada das pressões inflacionárias, e a intervenção na direção da Petrobras acirraram os ânimos nas hostes do poder econômico. Bolsonaro somente não foi afastado, graças ao esteio militar de seu governo e, sobretudo, por contar com o profundo refluxo das massas, e com o freio imposto pela burocracia sindical. O fato de os bolsonaristas retomarem as manifestações contra os governadores de oposição, com métodos tipicamente fascistas, e procurarem reavivar a bandeira de golpe militar, expressa o desespero do presidente da República. Os bolsonaristas querem dar a entender que o seu chefe não faz só ameaça verbal de recorrer a uma aventura golpista. Esse é o clima político do momento, quando parecia ter ficado para trás, com os recuos táticos realizados pelo governo. A tendência é a de acelerar a degradação das relações políticas, e recrudesce os choques em torno à política econômica e às respostas à pandemia.

A decisão do ministro do STF, Edson Fachin, de anular as condenações de Lula e a disposição dos ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski de aprovar a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro entornaram um pote de fel nas instituições judiciais e anteciparam a guerra eleitoral. Isso em meio ao horror da pandemia e ao descarrilamento econômico no país. O problema fundamental é o mesmo que o do início da pandemia: as travas impostas ao movimento operário pela política de colaboração de classes. Com a diferença de que as massas foram ao fundo do precipício, e não têm outra via, a não ser se reabilitar, retomando a luta de classes. O PT e Lula sabem que ainda têm capacidade de disputa eleitoral, que é valiosa nas condições em que a burguesia necessita dos meios e métodos da política de conciliação de classes, para manter a governabilidade e conter as tendências desintegradoras da democracia burguesa.

As forças partidárias que controlam ou influenciam o controle do Estado esperam que a tormenta da pandemia vá sendo

arrefecida com a vacinação. É daí que sairá o legado eleitoral mais importante, para o bem ou para o mal dos partidos em disputa. Há, no entanto, um caminho a percorrer sob o governo ditatorial e fascizante, que tudo fará para não ser destituído do poder. Não será fácil desalojar os generais do comando governamental, e diminuir o espaço das Forças Armadas na condução da democracia oligárquica. A possibilidade de Lula se candidatar, e de o PT voltar à presidência da República, potencializará a crise política e a luta de classes. Os primeiros sinais se evidenciam no esforço dos bolsonaristas de reativar a classe média, em boa medida composta por comerciantes, para fazer frente a uma situação em que o proletariado e as camadas mais oprimidas da própria classe média passem a se defender com reivindicações próprias e os métodos da ação direta.

A luta da vanguarda com consciência de classe, para libertar os explorados da camisa de força da política colaboracionista das direções, continuará tendo por base a defesa do programa de emergência diante da pandemia. É parte fundamental desse programa defender os empregos e os salários; derrubar as contrarreformas antipopulares e antinacionais; expropriar os monopólios e não pagar a dívida pública; impor a vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. De maneira que os recursos do país sejam

colocados a serviço das forças produtivas, dos empregos e da superação da pandemia. O que implica, certamente, romper com a dominação imperialista. Essa diretriz somente pode ser encarnada pela classe operária organizada, e capaz de ganhar a confiança da maioria oprimida. O desenvolvimento dessa política proletária é a condição para os explorados enfrentarem a nova etapa da crise política, que virá com a disputa eleitoral, principalmente no caso de se confirmar a possibilidade do PT, que foi destituído do poder por um golpe de Estado, de ser levado pela maioria à presidência da República.

A experiência desse um ano de pandemia pôs às claras as enormes dificuldades de superar a crise de direção. Ao mesmo tempo, evidenciou as premissas históricas da revolução proletária, nas novas condições objetivas de desintegração do capitalismo, no pós-segunda guerra mundial. É com o programa do internacionalismo proletário, aplicado às particularidades do país, que a vanguarda com consciência de classe auxiliará o proletariado a romper a camisa de força da crise de direção. Não há outra forma de construir o partido marxista-leninista-trotskista, a não ser respondendo a cada novo ataque da burguesia aos explorados com o programa da revolução e ditadura proletárias.

A experiência desse um ano de pandemia pôs às claras as enormes dificuldades de superar a crise de direção. Ao mesmo tempo, evidenciou as premissas históricas da revolução proletária, nas novas condições objetivas de desintegração do capitalismo, no pós-segunda guerra mundial.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Declaração do Partido Operário Revolucionário Brasil, epicentro da pandemia

Criminosa conduta política e administrativa do governo Bolsonaro. Fracasso da política burguesa do isolamento social. Incapacidade dos governantes de imunizar a maioria oprimida. Responsabilidade da política de colaboração de classes, da burocracia sindical e das direções políticas. Somente a classe operária organizada e em luta pode defender a si e à maioria dos explorados!

18 de março de 2021



Os governadores e prefeitos se mostram desorientados, devido à violenta arremetida da pandemia. Mantém-se uma média de mais de duas mil mortes diárias. Assustou as autoridades burguesas, o pico de 2798 mortes, no dia 16 de março, representando 116 mortes por hora. Somente no estado de São Paulo, foram 679. Em 24 municípios paulistas, 88 afetados pelo coronavírus morreram nas filas, à espera de um leito. Em todo o país, estimam-se que 72 mil pessoas perderam a vida, aguardando socorro. Sem dúvida, o reconhecimento de que a pandemia, não só se alastrou, como se tornou mais mortífera, devido a novas variantes do Covid-19, e a previsão de que o sistema de saúde está em situação de colapso, demonstram a incapacidade dos governantes e da burguesia, de agirem centralizadamente e lançarem mão de todos os recursos materiais, para defender a população, principalmente a maioria oprimida.

Retomou-se o conflito inicial, entre os governantes, em torno à necessidade de aplicar o isolamento social, ao ponto de se chegar à discussão sobre a necessidade de lockdown nacional. A flexibilização que havia sido tomada, sob a avaliação de que a pandemia perdia força, foi varrida pela nova onda de alta contaminação e óbitos. Os atritos entre os governantes – polarizados por Bolsonaro e Doria –, que se haviam deslocado para a aquisição de vacinas e o plano de imunização, agora, se fundiram em um só problema. Estendeu-se o cabo de guerra do isolamento social e do escandaloso atraso da vacinação. A experiência demonstrou que a possibilidade de realizar um amplo, rigoroso e duradouro isolamento social é inviável, por motivos econômicos. A solução, de fato, depende da vacina-

A experiência demonstrou que a possibilidade de realizar um amplo, rigoroso e duradouro isolamento social é inviável, por motivos econômicos. A solução, de fato, depende da vacinação. Solução essa que ainda não se sabe até que ponto é possível chegar, nas condições do capitalismo em desintegração.

ção. Solução essa que ainda não se sabe até que ponto é possível chegar, nas condições do capitalismo em desintegração. O problema concreto do momento está em que o cabo de guerra entre governadores e governo federal empurra diariamente centenas e centenas de infectados à morte. De nada tem adiantado que Doria esbraveje contra a falta de humanidade e compaixão de Bolsonaro. De nada tem adiantado que a frente de governadores e prefeitos exija, urgentemente, um plano centralizado de imunização, e farta compra de vacinas.

Bolsonaro e seus generais resistem às pressões de seus adversários no campo das respostas à pandemia. A queda do general Eduardo Pazuello do ministério da Saúde compareceu como resultado do agravamento da crise sanitária e das recomendações dos aliados de Bolsonaro – o “Centrão” –, no Congresso Nacional. Tudo indica que seja correta a avaliação de que a possibilidade de Lula vir a se candidatar estremeceu a confiança eleitoral dos bolsonaristas, e também influenciou a troca do ministro. Está claro que os governadores e a oposição como um todo têm em suas mãos um farto arsenal para

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por



■ As direções da CUT, Força Sindical, CTB e outras centrais reuniram-se com o governo Doria

Confiar que as multinacionais e seus sindicatos vão auxiliar na tarefa de romper os obstáculos da vacinação significa confiar nos laboratórios e na indústria químico-farmacêutica monopolistas, que controlam a descoberta e a produção das vacinas. Está à vista que foi desencadeada uma guerra comercial em torno à vacina. Está mais do que claro que os países ricos estão se protegendo, enquanto a imensa maioria dos países semicoloniais aguardam a disposição das potências e de seus monopólios.

responsabilizar o governo federal pela tragédia, que se abate de norte a sul do país. E têm a seu favor a defesa e a aplicação do isolamento social, ainda que parcial, bem como a insistência de que era preciso recorrer rapidamente à vacina. O ressurgimento do caudilho Lula nessas condições políticas pode galvanizar a atenção de uma grande parcela das massas, cansadas das disputas em torno ao isolamento social e à vacinação. Está mais ou menos claro que Doria não capitalizará eleitoralmente as vantagens obtidas diante de Bolsonaro “negacionista” e desumano. Lula e o PT sabem disso, e correm a levantar a estrela lulista como defensora da linha desenvolvida pelo governador Doria, que foi apoiada pelos governadores do PT e PCdoB.

A situação dramática das massas e a ausência de uma direção revolucionária implantada no seio do proletariado não lhe permite ver o quanto os politiquieiros da burguesia se valem da tragédia para se preparem, com muita antecipação, às eleições presidenciais. A oposição, em geral, já tem demarcado o seu campo da disputa eleitoral de 2022. E Bolsonaro está obrigado a demarcar o seu campo, de maneira que não tem como se livrar da maior responsabilidade diante da catástrofe. A troca de ministro da Saúde se tornou inevitável, no momento em que Pazuello concentrou a responsabilidade de não ter sido capaz de reagir, assim que esgotou a fase de descenso da contaminação, e se abriu a nova fase de mortandade. O processo de responsabilização no Supremo Tribunal Federal (STF) e o movimento por uma CPI da saúde no Congresso Nacional, motivados pela barbárie em Manaus, tornaram insustentável a permanência do general no ministério da Saúde.

Os embates entre os governantes, no entanto, de nada serviram para responder ao problema fundamental: como defender a maioria oprimida do novo surto da pandemia.

As divergências refletiram a impotência dos governantes, submetidos aos interesses dos capitalistas e às pressões de importantes setores da classe média, pequenos e médios comerciantes. Impotência determinada estruturalmente pelo capitalismo em decomposição, e pelo recrudescimento da dominação imperialista. Vários são os fatores, como se pode ver, que compõem e determinam a impossibilidade de a burguesia e seus governantes usarem todos os recursos para defender vida das massas, atingidas por uma das pandemias mais globais e fulminantes, de todos os tempos.

O fato mais recente, que chama a atenção, foi o encontro da CUT, Força Sindical e outras centrais com Doria. A iniciativa tem por base estabelecer laços do governador com as multinacionais e demais setores empresariais. Assim, se poderia alcançar “um pacto conjunto” entre os sindicatos operários e organizações empresariais, como a Anfavea e o Sindipeças, “de enfrentamento

à pandemia”. Wagner Santana, presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC, principal esteio da CUT, pretende que as montadoras “participem do projeto de compra privada de vacinas para doar ao SUS, e pressionem o governo pela recriação da medida provisória para liberar corte de salários e jornadas”.

Logo no início e no decorrer da pandemia, em 2020, quando o POR denunciou as centrais, sindicatos e partidos

políticos que se reivindicam dos trabalhadores de se submeterem à política burguesa de isolamento social, e colaborarem com a aplicação da MP 936, parecia mentira ou exagero. Agora, nos deparamos com “um pacto” entre a CUT, Força Sindical e sindicato metalúrgico com as multinacionais, suas organizações empresariais e o governador Doria. Ao mesmo tempo, o governador do Piauí, PT, Wellington Dias, foi escalado para ser “emissário do ex-presidente Lula”, para conversar com o PSDB e figuras do “centrão”. A pretensão é unir os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Lula, para promover a campanha de compra de vacinas e insumos no exterior. No centro dessa movimentação está o objetivo de fazer uma frente com Doria, que, segundo Dias, “se não fosse o governador Doria, não teríamos a vacinação”.

Com a pandemia em alta, vale tudo para os petistas e a burocracia sindical, desde que possam transparecer que tudo esteja em oposição a Bolsonaro. Segundo essa política, e o parecer do próprio Lula, é hora de pôr de lado as desavenças com o PSDB e MDB, que, juntamente com o DEM, arquitetaram e promoveram o golpe de Estado, em 2016. Não há, certamente, nada de estranho nessa conduta. Fazem parte da política burguesa, as alianças mais espúrias. Para os petistas, é o caminho para fortalecer a candidatura de Lula – “os fins justificam os meios”.

As conversações com as multinacionais e os sindicatos patronais para viabilizar a compra de vacinas, sob o argumento de abastecer o SUS, favorece o movimento de grupos capitalistas, que têm interesse em explorar o amplo e rico mercado das vacinas. Esse é um dos objetivos de Bolsonaro e do Congresso Nacional, que abriu brechas para a mercantilização da tão almejada mercadoria. Chegou a formar uma aliança empresarial para comprar as vacinas, realizarem vacinações próprias

“em seus trabalhadores” e parte da compra ser “doada” ao SUS. Os hospitais e clínicas estão ávidos em ganhar dinheiro, vacinando os ricos. Isso se passou com as demais vacinas, e vai acontecer com o imunizante anti-Covid-19. Assim, se romperia o princípio da vacinação universal, sob a inteira responsabilidade do Estado e do SUS. Confiar que as multinacionais e seus sindicatos vão auxiliar na tarefa de romper os obstáculos da vacinação significa confiar nos laboratórios e na indústria químico-farmacêutica monopolistas, que controlam a descoberta e a produção das vacinas. Está à vista que foi desencadeada uma guerra comercial em torno à vacina. Está mais do que claro que os países ricos estão se protegendo, enquanto a imensa maioria dos países semicoloniais aguardam a disposição das potências e de seus monopólios. Recorrer às montadoras é o mesmo que ajudar os exploradores internacionais a apertar ainda mais a corda que enlaça a garganta das nações oprimidas.

O POR tem firmado o princípio de que somente o proletariado organizado e em luta pode se defender e defender a maioria oprimida. Com a política de Bolsonaro de esperar que a pandemia passasse por si só, com sua aversão ao isolamento social – e até mesmo ao uso de máscara – e com o bloqueio à compra e desenvolvimento interno do imunizante, foram erguidos poderosos obstáculos ao combate à pandemia. Com a impotência dos governadores em impor um amplo e duradouro isolamento social, e a incapacidade de derrubar as barreiras de Bolsonaro à vacinação, o Covid-19 teve tempo para se adaptar, se modificar, tomar conta das massas empobrecidas e miseráveis, e provocar um segundo surto, mais disseminado e muito mais mortal.

Com as implicações econômico-financeiras das quarentenas parciais, vieram os fechamentos de negócios, as demissões em massa, a redução dos salários, a quebra de direitos trabalhistas, e toda sorte de precarização das condições de trabalho. A maioria oprimida se viu cercada pela pandemia e premida pela desintegração econômica. O peso quase total da crise sanitária e econômico-financeira recaiu e recai sobre a classe operária e os demais trabalhadores. O grande capital se ajustou e se ajusta, preservando sua capacidade de explorar e oprimir. O capital médio sofreu abalos, mas tem como se ajustar. E os pequenos foram os mais atingidos pelas quebras. Esse é o quadro geral, que expõe o funcionamento do capitalismo em qualquer crise.

O fundamental está em que as massas exploradas é que pagam com a moeda do empobrecimento, da miséria, da fome e da desintegração física e social. Os governantes, indistintamente, ocultam esse processo, por motivos ditados pela preservação do capitalismo em decomposição. E a aristocracia sindical, vinculada a determinados partidos da ordem burguesa, sendo que os principais são da esquerda reformista – entre eles se destaca o PT – ambos, aristocracia sindical e partidos reformistas, ocultam as leis de funcionamento do capitalismo e das tendências

históricas de sua desintegração. Isso porque são movidos pela política de conciliação de classes. O resultado de um ano de pandemia nessas relações e manifestações políticas é catastrófico para as massas, que encarnam a força de trabalho e para as forças produtivas do país. A burocracia sindical, o PT e aliados não teriam como melhor evidenciar sua adaptação às disputas interburguesas, do que se arrastarem por trás de Doria, recorrendo às montadoras como cacife político, e oferecendo em troca ao capital multinacional o pedido uma frente com Doria, pela reedição da maldita MP 936.



(...) o Brasil, país populoso e marcado pela pobreza, passou a ocupar, no lugar dos Estados Unidos, o epicentro da crise sanitária. E, sobretudo, porque os sacrificados são os pobres e miseráveis.

A população sofrida já não sabe em quem confiar. Doria, governadores do PT e centrais sindicais têm a vantagem diante de Bolsonaro, pelo fato de fincarem e se agarrarem ao mastro da bandeira da vacinação. O isolamento social, no entanto, fracassou e não tem como ser reeditado de forma mais eficaz, porque o poder econômico já o reprovou, colocando-se do lado de Bolsonaro. Os assalariados estão esgotados e têm de viver, a despeito do risco de morte pela contaminação; a pequena burguesia, ligada ao comércio e serviços, não pode acatar o fechamento das portas por quinze dias, que é o tempo de reprodução e transmissão do vírus. Estão aí os motivos políticos, econômicos e sociais, que explicam por que o Brasil, país populoso e marcado pela pobreza, passou a ocupar, no lugar dos Estados Unidos, o epicentro da crise sanitária. E, sobretudo, porque os sacrificados são os pobres e miseráveis.

A tragédia das tragédias se reflete no desarme ideológico, político e organizativo da classe operária. O que resultou na passividade da maioria oprimida, diante da incapacidade dos governantes e da burguesia, de reagirem com todos os meios e recursos econômicos, científicos, sanitários e humanos de que o País dispõe. Somente pela via da luta de classes era possível contrariar os interesses do grande capital e do imperialismo, bem como contrapor-se às manobras políticas, realizadas pelos governantes em torno ao isolamento social e ao plano nacional de vacinação. Deixar nas mãos de Bolsonaro e Doria o destino da população e do país resultaria na hecatombe social, que hoje chega ao auge da tragédia. E que pode manter-se com o crescente número de mortes, que se aproxima dos trezentos mil.

Os burocratas sindicais dizem que não podem recorrer às ruas, às greves, aos piquetes, etc., porque provocaria aglomerações e romperia o isolamento social. Mas, a imensa maioria vai ao trabalho, superlota os transportes urbanos, ou vai às ruas para comprar ou vender os produtos. A imensa maioria mora em bairros populares, favelas e cortiços, meio social em que a pandemia está firmemente instalada. Não, senhores burocratas e serviçais da burguesia, vocês fecharam as portas dos sindicatos e mergulharam nas redes sociais, porque abraçaram a política burguesa do isolamento social, e se alinharam por trás do choque entre Bolsonaro e Doria. Não, senhores burocratas, vejam como vocês não tiveram a honestidade e a coragem de

condenar os levantes massivos nos Estados Unidos, contra o assassinato do negro George Floyd.

O POR afirmou exatamente o contrário: somente com levantes de massa era possível defender um programa de emergência próprio dos explorados, e não ficar à mercê da disposição da burguesia. Somente erguendo um movimento sobre a base da democracia operária, era possível defender a vida dos pobres e miseráveis, e não aguardando a boa vontade do Congresso Nacional. Um isolamento social amplo e relativamente eficaz dependia da classe operária organizada, e munida de respostas próprias, e não das disputas entre governantes e da autorização dos poderosos capitalistas. Neste ponto particular, somente os explorados tinham total interesse no isolamento social, mas organizado segundo as condições de existência da população, e não segundo as condições de negócio e lucro dos capitalistas. As massas nas ruas derrotariam o bloqueio de Bolsonaro à vacinação universal, e não com as imposturas de Doria e aliados. Os explorados organizados para o combate travariam o choque no campo da divisão e luta de classes, e não subordinados à burguesia e

É falso que o proletariado não tem um programa distinto e oposto ao da burguesia, diante de uma crise sanitária de tamanha proporção. Não só tem, como objetivamente foi e está colocado pelos acontecimentos. Trata-se do programa de expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social.

aos seus governos. Assim, o SUS poderia ser controlado pelos comitês de base, e toda a rede privada se submeteria ao movimento de defesa da vida da população, rompendo a divisão de classe na saúde.

Somente com uma correta e ampla preparação ideológica, política e organizativa, fundada em princípios classistas, a classe operária poderia se erguer como força motriz de combate à pandemia, às suas causas e consequências. É falso que o proletariado não tem um programa distinto e oposto ao da burguesia, diante de uma crise sanitária de tamanha proporção. Não só tem, como objetivamente foi e está colocado pelos acontecimentos. Trata-se do programa de expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social. Certamente, a luta começaria pelo programa emergencial dos explorados, contraposto ao do governo e do Congresso Nacional. Mas, para formular o programa emergencial era necessário

que as centrais, sindicatos e movimentos recorressem à democracia das assembleias, às mobilizações e à organização independente, diante dos governos e do patronato.

Pode-se contestar que os trabalhadores teriam receio em se manifestarem coletivamente. Tudo indica que assim seria, mas cabia às direções não se adaptarem à passividade e cumprirem seu dever revolucionário. As experiências negativas com as respostas e campanha de intimidação dos governos acabariam por criar as condições para as massas procurarem confiar em suas próprias forças. Dependia, portanto, em grande medida, da clareza política e da firmeza das direções, para superar o atraso e o temor dos trabalhadores. A burocracia e os partidos reformistas seguiram o caminho oposto. Juntaram-se aos partidos da burguesia e aos governos, em torno ao plano capitalista de emergência, antioperário e antipopular. As duras consequências para as massas são enormes. Estar no epicentro da pandemia significa estar à frente dos sacrifícios da maioria explorada em todo o mundo.

A vanguarda com consciência de classe deve insistir na defesa do programa de emergência, dos métodos da ação direta e da organização independente. Trata-se de exigir, das direções, que rompam com a política de conciliação de classes, que não coloquem os sindicatos a reboque de Doria, que não recorram às multinacionais para resolver o problema da vacinação, e que não utilizem a desgraça da população para se potencializar eleitoralmente. Trata-se de mostrar às massas que fracassou a política burguesa do isolamento social, e que a vacinação está condicionada à guerra comercial, ditada pelo imperialismo. Trata-se de convocar as assembleias presenciais em todo o país, e pôr em marcha um movimento por um programa de emergência próprio dos explorados.

Que as centrais sindicais convoquem imediatamente um primeiro dia de manifestações: 1) pela vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis; 2) controle pelas organizações operárias sobre a Anvisa, Butantan, Fiocruz e indústria químico-farmacêutica; 3) por uma ajuda emergencial de um salário mínimo calculado pelo Dieese; 4) pela subordinação do sistema privado de saúde ao SUS, que deve ser controlado pelos comitês e assembleias populares; 5) reabertura dos negócios fechados, por meio de um plano do Estado e reconstrução dos demitidos; 6) estatização sem indenização das fábricas fechadas, e controle operário da produção; 7) expropriação dos capitalistas que oferecerem resistência ao isolamento social; 8) não pagamento da dívida pública, e utilização de seus recursos para o combate da pandemia e da crise econômica. Com esse programa e com uma direção disposta à luta, a classe operária e demais explorados vencerão o medo, a passividade e a dependência política.

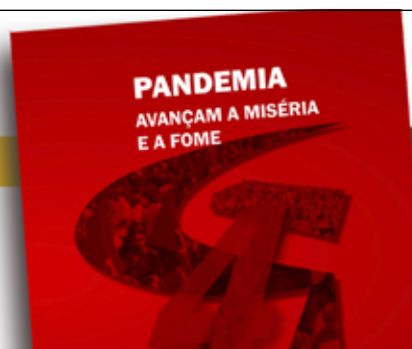
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Balanço da “greve sanitária” (boicote) nas redes estadual e municipal

1. Nas últimas entrevistas coletivas sobre a pandemia, Doria e seus secretários disseram que recorreriam da sentença que suspendia as aulas presenciais, e que a Educação continuaria como “essencial”, ou seja, que permaneceria aberta, para atender aos “vulneráveis”, com uma orientação às famílias para que não enviassem seus filhos à escola, e fizessem as atividades pelas plataformas on-line. Essa atitude representou um recuo, se comparada com a intransigência que vinha marcando a linha de ação de Doria/Rossieli. Na coletiva de 11/03, mantiveram essa posição, e acrescentaram uma determinação de antecipação dos dois recessos da rede estadual, recomendando às redes municipais que fizessem o mesmo. A rede privada também foi proibida de manter as aulas presenciais, tendo autonomia para adotar a saída que achasse melhor. Na noite do mesmo dia, uma liminar foi concedida, também no sentido da proibição das aulas presenciais, abarcando os municípios, tendo sido derrubada no dia 13, mesmo destino da sentença que favorecia os estaduais. Covas e Padula repetiram a receita do governador, antecipando o recesso, e mantendo as escolas abertas, com a justificativa de preparar a escola para o retorno presencial em abril, com reforço na limpeza e continuidade das reformas e adequações. Como se vê, a batalha no campo jurídico saltou ao primeiro plano.

2. Essa virada da situação para a batalha das sentenças, liminares e recursos foi resultado do impasse da “greve sanitária” (boicote), combinado com a virulência da pandemia. Os governos não queriam perder a queda de braço com os sindicatos, e se negaram a fechar as escolas. Por outro lado, não podiam simplesmente ignorar o crescimento da curva de infecções e mortes – a média de óbitos diários passou de 2 mil, totalizando mais de 270 mil vidas perdidas, desde o

início da pandemia. Em São Paulo, a média diária de mortes ultrapassou 500, acumulando mais de 60 mil óbitos. Doria não abandonou suas pretensões eleitorais, e não queria ser colocado na mesma vala do Bolsonaro, diante da opinião pública. Covas apareceu pouco, ficou na sombra de Doria. Seguiam, ambos, expressando os interesses gerais da burguesia, preservando os seus negócios, em particular os dos capitalistas da rede privada de ensino. Não conseguiam,

contudo, evitar as medidas restritivas, que desagradavam a setores do capital, como fez Doria, colocando o estado na chamada fase emergencial.

3. A “greve sanitária” dos estaduais foi encerrada, enquanto a dos municipais prossegue, ao menos formalmente. Ambas haviam chegado a um impasse, em função da orientação e dos métodos subordinados às decisões virtuais, e à negação das ações coletivas. Entre os estaduais, a “greve sanitária” foi extremamente reduzida. A situação só não foi pior, porque os responsáveis não enviaram os filhos às escolas, e a pandemia avançou, atemorizando todos. O quadro dos municipais era distinto, mas não em essência. Dada a ausência de assembleias e comandos centralizados e presenciais, foi difícil aferir a adesão, bem como o apoio das famílias. A percepção que se tinha, pelos informes dos comandos virtuais regionalizados, e pelas poucas visitas às escolas, é de que a

participação, no município, vinha aumentando, em função da adesão de diretores de escolas (gestores), da ausência de corte de ponto por parte do prefeito, e o recrudescimento da pandemia.

4. O problema era a enorme divisão, entre os que estavam em teletrabalho (afastados por comorbidades), e os que tinham de ir presencialmente; entre os professores e o Quadro de Apoio, que, juntamente aos gestores, não foram contemplados pela quarentena no ano passado, sendo expostos

O problema era a enorme divisão, entre os que estavam em teletrabalho (afastados por comorbidades), e os que tinham de ir presencialmente; entre os professores e o Quadro de Apoio, que, juntamente aos gestores, não foram contemplados pela quarentena no ano passado, sendo expostos ao risco, com um sentimento justificado de abandono por parte das direções sindicais; havia também os contratados, que são sempre jogados contra os efetivos, pela pressão da fragilidade do vínculo empregatício; existia, por fim, a divisão entre os trabalhadores da Educação e os pais.



Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9
Set 2019

ao risco, com um sentimento justificado de abandono por parte das direções sindicais; havia também os contratados, que são sempre jogados contra os efetivos, pela pressão da fragilidade do vínculo empregatício; existia, por fim, a divisão entre os trabalhadores da Educação e os pais. Toda essa divisão foi fruto principalmente da política corporativista das direções sindicais. As reivindicações de suspensão do trabalho presencial e afastamento com o Ensino a Distância, bem como de priorização do magistério no plano de vacinação, obstaculizaram a unidade com outros setores e com as famílias. De nada adiantou tentar ocultar essas reivindicações debaixo da bandeira abstrata de "defesa da vida", como se servisse para todos. Num cenário de aprofundamento das crises econômica e sanitária, com o avanço do desemprego, da miséria e da fome, cabia aos sindicatos erguerem as reivindicações que correspondiam às necessidades mais urgentes das massas, particularmente a defesa dos empregos, salários, direitos, saúde pública e de vacinação universal, começando pelos pobres e favelados. Cabia à CNTE e às centrais sindicais erguerem a luta massiva e unitária, mas não o fizeram.

5. Do ponto de vista do método, ergueu-se uma "greve sanitária" que não era, de fato, uma greve. Esta pressupõe que os trabalhadores se organizem desde os seus locais de trabalho, paralisando as atividades, e projetando ativamente a luta coletiva. A orientação dos sindicatos, no entanto, foi

A impossibilidade de reverter a correlação de forças e de forçar os governos a um recuo é o que explica as saídas desesperadas por parte das burocracias sindicais.

de que os trabalhadores ficassem em suas casas. Assim, o mais correto seria dizer que se constituiu um movimento de boicote individual e passivo. Essa diferenciação na caracterização era fundamental para determinar o alcance do movimento, assim como a correlação de forças frente aos governos. O que a experiência demonstrou foi justamente a impossibilidade de virar o jogo em favor dos trabalhadores, mesmo com o crescimento da adesão – no caso dos municipais. Isso se deu porque o boicote individual e passivo não reuniu a força social capaz de derrotar Doria e Covas. As direções sindicais e parte da base das categorias perceberam a falta de efetividade do método. Fizeram tentativas de comandos presenciais, atos simbólicos, carreatas, e até pequenas passeatas. Todavia, se negaram a convocar os atos massivos e assembleias presenciais.

6. O argumento das burocracias sindicais foi de que seria um "tiro no pé" realizar as ações presenciais, quando se reivindicava justamente a suspensão do ensino presencial. Muito se falou da utilização que seria feita pela mídia, e da dificuldade em convencer as famílias. Tratava-se de um misto de confusão com subordinação à política burguesa do isolamento social. Primeiro, a mídia não é neutra, é parte do aparelho ideológico da classe capitalista e, como tal, volta-se sempre contra os movimentos de resistência dos explorados. Segundo, porque o convencimento das famílias é parte da luta política, e depende menos

de bons discursos e muito mais de reivindicações e ações concretas de unidade, o oposto do que as burocracias fizeram. Terceiro, a defesa do EaD é uma capitulação às deformações do ensino e destruição da escola. Não muda nada o reparo de que seria uma utilização "emergencial". Não é papel dos organismos dos explorados ditarem o que o Estado burguês deve ou não fazer. Menos ainda quando a "reivindicação", no caso o EaD, não passa de uma excrescência do capitalismo, um mecanismo de precarização do ensino, que aprofunda a crise da Educação. Por último, a ideia de que as decisões, a organização e a mobilização coletivas seriam um "tiro no pé" se desfez diante da análise concreta da correlação de forças.

7. A impossibilidade de reverter a correlação de forças e de forçar os governos a um recuo é o que explica as saídas desesperadas por parte das burocracias sindicais. Uma delas foi a proposta esdrúxula do presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca, de comprar 200 mil doses da vacina, que supostamente aceleraria a imunização e, assim, beneficiaria os educadores. O recurso à Justiça burguesa foi outra demonstração do impasse da "greve sanitária". Prevendo uma derrota, as burocracias procuraram esse "atalho", para apresentar algo como "vitória". Dito e feito: tão logo saiu a sentença judicial, proibindo as aulas presenciais, a Apeoesp e outros sindicatos estaduais não perderam tempo em estampar a "grande vitória" em seus materiais de propaganda. Como a medida não abarcava os municipais, os sindicatos desta rede tiveram de correr atrás do prejuízo. Cláudio Fonseca foi logo à Justiça, para tentar se aproveitar do precedente aberto pelos estaduais. Parlamentares do PSOL, por sua vez, também deram a sua cartada, conseguindo uma liminar, derrubada logo depois, junto com a sentença do estado.

8. A resposta dos governos estadual e municipal veio tímida e contraditória: manteve as escolas abertas e antecipou o recesso escolar. A decisão de suspender as aulas até final de março foi mais um recuo do governo. Isso se deveu, fundamentalmente, ao avanço do contágio e das mortes no país e, em particular, no estado São Paulo. A suspensão foi o reconhecimento de fato da gravidade da situação nas unidades escolares. Essa decisão ocorreu juntamente com a de suspender os cultos religiosos e partidas de futebol. O fato de as escolas continuarem abertas para atender aos alunos "vulneráveis" é mais uma demagogia do governo. O problema está em que ainda não suspendeu a obrigatoriedade presencial dos diretores e funcionários de escolas. O que implica a organização desses setores para que a escola seja de fato fechada. Outro problema está em que as famílias dos alunos "vulneráveis" continuam desprotegidas pelos governos. Não há ainda o auxílio emergencial, nem estadual, nem federal. O desemprego é altíssimo, e as restrições com o toque de recolher golpeiam violentamente os trabalhadores informais. Grande parte desse trabalho é de jovens e pais de família dos "vulneráveis". Eis aí por que dizemos que a política burguesa do isolamento social fracassou, e as novas medidas de fechamento impostas por Doria têm fôlego extremamente curto. Para os professores, que têm o emprego e o salário pagos, o isolamento social pode ser

garantido, como ocorreu durante um ano de pandemia. No entanto, isso às custas de separar esse contingente de trabalhadores dos demais explorados na luta contra as consequências das crises econômica e sanitária.

9.O uso dos recessos foi uma manobra que serviu aos governos, enquanto recorriam das decisões judiciais. À medida que a sentença ainda estava de pé, a burocracia da Apeoesp continuou exigindo que a suspensão das aulas fosse conforme a decisão judicial, e não como antecipação dos recessos. O problema é que, mantida a política imobilista e de conciliação de classes da direção, não havia a força necessária para o sindicato “exigir” coisa alguma do governo. Como consequência, o TJ-SP acabou derrubando a sentença. Está aí o resultado desastroso da escolha política pelo método da judicialização. Querer vencer o inimigo no campo dominado por ele só tem levado os oprimidos a derrotas e mais derrotas. É extremamente importante frisar essa questão, uma vez que esse quadro de profundo imobilismo só poderá favorecer os planos de Bolsonaro/Guedes, de ampliar as contrarreformas, particularmente a Administrativa, cujo alvo principal é a eliminação da estabilidade dos servidores. Favorecerá, igualmente, os intentos privatistas e antipopulares da dobradinha Doria e Covas. A paralisia das direções, inclusive, já favoreceu a aprovação da PEC 186, que veda qualquer reajuste ou aumento para o funcionalismo por 15 anos, o que é mais uma amarga derrota para os trabalhadores.

10.Mais do nunca, principalmente após a suspensão da “greve sanitária” dos estaduais, é urgente exigir a convocação das assembleias presenciais. As entidades sindicais se mantiveram o tempo todo apartadas da base. Entre os municipais, as deliberações têm ficado restritas ao “Fórum das Entidades”, em nome da unidade burocrática, por cima e pelas costas das bases. Sem a organização coletiva, e sem as instâncias democráticas de discussão e decisão, os trabalhadores sequer conseguirão se defender das medidas punitivas. A recomendação da Apeoesp aos professores que acataram a “greve sanitária” e tiveram faltas é de que recorram individualmente, através dos mandados de segurança, custeados pelas subdeses. Na prática, essa decisão implica uma confissão de que não erguerá um movimento coletivo em defesa dos lutadores, que garantiram a existência mínima do boicote à decisão do governo.

11.As armadilhas montadas pela burocracia sindical derivam do seu seguidismo à política burguesa do isolamento social.

Concluído um ano, desde o início da pandemia, está mais do que clara a inviabilidade da proteção dos oprimidos sob o capitalismo. A crise sanitária reforçou a crise econômica, que já vinha se arrastando, e prometia se agudizar. Com a eclosão da catástrofe, a prática demonstrou que a orientação científica do isolamento social não poderia se concretizar na sociedade burguesa. Daí a constatação de que se tratava de uma política burguesa de isolamento social, distinta da orientação científica, justamente por ser incapaz de proteger a maioria explorada, servindo de instrumento para a classe dominante seguir descarregando o ônus da crise estrutural do modo de produção capitalista sobre os

As armadilhas montadas pela burocracia sindical derivam do seu seguidismo à política burguesa do isolamento social. Concluído um ano, desde o início da pandemia, está mais do que clara a inviabilidade da proteção dos oprimidos sob o capitalismo.

oprimidos. Foi essa distinção que as esquerdas reformistas, centristas e estalinistas, e as burocracias sindicais a elas ligadas, não fizeram, e não fizeram precisamente por não se constituírem como expressão programática do proletariado. Não fazendo essa devida separação, não podiam firmar uma linha de independência de classe, concluindo submetidas a uma ou outra fração capitalista.

12.A Corrente Proletária na Educação – POR – defendeu, desde que despontou a pandemia, que era necessário colocar a luta dos explorados no terreno da independência de classe, o que obrigava a não entregar o destino das massas nas mãos da burguesia. Tomar o destino em suas próprias mãos implicava assumir o seu método próprio de combate, que é a ação direta. Tratava-se de convocar as manifestações e assembleias presenciais, sem deixar de tomar todas as precauções sanitárias. Não havia escolha: sem recorrer aos seus tradicionais meios de luta, as massas seriam empurradas de qualquer modo à barbárie das mortes por Covid, pela fome e pela violência. Por isso, era fundamental combater as direções burocráticas, exigindo que mudassem a orientação e os métodos, para que o boicote fosse vitorioso. A Corrente Proletária denunciou a farsa da “greve sanitária”, sem se afastar dos trabalhadores, levantando as consignas que permitiam aos explorados superarem as suas direções, a partir da própria experiência, e lutando para que o boicote fosse vitorioso. Esse combate faz parte do trabalho paciente de construção de uma vanguarda classista, no processo de luta pela superação da crise de direção revolucionária.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

nº 10

ago 2020



NOSSA CLASSE

**Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!**

O Boletim Nossa Classe de março faz um balanço da luta contra o fechamento das fábricas da Ford em Taubaté, Camaçari e Horizonte. Mostra que a política das direções sindicais, de não organizar a ocupação, estabelecer o controle operário e

exigir a estatização sem indenização, levou a Ford impor o encerramento das atividades no Brasil e as indenizações. A derrota da resistência na Ford deu força para que outras multinacionais fizessem o mesmo, a exemplo da Sony. Faz também a campanha

de apoio à greve dos petroleiros da refinaria Landulpho Alves, por meio da bandeira contra as privatizações e estatização integral da Petrobrás. Conclui com a nota "Unir empregados e desempregados para defender o emprego a todos". Eis:

A Ford impôs as suas condições

Sem a ocupação da fábrica, controle operário da produção e defesa da estatização sem indenização, o movimento de resistência ao fechamento das fábricas não tem como vencer

A decisão da direção do sindicato de Taubaté, de aceitar as negociações em torno às indenizações, acabou com a luta pelo não fechamento. A direção do sindicato de Camaçari já havia se submetido à imposição da Ford. A posição da direção de Taubaté, de que se tratava da luta pela reversão do fechamento, finalmente mostrou que não passava de uma manobra política.

As direções sindicais sabiam que de nada adiantariam as vigílias passivas, os protestos virtuais e os discursos de deputados. Sabiam que os governadores petistas da Bahia e Ceará apenas fingiriam que tudo fariam para achar um comprador. Sabiam também que a posição do Boletim Nossa Classe era a única forma de travar uma luta verdadeira e séria, em defesa dos empregos. Isso por que a ocupação das fábricas obrigaria as centrais sindicais e todo o movimento sindical a apoiarem a luta. Sem uma medida firme e dura dos metalúrgicos demitidos, não era possível combater a medida dura e inflexível da montadora.

Isso quer dizer que as direções do movimento de resistência sabiam que, com as assembleias desanimadas, e com os atos ecumênicos e carreatas, não atingiriam em nada os capitalistas da Ford. Mas, também sabiam que com a ocupação da fábrica a propriedade privada dos meios de produção seria atingida. E só assim a luta contra o fechamento se tornaria uma luta política

nacional, em defesa dos empregos e salários. Ao aceitar a volta ao trabalho de uma parte dos operários, sem ocupar a fábrica, os sindicatos se curvaram, diante da multinacional norte-americana e da Justiça do Trabalho.

Temos consciência de que não se deve desistir nunca da luta. A única forma, no entanto, de impedir que a derrota finalmente se concretize, é convocar uma assembleia de avaliação dos erros, e aprovar a ocupação da fábrica e a campanha pela estatização sem indenização.

O Boletim Nossa Classe defende: 1) que os três sindicatos – Taubaté, Camaçari e Horizonte – formem um comando único, aprovado em assembleia; 2) que reconheçam o erro de submeter o movimento de resistência às indenizações; 3) que convoquem as assembleias para aprovar a ocupação das fábricas, aproveitando o momento do retorno de uma parcela de operários à produção; 5) que exijam que a CUT, CTB e Força Sindical organizem imediatamente um movimento pela estatização da Ford, sem indenização; 6) que as centrais sindicais lancem um movimento contra o fechamento de fábricas, pelos empregos e salários, convocando empregados e desempregados para uma primeira manifestação nacional; 7) que as centrais levantem a bandeira de vacinação universal, a começar pelos bairros pobres, favelas e cortiços; 8) que as centrais unifiquem todos os sindicatos e movimentos, em torno a um programa de emergência próprio dos trabalhadores.

Fechamento da Sony

Resposta: ocupar, impor o controle operário da produção e estatizar sem indenização

A multinacional japonesa anunciou o encerramento de suas atividades no Brasil, no final de março. A multinacional aproveitou os benefícios da Zona Franca de Manaus por 36 anos. E, agora, tranca as portas, e demite mais de duzentos operários. As direções sindicais sabiam da decisão da empresa, desde setembro, mas se calaram. Nas vésperas do fechamento, se limitam a denunciar em palavras a multinacional, e correm atrás de fazer um acordo de indenizações.

Essa é a segunda multinacional que encerra as atividades no País, neste ano. A Ford decidiu, em janeiro, o fechamento de três fábricas (Taubaté, Camaçari e Horizonte), depois de eliminar sua planta em São Bernardo do Campo, em 2019. Nesse momento, a Sony repete a mesma decisão. A possibilidade de outras multinacionais seguirem o mesmo caminho é bem real. É bom levar

a sério a ameaça da Audi. Nos últimos 5 anos, foram extintas 36.600 fábricas. Milhares de empregos fabris vêm sendo destruídos. Com a pandemia, os setores de serviço e comércio também foram duramente golpeados.

Se os sindicatos e centrais sindicais continuarem colaborando com o fechamento de fábricas, a mutilação da classe operária será ainda maior. Quanto mais correrem atrás de indenizações, mais livres ficam os capitalistas para fecharem fábrica, comércio e serviço.

O Boletim Nossa Classe denuncia as direções que submetem os sindicatos às negociações de indenizações. Denuncia, por não defenderem os empregos, que são a única fonte de existência dos trabalhadores. Não ao fechamento da Sony! Ocupar a fábrica, impor o controle operário, e lutar pela estatização sem indenização.

Todo apoio à greve dos petroleiros da refinaria Landulpho Alves, Bahia

Os petroleiros sabem que a privatização da refinaria resultará em demissões em massa. Sabem também que os salários serão rebaixados, e antigos direitos serão eliminados. A privatização da Landulpho Alves é a primeira de seis outras refinarias, que estão no plano de desestatização do governo Bolsonaro. A Mubadala Capital é um fundo de investimento, sediado nos Emirados

Árabes. Os fundos têm recursos sobrando, e precisam valorizar seus capitais, comprando a preços baixos empresas estatais, que possibilitam altos lucros. A Petrobrás está praticamente privatizada. O alto preço dos combustíveis e gás se deve a que está sujeita à Bolsa de Valores norte-americana e aos monopólios internacionais.

A luta contra a privatização deve ser

firme e apoiada por todos os trabalhadores. Devemos levantar a bandeira de reestatização e nacionalização integral da Petrobrás.

O Boletim Nossa Classe chama a classe operária a fazer um apoio efetivo à greve dos petroleiros, exigindo que os sindicatos e as centrais organizem a campanha nacional contra as privatizações de Bolsonaro e Guedes.

GM: Layoff é a porta para as demissões

A montadora norte-americana comunicou ao sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos que colocará 600 operários em layoff. A suspensão de contrato se inicia em 8 de março, e se encerrará em 2 de maio. Isso quando 368 metalúrgicos já estão em layoff, com retorno anunciado para 8 de abril. Portanto, serão 968 trabalhadores com suspensão de contratos, de um total de 3.500 nessa planta. As justificativas dos capitalistas são sempre as mesmas, ora a queda nas vendas, ora a falta de peças para a produção.

A GM, há muito tempo, vem impondo a flexibilização capitalista do trabalho, como o layoff, PDV. Aproveitou a pandemia, para implantar a MP 936, reduzindo os salários. Na época, a direção do sindicato lamentou, mas disse que não havia alternativa,

senão submeter a MP 936 à assembleia, que foi realizada de forma virtual, e aprovou a medida. Agora, está de mãos amarradas. Cortar essas amarras implica mostrar aos operários o erro em aceitar a flexibilização capitalista, e trabalhar para a organização de uma resistência, que se inicia numa fábrica, mas que depende da unidade dos operários em geral.

O Boletim Nossa Classe alerta que o layoff é a porta para as demissões. O fechamento de fábricas, a destruição de direitos e as privatizações mostram que a classe operária está sendo atacada em toda a parte. O Boletim Nossa Classe defende que o sindicato metalúrgico de São José dos Campos e a CSP-Conlutas organizem plenárias, para pôr em pé um movimento contra a flexibilização capitalista do trabalho, demissões e privatizações.

Unir empregados e desempregados em defesa dos empregos

O fato das centrais, sindicatos e movimentos populares não se importarem com a onda crescente de demissões e fechamento de fábricas indica que as direções estão cometendo um crime contra a classe operária e demais trabalhadores. O crime consiste em se negar a defender a fonte de trabalho, que é o único meio que os assalariados têm para sobreviver.

O aumento da miséria e fome, em grande medida, é causado pelo desem-

prego e subemprego. É escandaloso saber que mais da metade da força de trabalho do país está desempregada ou na informalidade, e não organizar a luta pelos empregos e salários. Na pandemia, um em cada quatro empregados perdeu o emprego, na região metropolitana de São Paulo.

O Boletim Nossa Classe vem fazendo uma campanha sistemática para que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente assembleias,

para unir empregados e desempregados. E lancem uma plataforma de defesa dos empregos e salários. Eis os pontos: 1) redução da jornada, sem reduzir os salários; 2) estabilidade no emprego; 3) escala móvel das horas de trabalho, para garantir emprego a todos; 4) ocupar as fábricas que estão sendo fechadas, e exigir a imediata estatização, sob o controle operário da produção; 5) Vacinação universal, começando pelos bairros pobres, favelas e cortiços.

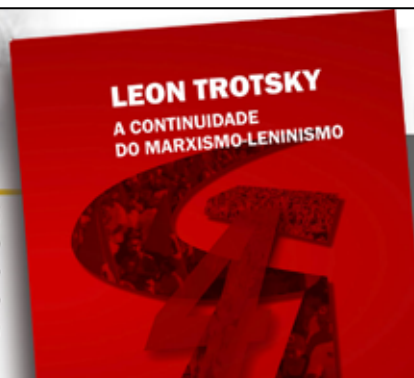
Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.



R\$ **35**

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

São Paulo**Distribuição do Boletim Nossa Classe na Refinaria Capuava (Recap)**

No dia 10 de março, quando da divulgação do Boletim Nossa Classe, na porta da Refinaria Recap, a direção do Sindicato dos petroleiros e dirigentes da FUP estavam no local, realizando uma manifestação, e informando sobre a greve na refinaria Landulpho Alves, Bahia. Comunicaram que era um protesto que estava ocorrendo em todas as refinarias, com atraso na entrada, com o objetivo de impedir a privatização. Diziam que, no dia 12, estariam vendendo gasolina mais barata, e que estariam dedicando às mulheres, que trabalham com Uber, e, assim, conscientizando a população de São Paulo. Enfatizaram que esse método de venda de uma mercadoria da Petrobrás permite discutir com a população o desmonte da Petrobrás por par-

te do governo, o alto preço e, ao mesmo tempo, coloca a população ao lado dos grevistas. Mostraram que essas novas formas de mobilização tinham dado certo, porque permitiram abrir reuniões, no ano passado, para a negociação do acordo coletivo. Encerraram informando que entraram, também, com ações na Justiça, e estão tendo conversas com parlamentares no Congresso Nacional, sobre a venda das refinarias.

A militância do Nossa Classe interveio com a distribuição do Boletim e a vendagem do Jornal Massas.

O que ocorreu na porta da Recap é o que as direções sindicais dos petroleiros estão fazendo, diante da greve na refinaria de Landulpho Alves. Portanto, nada! Os atos não servem para a

organização dos petroleiros das demais refinarias, que vivem o mesmo problema da privatização. São manifestações passivas, e se limitam a informar a política das direções, que se resumem às ações judiciais, e às chamadas pressões aos parlamentares. A experiência de vender mercadorias da Petrobrás, como a venda de botijão de gás no ano passado, foi um fracasso. Os pobres carregaram os botijões vazios nas costas, esperaram horas na fila, e, em pouco tempo, a cota acabava. O único caminho para barrar a ofensiva de Bolsonaro e Guedes de vender o que resta da Petrobrás é a organização de uma campanha nacional, com manifestações gigantescas, e generalização da greve para todas as refinarias.

Ação do Comitê de Moradores do bairro Jardim Santo André

No dia 11 de março, o Comitê de Moradores percorreu o bairro, exigindo dos governantes a vacinação universal, a começar pelos bairros pobres, favelas e cortiços. Sem a vacinação, a população está temerosa com o avanço da pandemia, e com a quantidade de mortes diárias, na sua maioria de pobres. Houve a distribuição de um boletim, que denunciava o aumento do desemprego, elevação do custo de vida e crescimento da miséria. Mostrava a importância da constituição do comitê de moradores, e a necessidade de ampliá-lo. Isso para que se tornasse um meio de organização dos moradores, discussão das reivindicações e realização de manifestações, exigindo das autoridades emprego, salário, moradia, transporte e saúde pública.

Essa iniciativa do Comitê se mostrou acertada, e nova reunião foi marcada para avançar nessa luta da maioria explorada.

Boletim Nossa Classe do Rio Grande do Norte

O Boletim Nossa Classe de março traz a denúncia dos altos lucros da empresa Guararapes. O aumento da superexploração, as demissões durante a pandemia, e os salários de fome dos operários. Tem como título: *"Grupo Guararapes lucra 368 milhões no final de 2020. Operários continuam recebendo um salário de miséria"*. Eis: *"No 4º trimestre de 2020, o Grupo Guararapes anunciou um lucro líquido de 368 milhões de reais. Enquanto isso, a empresa continua pagando o salário mínimo de fome aos operários da fábrica. Não bastando isso, a empresa também reduziu a remuneração dos operários, cortando os ganhos por produtividade. Se considerarmos os descontos do transporte, almoço e INSS, não sobra quase nada para os operários e suas famílias sobreviverem. Além disso, no retorno das atividades no ano passado, os operários tiveram de trabalhar a mais todos os dias, e também aos sábados. Para isso, a empresa utilizou o artifício do banco de horas, que nada mais é do que uma manobra, para fazer com que os operários trabalhem mais, sem receber pelas horas extras trabalhadas. É dessa superexploração que a Guararapes tem tirado um lucro milionário na pandemia. Com a desculpa da pandemia, a Guararapes anunciou, em julho de 2020, a demissão de 320 operários"*. Conclui dizendo que *"no sistema capitalista, os operários, produtores da riqueza, são os que sofrem diretamente as consequências das crises, com demissões, cortes de salário e retirada de direitos, enquanto os capitalistas continuam enriquecendo."*

Diante do aumento do custo de vida e a ofensiva patronal contra os empregos e salários, o Boletim levanta a seguinte plataforma de luta: 1) aumento salarial já. Por um salário mínimo vital, que seja suficiente para satisfazer as necessidades de uma família operária; 2) fim do banco de horas. Hora trabalhada é hora paga!; 3) reincorporação imediata de todos os operários demitidos durante a pandemia; 4) redução da jornada sem redução de salários.

O Nossa Classe também denuncia as demissões e do aumento do contágio entre os operários do Bonor Botões, em Parnamirim. E que a empresa procura esconder, para manter o clima de normalidade. Assim, defende: 1) suspensão temporária das atividades, até que todos os operários sejam testados. Aqueles que testarem positivo devem ser afastados, para isolamento e cuidar de sua saúde, mantida a remuneração e todos os benefícios; 2) desinfecção imediata de toda a fábrica, e manutenção de desinfecções regulares; 3) manutenção de testes massivos entre os trabalhadores, para detectar com rapidez os futuros casos; 4) adoção de todas as medidas de proteção dos operários; 5) reincorporação de todos os trabalhadores demitidos durante a pandemia.

Por fim, o Boletim faz a campanha de apoio à greve dos petroleiros de Landulpho Alves, e contra o fechamento da Sony.



JUVENTUDE EM LUTA

BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA SECUNDARISTA
secundarista@gmail.com • secundaristas.wordpress.com • www.pormassas.org

São Paulo

Boletim Juventude em Luta

O Boletim trouxe como nota central o título “Duas Tragédias Combinadas”. Diz: “Tudo indica que a pandemia não está para acabar. A lentidão na vacinação vem junto à dúvida sobre se as vacinas funcionarão contra as novas mutações do coronavírus. Os países semicoloniais, como o nosso, são os que mais sofrem, enquanto os monopólios farmacêuticos se valem da guerra comercial impulsionada pelas potências, tendo os EUA à frente”. Portanto, diante de duas tragédias: “uma ligada à crise sanitária-econômica e outra ligada à crise de direção”. Conclui com a tarefa: “É preciso mostrar que o capitalismo em decomposição já não tem nada de progressivo a oferecer. É preciso levantar um programa de emergência próprio dos explorados. E isso está em choque com a política de colaboração de classe dessas direções. É preciso fortalecer as fileiras do Partido Operário Revolucionário, único que defende a política de independência de classe. É com nosso programa de reivindicações, com nossa organização e com nossas próprias forças, que atravessaremos essa tempestade do capitalismo, e sairemos fortalecidos, para lutar pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista”.

O Boletim continua com a denúncia e a campanha contra a militarização das escolas. Explica que o plano de Bolsonaro foi aprovado na Assembleia Legislativa de São Paulo, que tem maio-

ria do PSDB, por meio de um projeto de lei do Tenente Coimbra (PSL), que regulamenta a “conversão” de escolas públicas em escolas cívico-militares. Utiliza o baixo desempenho de escolas, medido pelo Ideb, e a condição de pobreza dos alunos, denominado de “vulnerabilidade social”. Mostra que já são duas escolas selecionadas, uma em Sorocaba e outra em São Vicente, e que outras estão em processo de seleção. Denuncia a imposição do autoritarismo militar nas escolas, e mostra a intenção dos governantes, que é a de acabar com a possibilidade de criar grêmios estudantis livres, e organizar a juventude secundarista em favor de um único sistema de ensino, público, laico e científico, voltado à produção social, e controlado por quem estuda e trabalha. Conclui expondo a conduta passiva e traidora das direções estudantis, que se refugiou no mundo virtual. E a tarefa da juventude classista, que é a de organizar os grêmios livres, convocar as assembleias e manifestações presenciais para, juntamente com os demais explorados, enfrentar a política reacionária dos governantes, com os métodos próprios da classe operária.

Por fim, o Boletim trouxe como formação política a nota sobre a repressão, suas diferentes formas, e o fortalecimento do Estado policial.

Boletim da Corrente Proletária na Educação, docentes universitários - março 2021

O Boletim parte da urgência de uma política proletária ante o descontrole da pandemia, traz a denúncia da submissão das direções sindicais diante da política burguesa do isolamento social, que não organizaram a luta por empregos, salários e saúde pública. Caracteriza a guerra da vacina (e escassez nos países mais pobres) como parte da guerra comercial interimperialista, alterada com a entrada de Biden e os laboratórios estadunidenses em cena. Mostra que a escalada de mortes, com o agravamento da pandemia, evidencia que a condução das respostas à crise sanitária não pode ficar nas mãos da burguesia. Indica a tendência ao acirramento da crise política e luta de classes, com a perspectiva de recuperação dos direitos políticos de Lula. Afirma que a tarefa prioritária é romper as amarras da conciliação de classes, partindo de um plano de emergência próprio dos explorados, com a defesa dos empregos e os salários; revogação das contrarreformas; expropriação dos monopólios, e não pagamento da dívida pública; e vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis. Estas reivindicações se chocam com o imperialismo. Segue a necessidade de erguer os comitês e assembleias populares.

O Boletim evidencia o abismo entre as reivindicações das direções sindicais, sobretudo os representantes dos docentes, ANDES e SINASEFE, e os métodos virtuais de luta. Mostra que o chamado



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

CPE-Universidade
Partido Operário
Revolucionário [POR]
www.pormassas.org
por@pormassas.org
Ano VII - 18 de Março de 2021

POLÍTICA OPERÁRIA

A urgência de uma política proletária ante o descontrole da pandemia

Em março de 2021, após mais de 280 mil mortos por covid-19 contabilizados oficialmente, a aplicação das primeiras medidas de isolamento social diante da pandemia completou um ano. Inicialmente, a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi negada por Bolsonaro e adotada por governadores, capitaneados por João Doria (PSDB). As esquerdas centristas e reformistas seguiram Doria e se colocaram por detrás da bandeira de defesa da ciência e do #FiqueEmCasa, suspenderam o ato nacional do dia 18 de março, fecharam as portas dos sindicatos e promoveram ações assistencialistas.

O poder econômico que se expressou na posição bolsonarista de “salvar a economia”, foi pouco a pouco derrubando as barreiras também nos governos estaduais e as medidas de isolamento social foram flexibilizadas em todo o país. Com o desenvolvimento das vacinas, o conflito entre Doria e Bolsonaro refletiu a guerra comercial entre China e Estados Unidos. O seguidismo de Bolsonaro a Trump condicionou suas posições econômicas e ideológicas. O amo imperialista inclusive interferiu para impedir que o Brasil comprasse a vacina desenvolvida na Rússia.



baixa da guerra comercial, das disputas interimperialistas ou dos conflitos eleitorais, está a maioria oprimida, mais vulnerável ao vírus e esmagada pela fome, miséria e desemprego que acompanham a crise econômica e pandêmica. A ausência de oxigênio e as mortes nas filas das UTIs expõem o fracasso geral da política burguesa: o capitalismo não tem mais nenhum papel progressivo a cumprir e arrasta a humanidade para a desintegração social. A política burguesa do isolamento social expressa isso, nunca chegou a todos, pois o poder econômico definiu, e

do Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais, de um calendário de lutas e uma greve nacional para 24 de março, trata-se de uma farsa, pois, permanecerão com as plenárias online, campanhas de pressão virtual sobre o parlamento e, no máximo, atos “simbólicos”. O chamado da CUT a um “lockdown” em defesa da vida, também para o 24 de março, revela o real conteúdo da “greve” planejada pelas burocracias do funcionalismo, um boicote inacessível à imensa maioria dos trabalhadores. O Boletim mostra a tendência à ação direta evidenciada nos levantes das massas em vários cantos do planeta, como EUA, Índia, Myanmar e Paraguai.

E defende que é urgente mudar os métodos de luta.

Um outro tema tratado é a intervenção de Bolsonaro em mais de vinte instituições de ensino, e o avanço da escalada autoritária, com a tentativa de emplacar novos mecanismos de censura e a ameaça a professores que fazem críticas a Bolsonaro, como o ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e a diretora da ADUFERPE, Érika Suruagy. Uma última matéria trata sobre a atuação dos sindicatos docentes do Paraná, que confirma como as direções sindicais abriram mão das lutas, o que é uma das faces da colaboração de classes no período.

Participação nos “atos simbólicos” de 8 de março

Os movimentos e sindicatos se recusaram a organizar um dia de luta da mulher trabalhadora. Em alguns estados, o dia passou despercebido. Eis o balanço em Porto Velho e São Paulo:

Porto Velho

Mantendo a mesma política imobilista de todos os sindicatos e centrais, o Sintero convocou um ato “simbólico”, no dia 8 de março. Se houvesse empenho da direção do sindicato, o ato “simbólico” poderia ter sido transformado em uma grande manifestação de rua. O desemprego e subemprego golpearam as mulheres nesse ano de pandemia. A maioria se encontra escravizada pelos afazeres da família, é vítima do aumento exponencial da violência (feminicídio), e boa parte vem padecendo com os contágios e mortes pelo coronavírus. Portanto, os problemas são muitos, e as reivindicações dessa camada oprimida vão, desde a defesa dos empregos, até a luta pela saúde pública.

No entanto, os burocratas usaram a concentração como ponto para a saída da carreta. Pretendiam chamar a atenção da população para os problemas das mulheres por meio do “buzinaço”. Foi lamentável. O “buzinaço” tinha aproximadamente 20 veículos, que levaram a burocracia do sindicato e alguns militantes petistas. O que evidenciou é que essas direções estão distantes dos reais problemas da mulher. Na realidade, estão se preparando para as disputas eleitorais de 2022.

O POR esteve na concentração e interveio com a distribuição do Manifesto.

Em São Paulo

Este ano, o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora ficou muito aquém do que deveria, diante de tantos ataques aos explorados e oprimidos, com as crises pandêmica e econômica.



Mesmo sabendo que a decomposição capitalista recai com mais força sobre as mulheres, com o peso do desemprego, da desigualdade salarial, da sobrecarga pelo cuidado dos idosos, dos filhos fora da escola, dos familiares adoecidos, da violência doméstica, etc., a direção que organizou o ato – PT e PSOL – deliberou por não divulgar a manifestação, no intuito de “não gerar aglomeração e respeitar as recomendações sanitárias”. E fizeram questão de enfatizar o respeito às autoridades, durante o protesto.

Assim, o ato foi esvaziado, marcando presença apenas alguns militantes psolistas, petistas, estudantes da UPES, e integrantes de um movimento de moradia. A CSP-Conlutas (PSTU) passou em carreta, brevemente. Predominaram essencialmente nas falas o “Fora Bolsonaro”, e a defesa do retorno do mísero auxílio emergencial de R\$ 600.

O POR esteve presente, distribuiu material, e fez uma fala. Foi o único a defender a independência de classe, a unidade da luta entre empregados e desempregados, contra o fechamento das fábricas, pelo fim das demissões. Concluiu, dizendo que a emancipação da mulher e a erradicação de toda forma discriminação só é possível com a derrocada do capitalismo. O que significa trabalhar, desde já, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Avança o processo de privatização do porto de São Sebastião

É preciso superar o imobilismo das direções sindicais

Nas últimas semanas, o Governo Federal decidiu acelerar o processo de privatização do Porto de São Sebastião. O lançamento do edital do leilão, que estava marcado para o primeiro trimestre de 2022, foi anunciado para o quarto trimestre deste ano. O leilão em si, que estava anunciado para o quarto trimestre de 2022, foi antecipado para o segundo trimestre de 2022.

Diante do encurtamento do processo, e da consequente aproximação das datas, o que fizeram as direções dos sindicatos das categorias portuárias? Reuniões com o prefeito e com os vereadores. Nada de organizar as categorias para o necessário enfrentamento com o governo federal, por meio de reuniões e assembleias. Já passou da hora de se chamar uma assembleia conjunta de todos os trabalhadores do Porto, para que possam debater as ameaças, e deliberar como reagir.

O governo se aproveita do imobilismo das direções sindicais, para acelerar o seu projeto privatista e entreguista. Conta também com a divisão entre os trabalhadores (doqueiros vinculados ao Estado de SP, e avulsos) para atacá-los, ao mesmo tempo com mais força. Neste sentido, a bandeira contrária à privatização e em defesa dos empregos e salários de todos os trabalhadores portuários é fundamental, para unir o movimento e fortalecer a luta. A adesão dos portuários na luta contra as privatizações como um todo, notadamente na Petrobrás, também é de grande importância.

Abaixo a privatização do Porto de São Sebastião! Em defesa dos empregos e salários de todos os trabalhadores! Contra as privatizações!

Greves na refinarias da Petrobras

Romper a passividade e ganhar nacionalmente as ruas

A direção do Sindipetro informa que as unidades de refinarias da Petrobras da Bahia (Rlam), no Amazonas (Reman), no Espírito Santo estão em greve há 13 dias. Outras refinarias, como a de Pernambuco (Abreu e Lima), e a Regap (Gabriel Passos), em Minas Gerais, aprovaram a greve e a do Paraná (Usina de Xisto) pode aprová-la a qualquer momento. O movimento tem como objetivo fazer denúncia contra as privatizações e suas consequências, como a precarização das condições de trabalho. Informou, também, que há denúncias de aumento dos contágios pelo Covid-19. Na refinaria da Bahia, já são 90 contaminados, e duas mortes. Na Regap, foram confirmados, na última semana, 78, e, em março, mais de 200 trabalhadores testaram positivo.

Apesar desse quadro apontado pelas direções, as greves dos petroleiros permanecem isoladas, em cada refinaria. Não há manifestações de rua. As centrais e as federações dos petroleiros não organizaram uma campanha nacional contra o desmonte do que resta da Petrobrás, com manifestações de rua nacionais. O que tem prevalecido são discursos, contra a entrega da estatal. E a denúncia do avanço da pandemia e mortes. As greves por refinaria, as ações judiciais, as idas e vindas ao Congresso Nacional, não são suficientes para barrar o plano do ministro da Economia do governo Bolsonaro. A vitória das greves dos petroleiros dependerá de uma ação do conjunto da classe operária e demais trabalhadores, o que pressupõe romper com a política das direções sindicais. A privatização das refinarias é parte do desmonte que a Petrobrás vem sofrendo, anos a fio. Faz parte da política antinacional dos governantes, ditada pelos monopólios imperialistas. Derrotar essa política implica unidade dos explorados, e métodos próprios da luta de classes.

Montadoras dão mais um breque na produção

As multinacionais, ora param a produção por excesso, ora por falta de componentes. A Ford encerrou as atividades no Brasil, alegando que o custo de produção no país era maior do que as vendas. Agora, a Honda, Chevrolet e Audi paralisaram a produção, dizendo que há escassez de componentes elétricos no mercado global, dificultando a produção no mercado nacional. Nada disso é novidade. Os capitalistas estão sempre ajustando a produção. O problema é que ambos ajustes recaem inteiramente sobre os operários. A imposição de férias coletivas, banco de horas, layoff, etc. vêm sendo amplamente impostos. Nesse momento, as multinacionais e o grande capital pressionam o governo, para que decrete nova Medida Provisória, nos moldes da MP 936, de suspensão de contratos e redução de salários.

Enquanto os capitalistas agem duramente sobre os trabalhadores, as direções sindicais se encolhem cada vez mais. O caso do fechamento das fábricas da Ford é o testemunho mais duro da incapacidade dessas direções de organizar uma resposta coletiva da classe operária, que necessariamente começa com as assembleias gerais, constituição dos comitês de luta, e avança para as paralisações e manifestações massivas dos trabalhadores. Agora, com a decisão da Honda e Chevrolet, permanecem caladas. Está aí por que o Boletim Nossa Classe insiste que a tarefa da vanguarda com consciência de classe é de se constituir como direção classista e revolucionária do proletariado.

Mais uma fala conciliadora e pró-capitalista da direção sindical

Diante do avanço da pandemia, e do aumento da quantidade de operários contaminados, o presidente do Sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo, Márcio Ferreira, lamentou a quantidade de trabalhadores que foram afastados com Covid-19. Diz que, na Bridgestone e na Prometeon, já são 200, sendo 143 por pertencer ao grupo de risco, e 45 trabalhadores, todos os meses, ficam fora da fábrica por estarem contaminados. Conclui com a fala de um verdadeiro patrão: os afastamentos estão impactando na produção de pneus, e os que ficam não

dão conta da demanda. Como um apêndice desse discurso, o burocrata diz que a Bridgestone demitiu 156, e a Prometeon, 54 operários, em plena pandemia. Nada foi dito contra as demissões e o acordo de PDV entre o sindicato as multinacionais.

Os burocratas lamentam os contágios e ficam consternados diante do aumento da superexploração do trabalho. No entanto, apoiam os planos de ajustes das multinacionais, e se calam diante das demissões. São, na realidade, traidores da classe operária.

Assembleia virtual dos servidores do Judiciário Federal de São Paulo aprova o lockdown das centrais sindicais

Os servidores decidiram que farão uma paralisação do funcionalismo no dia 24 de março. Será em “defesa do serviço público, contra a PEC 32, e por vacinação já”. E também pelas consequências da PEC 186, que possibilita o congelamento salarial, e proíbe os concursos. A assembleia virtual aprovou as bandeiras, defendidas pelo PSTU, de “Fora Bolsonaro, Fora Mourão e vacinação para todos”. O dia de paralisação é um indicativo do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), e pelas centrais sindicais.

A paralisação dos servidores ocorrerá com atividades remotas. Como diz um dos diretores do Sintrajud, Fabiano dos Santos, “Nosso objetivo é que nossos colegas parem os trabalhos durante todo o dia 24 de março, queremos realizar uma grande atividade virtual, com a participação de todos, para dar dimensão da nossa mobilização.

Na realidade, o lockdown das centrais, endossado pelos servidores públicos, está na contramão das necessidades da classe operária e demais explorados. Uma paralisação com “atividades remotas” e agitos nas redes sociais não potenciam a organização da luta dos trabalhadores, para enfrentar os violentos ataques dos governantes e da burguesia. Ao contrário, desmoralizam e banalizam a paralisação nacional.

Por isso, estamos preparando uma aula pública, com especialistas sobre o avanço da pandemia e os ataques ao funcionalismo, um “twittaço”, e movimentação nas redes, em unidade com as demais categorias”.

Na realidade, o lockdown das centrais, endossado pelos servidores públicos, está na contramão das necessidades da classe operária e demais explorados. Uma paralisação com “atividades remotas” e agitos nas redes sociais não potenciam a organização da luta dos trabalhadores, para enfrentar os violentos ataques dos governantes e da burguesia. Ao contrário, desmoralizam e banalizam a paralisação nacional. O fracasso da recente “greve sanitária” da educação em São Paulo

deveria servir para que as direções abandonassem esses métodos estranhos aos trabalhadores. E se colocassem por defender verdadeiramente as reivindicações e os métodos próprios do proletariado.



Declaração do Partido Operário Revolucionário

Significado da anulação da condenação do ex-presidente Lula

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de lutar pela independência política do proletariado e demais explorados

10 de março de 2021

Em abril de 2018, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, negou o habeas corpus ao ex-presidente Lula, sob a ameaça do general Eduardo Villas Bôas, que se pronunciou em nome do Alto Comando das Forças Armadas. Esse mesmo ministro, que é relator da Lava Jato no STF, no dia 8 de março, portanto, quase três anos depois, decidiu pela anulação das condenações, determinadas pela 13ª Vara Federal de Curitiba. A mudança do parecer de Fachin ocorreu pouco depois do general Villas Bôas ter confirmado, em um livro de memória, recém-publicado, que o seu pronunciamento contra o habeas corpus resultou de uma concordância do Alto Comando. Fachin, depois de ter baixado a cabeça diante dos dizeres da mensagem de Villas Bôas, há cerca de três anos atrás, respondeu que era inconcebível tal interferência no poder judiciário.

A decisão monocrática de anular as condenações de Lula causou surpresa generalizada. O general Villas Bôas, que ocupa um cargo no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), desta vez, não teve como agir no sentido contrário. O Alto Comando preferiu não contestar, para não abrir um conflito institucional, na situação de agravamento da crise política. Coube ao general Eduardo José Barbosa, presidente do Clube Militar, divulgar uma nota, em que afirma: “*lugar de ladrão é na cadeia*”. Segundo o general, existe, no país e no mundo, uma “*comunidade criminosa*”, que festejaria “*a vitória do banditismo*”. Bolsonaro requeitou as denúncias do “petrolão”, e denunciou que Fachin havia sido indicado pelo governo do PT ao STF. A grande imprensa chegou a qualificar de “*chicana*”.

O PT considerou a anulação das condenações como um atestado de inocência de Lula. Com nuances, os partidos de oposição à esquerda, avaliaram que se tratou de uma revisão judicial de uma perseguição política. A ultradireita militar se sentiu contrariada. Certamente irá pressionar para que a decisão de Fachin e a quase decisão da 2ª turma do STF, de tipificar de suspeição o ex-juiz Sérgio Moro, não vão até o ponto de dar uma carta de inocência a Lula, que implicaria uma carta de condenação ao ex-juiz e do grupo de procuradores da Lava Jato. Eis por que a direção do PT disse ter recebido a notícia com alegria, mas com cautela. Há o temor de que a manobra “técnica” de Fachin possa ser utilizada por um juiz federal de Brasília, para validar o processo e a condenação, levadas a cabo pela 13ª Vara de Curitiba. A melhor solução para o Judiciário seria a de pôr de lado o juiz e os procuradores de Curitiba, sem anular o processo e as decisões judiciais.

Tudo indica que a interpretação sobre o lance “técnico” de Fachin tem por objetivo salvar a Lava Jato, que se viu diante da suspeição concreta, com as revelações do The Intercept. A Operação “Spoofing”, movida pela Polícia Federal, prendeu os hackers. No entanto, o estrago já estava feito. As conversas entre o juiz, procuradores, membros da Polícia Federal e jornalistas, em torno às ações e formas de incriminar Lula, evidenciaram um complô político. O fato de envolver parlamentares e ministros do STF, considerados adversários da Lava Jato, expôs a amplitude do conluio maior do que o objetivo de condenar e prender Lula. Esse descuido foi fatal. Por sua vez, a revelação de que foram realizadas interceptações telefônicas clandestinas deu a Gilmar Mendes o argumento de que se tratava de prática criminosa. Essas ações subterrâneas do juiz e

A condenação e prisão de Lula, em abril de 2018, sem provas, concluiu a operação política de desmonte do PT, e cassação dos direitos políticos de Lula, cinco meses antes das eleições presidenciais de 2018, que encerrariam a transição da ditadura civil de Temer, e elegeriam o franco atirador Jair Bolsonaro.

procuradores facilitaram ao STF liberar as revelações do The Intercept à defesa de Lula.

A sessão da 2ª turma do STF, do dia 9 de março, decidiu pelo julgamento sobre a parcialidade de Sérgio Moro. O voto favorável do ministro Gilmar Mendes se baseou em uma longa exposição sobre as violações praticadas pelo núcleo responsável pela Lava Jato. Concluiu pela responsabilização de Sérgio Moro, e o sentenciou a pagar os custos do processo. A essência da imputação se resume na frase de que não se pode corrigir um crime cometendo outro crime. O pedido de vistas do ministro Kassio Nunes Marques adiou a decisão. A exposição completa das artimanhas do juiz e procuradores, porém, foi mais do que suficiente para dar causa política a Lula. Os pronunciamentos de Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski enterraram definitivamente a Lava Jato.

Os ministros não fizeram senão reconhecer judicialmente o que estava exposto, desde o início da abertura do processo contra Lula, em março de 2016, quando foi expedida por Moro a ordem de condução coercitiva e, em agosto, a denúncia, feita por Deltan Dallagnol, de corrupção. A condenação e prisão de Lula, em abril de 2018, sem provas, concluiu a operação política de desmonte do PT, e cassação dos direitos políticos de Lula, cinco meses antes das eleições presidenciais de 2018, que encerrariam a transição da ditadura civil de Temer, e elegeriam o franco atirador Jair Bolsonaro. A anulação da condenação de

Lula por Fachin, e o encaminhamento favorável à suspeição de Moro, podem restituir o direito de Lula de ser candidato nas eleições presidenciais em 2022. É nessa possibilidade que reside o temor da decisão, inclusive de críticos da Lava Jato e do próprio governo Bolsonaro, como se reflete na imprensa monopolista. O impropério do Clube Militar, a retomada de acusações contra o ex-presidente pela imprensa, sem as devidas comprovações, e comentários de representantes do grande capital indicam que haverá uma grande pressão para que não se consolidem os direitos políticos de Lula.

O próprio discurso do petista, realizado no Sindicato Metalúrgico do ABC, em 10 de março, procurou arrefecer a resistência da burguesia, ao afirmar várias vezes que não guardava mágoa. E que tão somente exigia a suspeição de Moro. O agradecimento a figuras como o Papa, que teria confiado em sua inocência, ocupou um lugar de destaque na ideia de que se tratava apenas de reconhecer a verdade e a justiça. Lula é um orador sagaz, que se vale fartamente dos improvisos, mas que se esmerou em se projetar como oposição a Bolsonaro. Atacou o calcanhar de Aquiles do governo, que desdenhou a pandemia, e não esteve à altura de defender a população. Evitou qualquer menção aos generais, que sustentam Bolsonaro, e agiram em favor da perseguição ao PT e Lula. Criticou, em termos de comparação, que Bolsonaro quer liberar a compra de arma, quando deveria estar cuidando da compra de vacinas e do desemprego. E fez um gesto aos militares, dizendo que se trata de providenciar mais armas para as Forças Armadas e a polícia.

O problema fundamental para a burguesia, governo Bolsonaro e próprio PT não está em anular o fraudulento processo que levou à prisão de Lula, mas sim a sua habilitação a candidato presidencial. Bolsonaro vem tropeçando, de crise em crise. As forças partidárias oposicionistas, que incluem até mesmo partidos que estiveram com o bolsonarismo, e que romperam, já se movimentavam para constituir alinhamentos eleitorais. Entre os partidos considerados de esquerda do espectro da política burguesa, se discutia a possibilidade de uma frente ampla anti-Bolsonaro. Caso Lula conserve os direitos políticos, as articulações sofrerão mudanças. É sintomático que o caudilho Ciro Gomes, PDT, tenha se colocado a favor

da anulação da condenação e, ao mesmo tempo, rejeitado um alinhamento sob a candidatura de Lula. Não há, no entanto, como desvincular a decisão de Fachin da recuperação dos direitos políticos e, conseqüentemente, da candidatura de Lula. Esse foi o sentido do pronunciamento do ex-presidente no Sindicato Metalúrgico.

Está mais ou menos definida a desautorização da Lava Jato, com o desmascaramento do ex-juiz e do grupo de procuradores de Curitiba. O que falta definir é se a Justiça Federal de Brasília permitirá a Lula a recuperação definitiva de seus direitos políticos. É nesse terreno que se travarão os embates no próximo período.

Não há dúvida de que se trata de uma bandeira democrática exigir o fim da condenação, a retomada integral dos direitos políticos, e a responsabilização dos implicados no complô da Lava Jato. Bandeira que não pode servir aos interesses eleitorais do PT, nem ocultar que Lula e o PT se corromperam na política burguesa. A luta democrática contra a perseguição política a Lula e ao PT se impôs, nas condições em que a Lava Jato se constituiu em um instrumento do golpe de Estado, que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff. Para cassar o voto dos milhões que elegeram Rousseff, na disputa com Aécio Neves, do PSDB, foi necessário montar um escândalo político sobre a corrupção, como se fosse uma prática inerente ao governo petista, e constituir uma ampla frente burguesa, apoiada na fúria anticorrupção da classe média. O lugar de Dilma foi ocupado pelo seu vice, Michel Temer, cujo envolvimento com a corrupção foi logo revelado pelo Ministério Público, sem que fosse motivo para as mesmas forças que usaram a bandeira

da anticorrupção se colocassem pela deposição do presidente preposto. Aécio Neves, que encabeçou o movimento do impeachment, também foi surpreendido por denúncias de corrupção. Tanto Temer, quanto Aécio, despontaram como quadrilheiros. É muito bem conhecida, na história dos golpes de Estado, a utilização da corrupção, como se essa chaga não fosse uma manifestação intrínseca ao Estado e à política burguesa.

O PT, desde o seu nascimento, foi alvo da reação oligárquica, simplesmente porque levantou bandeiras reformistas, que acabaram na prática se mostrando inviáveis, pelas condições do capitalismo em decomposição, e da rígida dominação imperialista. Não bastou que Lula organizasse seu governo em aliança com setores da burguesia nacional, vinculados a interesses internos. Nem mesmo elegendo como vice o capitalista José Alencar, e constituindo uma base parlamentar com partidos conservadores e direitistas, foram suficientes para demonstrar seu compromisso com os interesses gerais da burguesia e do próprio imperialismo. Lula venceu as pressões da oligarquia para que fosse destituído por um impeachment, graças ao crescimento da economia mundial, que se refletiu favoravelmente



Está mais ou menos definida a desautorização da Lava Jato, com o desmascaramento do ex-juiz e do grupo de procuradores de Curitiba. O que falta definir é se a Justiça Federal de Brasília permitirá a Lula a recuperação definitiva de seus direitos políticos. É nesse terreno que se travarão os embates no próximo período.

Adquira com o distribuidor:
R\$ 35

ASCENSO E QUEDA DO PT

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

ao seu governo, no Brasil. Dilma Rousseff não teve a mesma sorte. O declínio da economia e a recessão potenciaram um movimento da pequena burguesia, insuflado por uma frente golpista, e municiado pelos escândalos promovidos pela Operação Lava Jato.

O que se pretende, agora, com as revelações do complô de Moro, procuradores, agentes da Polícia Federal e imprensa, é evitar que se torne a ponta do iceberg do golpe que se gestou no início de 2016, e concluiu em agosto de 2016. Na época, houve vozes, no interior do PSDB, que propunham a cassação do registro do PT. A surpresa foi que, nas eleições presidenciais de 2018, Lula, desde a prisão, comandou a candidatura de Fernando Haddad, que acabou polarizando eleitoralmente com Bolsonaro.

A trajetória desses acontecimentos permite deduzir que a candidatura de Lula é uma séria ameaça à continuidade de Bolsonaro e seus generais no poder. O problema não se resume ao governo bolsonarista, que caiu muito cedo em desgraça, diante de importantes setores da burguesia que o apoiaram, para evitar a volta do PT à presidência. Se era inconcebível que o golpe de Estado concluísse com dois governos mergulhados na crise econômica e política e com a eleição de Haddad, mais ainda com a população reconduzindo Lula, da prisão à presidência da República. Embora Lula e o PT estejam dispostos a esquecer o passado, historicamente o retorno ao poder do Estado significa o fracasso do golpe de 2016, cujo objetivo era o de erradicar o petismo, por mais que estivesse adaptado à ditadura de classe da burguesia. Esse é o embate que se dará daqui para frente.

A vanguarda com consciência de classe deve ter claro que esse processo e a virada que começou com a libertação de Lula e, agora, com a decisão de Edson Fachin, e a ofensiva de Gilmar Mendes contra o ex-juiz Moro, acarretarão uma ofensiva eleitoral do PT. É necessário esclarecer que a defesa democrática dos direitos políticos de Lula não se confunde, e não deriva em nenhum tipo de alinhamento e disputa eleitoral. Para isso, é imperativo explicar à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude o caráter capitalista e contrarrevolucionário do reformismo. Lula encenou, em seu discurso, no Sindicato Metalúrgico, que seu governo foi de progresso, e que está colocado substituir Bolsonaro por um governo, que tenha um “projeto nacional de nação”. Evidentemente, excluiu o momento em que seu governo começou a se desmoronar, e em que sua sucessora, Dilma Rousseff, se afundou na incapacidade de enfrentar a crise econômica, não conseguindo rechaçar as pressões do capital financeiro, e se apoiar na mobilização das massas contra as manobras econômicas e políticas do grande capital. Lula não fez uma só menção ao golpe de Estado e à impotência do PT e aliados, de organizarem a classe operária para resistir e derrotar a frente golpista.

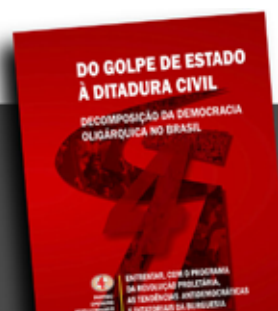
A vitória do PT e de Lula – que avaliamos como vitória de pirro – ocorre na situação em que a burocracia sindical, tendo à frente a direção do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, não mexeu um fio de cabelo para organizar um movimento contra as demissões em massa, a MP 936 e implantação das reformas trabalhista e previdenciária. As forças políticas reformistas se submeteram à política burguesa do isolamento social, ao ponto de fecharem as portas dos sindicatos, condenarem qualquer manifestação de rua, refugiarem no mundo virtual, e colaborarem com as medidas de emergência de Bolsonaro, Congresso Nacional e governadores. O fechamento da Ford, em plena pandemia, ocorreu na mais profunda passividade das massas, causada, não apenas pelo temor da pandemia, mas sobretudo pela política de colaboração de classes da burocracia sindical e dos partidos que a dirigem. Lula denunciou corretamente que Bolsonaro não fez nada para combater o desemprego e o aumento da pobreza. Mas, não denunciou seus comparsas sindicais, que aplicaram a MP 936.

A classe operária e demais explorados não devem esperar de nenhum governo burguês que proteja os postos de trabalho e os salários. O motivo é simples: qualquer que seja o governo, governa para a burguesia, e jamais para os explorados. Os reformistas fazem de tudo para ocultar essa lei econômica, política e histórica. A vanguarda com consciência de classe tem a obrigação de combater tudo que desvie a atenção e o curso da luta de classes. O PT, há muito, se cristalizou como um partido da ordem capitalista. E os governos de Lula e Dilma demonstraram a impossibilidade de reformar o capitalismo, resolver as tarefas democráticas do país semicolonial, e erradicar a miséria e a fome.

A tarefa revolucionária consiste em organizar o proletariado no seu campo de independência de classe, de maneira que se torne a força motriz que dirija a maioria oprimida contra os pilares da propriedade privada dos meios de produção e do Estado burguês. Essa tarefa está condicionada à defesa e desenvolvimento do programa da revolução e ditadura proletárias. É por meio dela que se caminhará para a luta por um governo operário e camponês. É por meio dela que se realizará uma frente única anti-imperialista, que tenha por objetivo emancipar a nação oprimida do domínio das potências e de seus monopólios. A experiência demonstrou que o reformismo e o burocratismo sindical se levantam como uma muralha à independência de classe do proletariado.

É decisivo que a vanguarda com consciência de classe não se deixe arrastar pela vitória de pirro do PT e Lula. Qualquer vacilação nesse sentido contribui para prolongar a crise de direção, que vem impossibilitando transformar as revoltas instintivas em movimento consciente pela revolução social e pelo socialismo. Concentremos nossos esforços em construir o Partido Operário Revolucionário.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Balanços de algumas células sobre as Conferências Regionais

I. SÃO PAULO

Célula IF

1. A realização da Conferência São Paulo-Paraná se deu em um momento de profunda decomposição do capitalismo, com ampla destruição de forças produtivas, principalmente pelo fechamento de fábricas e demissões em massa, avanço da crise econômica, sanitária e política, e ampliação do Estado policial e instrumentos de repressão. Está aí a importância do POR ter se mantido como partido vivo, atuando, com a capacidade de suas forças, na luta de classe. A conferência deve servir como instrumento de fortalecimento da militância porista e sua atuação nos movimentos. Os prognósticos políticos, que se realizaram na conferência de avanço da miséria, da fome, desemprego, etc., trarão junto maiores choques entre os explorados e a burguesia e seus governos. Devemos estar preparados.
2. A manutenção da conferência com todas as dificuldades postas pela pandemia foi possível com profunda preocupação da direção com os riscos para a militância. Esta preocupação se materializou na escolha de um espaço físico adequado, na organização do espaço e demais cuidados higiênicos tomados. Não se verificaram falhas neste sentido.
3. Ressaltamos a disciplina da militância na atividade. Os camaradas que ficaram na Comissão de Segurança praticamente não tiveram problemas, por exemplo, em momento algum foi necessário chamar atenção sobre a utilização indevida de aparelhos eletrônicos. A militância permaneceu durante um dia e meio de atividade concentrada. Avaliamos como positiva a condução dos trabalhos pela mesa.
4. Politicamente, percebemos um grande alinhamento do conjunto da militância com a política do partido. As falas coesas expressaram a assimilação da linha política. Foi possível identificar como essa linha foi aplicada em diversos movimentos em que atuamos, em especial a luta que travamos junto à classe operária em defesa da força de trabalho, que ganhou maior projeção no início deste ano, com o fechamento da Ford e outras fábricas, e a luta dos professores contra os ataques na educação, e a política conciliadora das direções. As resoluções aprovadas devem servir como instrumento de luta da militância, para enfrentar os próximos desafios da luta de classes.
5. A riqueza das discussões em torno das resoluções trouxe um prejuízo que foi a redução de tempo para o balanço de atividades. A necessária limitação das falas prejudicou o aproveitamento do tempo para aprofundar as discussões sobre as falhas e os desafios em nossa organização. Nesse sentido, identificamos uma certa repetição de falas que poderia ser evitada em nome do ganho de tempo, para a discussão de problemas, como a paralisia da publicação do Boletim Estudantil, a vendagem do Jornal Massas, Revista da Educação nº 10 e demais materiais, o crescimento partidário local e nos estados que não atuamos, etc.
6. Destacamos a conquista que foi a publicação do livro da pandemia e a manutenção do seu lançamento no final da conferência, apesar do pouco tempo. O livro foi a tradução para a teoria da experiência prática do partido, além do registro histórico de um partido que não se dissolveu. Destacamos a fala de um camarada que afirmou que os demais partidos que se reivindicam dos trabalhadores não poderiam lançar um material como este, que

expressasse suas intervenções na luta de classes ao longo da pandemia. Não é possível falar sobre aquilo que não aconteceu.

7. Concordamos e reforçamos a orientação de que a cel. do PR se incorpore à coordenação SP. Isso vai ajudar a fortalecer e reestruturar o trabalho no PR, além de contribuir com o fortalecimento da própria coordenação SP.
8. Avaliamos nossa participação celular como positiva na conferência. Não foi possível propor, na conferência, como parte das discussões sobre a Resolução da Juventude Proletária Secundarista, e a célula percebeu a necessidade de aprofundar os estudos sobre o autonomismo e as direções desse movimento. Somado a isto, identificamos um relativo crescimento organizativo da juventude no partido. Com isso, indicamos para as coordenações e a direção avaliar a possibilidade de realizar no próximo período uma conferência nacional da juventude, no sentido de fortalecer os quadros, e a aplicação da política proletária nesse setor.

Célula OP

1. A Conferência mostrou uma vitória do Partido. O Partido e a militância, não cederam frente ao terror e à política burguesa do isolamento social. Foi realizada em um momento que a classe operária e demais explorados estão morrendo pelo Covid-19. Isso frente a uma política aberta de traição e de colaboração de classe da burocracia sindical de direita e de esquerda. A linha política do partido se mostrou acertada. A posição do partido da impossibilidade de aplicar o método científico do isolamento social no sistema capitalista se confirmou. Isso permitiu ao Partido avançar sua intervenção em todas as frentes. O POR não abandonou a trincheira de luta. Levantou a bandeira da independência de classe do proletariado, a luta pelas reivindicações por meio da ação direta, porque entendeu, desde o início da pandemia, que o sistema de exploração capitalista é a causa e verdadeiro inimigo a ser combatido e destruído pelo proletariado.
2. A Conferência se deu sob a bandeira da ocupação e estatização sem indenização, sob o controle operário, como única forma de impedir o fechamento da Ford e demais fábricas. O POR combateu a política de indenizações, PDV, lay-off, suspensão de contratos, redução de jornada e salários, que só têm beneficiado a patronal. Explicamos para os operários que a crise econômica é estrutural. Que o choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada, a crise de superprodução capitalista, é a causa do fechamento de fábricas, desemprego e miséria do proletariado. Que nenhum governo burguês poderá aplicar uma política de desenvolvimento nacional da indústria. Que a estatização sem indenização, sob o controle operário da Ford e demais empresas, não se conquista pela via democrática, através do parlamento ou do congresso, como defende a burocracia sindical, centrais sindicais e seus partidos reformistas e centristas. Somente por meio da ação direta, a ocupação das fábricas, e a constituição da frente única anti-imperialista, que unifique a maioria explorada, dirigida pela classe operária, será possível expropriar a burguesia do poder, e impor a estatização, sem indenização, sob o controle operário das empresas privadas.
3. O espírito revolucionário de combate esteve presente na intervenção de todos os militantes, ao destacar aspectos da luta

política do partido, em todas as frentes. Todos os camaradas demonstraram ter feito uma boa preparação dos documentos. Tanto os responsáveis pelas exposições dos documentos, como os que se anotavam para fazer intervenções, destacavam os principais aspectos das teses. Na educação, no movimento estudantil, no movimento operário, todos levantaram a defesa da convocação das assembleias gerais, presenciais, para unificar as lutas. A defesa das reivindicações por meio da ação direta, a ocupação das fábricas, manifestação e bloqueios de rodovias, piquetes. Havia convicção em rechaçar a política de conciliação e defender a estratégia da revolução e ditadura do proletariado, do governo operário e camponês. A necessidade de construir o POR, como sessão nacional do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Célula AB

Linha política

O acerto da linha política foi o aspecto que mais se destacou durante a conferência. A militância mostrou uma compreensão comum, quanto à principal resposta do partido no último período, que foi a resposta à política burguesa diante da pandemia (o chamado “isolamento social” burguês, que arrastou toda a esquerda). Esteve presente em todos os momentos a independência de classe para responder às crises econômica e sanitária. As intervenções mostraram como a regional aplicou essa linha na prática, e como as células se mostraram firmes na linha do partido.

O levantamento e resposta histórica que consta na resolução São Paulo também é um importante avanço para a regional. Resaltamos ainda a importância das resoluções específicas. Por um lado, a resolução operária serviu, junto ao balanço organizativo da comissão operária, para mostrar a importância que demos para o trabalho operário; por outro, as resoluções da educação serviram para marcar a resposta marxista na educação diante da pandemia, combatendo o EaD, o corporativismo das direções, e defendendo a luta presencial. Além disso, as resoluções específicas também cumprem o papel de elevar os quadros partidários na elaboração programática.

Disciplina

A conferência foi disciplinada e bem organizada. O local que utilizamos foi bom e foram importantes os cuidados com as medidas sanitárias. Os horários de início e fim foram cumpridos, e todos os temas foram discutidos. As intervenções, via de regra, respeitaram o tempo de fala. As divergências discutidas foram aquelas enviadas com antecedência, mesmo que parte delas tenham chegado poucos dias antes da plenária. Isso mostra, por um lado, a superação dos improvisos, e, por outro, que a militância preparou sua intervenção e contribuições à Conferência.

Houve uma boa participação da militância nas discussões. Ainda que algumas colocações tenham sido feitas sobre um tema quando se discutia outro, não se fugiu dos temas da própria conferência, e não se destoou da linha política geral do partido.

Falhas organizativas

Apesar da disciplina da conferência, existiram falhas organizativas que colocamos neste balanço, pois, devemos cuidar para não acontecerem novamente.

Não fomos avisados da mudança de local da atividade. Chegamos a ir, inclusive com um contato, para o local anteriormente marcado. Essa falha é grave, porque, caso não tivéssemos levado aparelho telefônico (prática recomendada por questões de segu-

rança), teríamos deixado de participar da conferência, o que felizmente não ocorreu.

Outra falha foi não haver no caderno de balanço organizativo o balanço do PR e duas propostas apresentadas por escrito por W. não constarem no caderno de propostas de alteração das resoluções.

Célula LA

1. A cél. L. avaliou que a Conferência São Paulo expressou, em seus documentos, as experiências da militância durante o período da pandemia, em 2020. Todas as resoluções refletem a justeza da linha político da P. e sua aplicação na realidade.
2. Os embates com as correntes que defenderam o isolamento social burguês, em oposição a um plano emergencial da classe operária e dos demais explorados, defendido pelo P.; a tática das assembleias virtuais para decidir sobre os rumos do movimento, em oposição à necessidade de convocação de assembleias presenciais, são exemplos da adaptação das correntes, de todas as variantes políticas, à política burguesa do isolamento social.
3. É unânime a avaliação de que a linha política foi acertada em todo o período, iniciada pela exigência de convocação de um dia nacional de luta, em oposição ao cancelamento do dia 18 de março. Esse dia serviria para organizar os trabalhadores em torno de um plano emergencial de combate aos ataques da burguesia e seus governos.
4. A resolução de São Paulo e de outras regionais foram um avanço significativo na construção do programa. Mesmo que tenham aprofundamentos a serem feitos, o fato de terem sido elaboradas permite que o conjunto da militância possa contribuir com seu aperfeiçoamento.
5. Foi um acerto a direção ter insistido que as conferências regionais ocorressem de forma presencial. Esse é um momento de extrema importância histórica, e que exige a coragem de se colocar à frente dos acontecimentos, dando respostas ao conjunto do proletariado, que ficou órfão de suas organizações de classe e de seus partidos.
6. A disciplina e a clareza das intervenções demonstraram que a militância amadureceu durante essa fase de intensa luta política. Revela que a militância atuou sobre a realidade objetiva, e se forjou na luta de classes.
7. Destacou-se a importância dos debates sobre a classe operária e como a partido atuou nos diversos momentos com o boletim Nossa Classe. Também destacou-se a relevância da comissão operária, que esteve à frente dos principais acontecimentos que emergiram durante a pandemia. As greves dos Correios, da Volks, Renault e, principalmente, da Ford, colocaram o boletim Nossa Classe em destaque. Introduziu uma cunha entre a política de conciliação de classes e a política de independência de classe do proletariado.
8. Por fim, destacou que as excelentes condições do local permitiram um ótimo debate das resoluções e a concentração dos militantes.

Célula MO

Houve uma boa preparação dos documentos para a Conferência, com os prazos de entrega. Essa pontualidade possibilitou estudos coletivos. Verificou-se o acerto da linha do partido, diante da pandemia, que combinou com a crise econômica, que vinha ocorrendo desde 2008. Assim, a militância pôde sentir segura em suas intervenções nas portas de fábricas, nos movimentos.

O partido respondeu às esquerdas, que seguiram a política da burguesia – o isolamento social –, que, na realidade, demonstrou que a classe operária e os demais oprimidos não devem confiar

na burguesia, nem no seu Estado, para defender suas condições de vida. Com a crise sanitária, observa-se claramente os interesses dos capitalistas diante da saúde, como um negócio na sociedade capitalista, e o domínio dos monopólios farmacêuticos, que controlam o comércio das vacinas. As direções das centrais sindicais, já no início, fizeram um favor à burguesia, de desmarcar o dia 18 de março de 2020, momento em que poderia, com as assembleias, erguer um plano próprio da classe operária e dos demais trabalhadores. Destacamos no balanço a luta do POR em torno à defesa da independência política e da unidade dos explorados, em defesa de uma resposta própria à pandemia e crise econômica.

As apresentações dos documentos foram claras. Destacaram a essência de cada documento. As resoluções responderam aos problemas atuais, como a resolução sobre o movimento operário, da educação e juventude. As intervenções assinalaram os pontos principais de cada resolução. Ficou bem clara a ligação como a resolução sobre a situação nacional.

Houve um destaque referente ao trabalho operário, que envolveu toda militância, e o trabalho da comissão operária, que formulou a linha política do Boletim Nossa Classe e organizou as campanhas nas fábricas. No balanço, destacamos o esforço por penetrar o programa no seio da classe operária, mesmo diante das dificuldades da pandemia. O partido saiu ativo, e avançou na tarefa de elaboração da política proletária, como um partido leninista. Avançou na teoria e na prática, com a crítica e autocrítica. Com novidades no uso da tecnologia, que também fez parte deste objetivo, penetrar e fazer a propaganda do partido diante os explorados. Na defesa do governo operário e camponês e a ditadura do proletário. Como também na do internacionalismo proletário.

A conferência de 2021 demonstrou o quanto a militância saiu fortalecida, e isso contribui muito para organizar a luta dos explorados no novo período da luta de classe nacional e internacional. Com disciplina, a militância profissional irá avançar na construção do partido nacional e internacional.

Célula LE

1. Houve consenso dos militantes de que houve uma boa preparação da Conferência por parte da direção. A célula estudou coletivamente os documentos centrais, que nortearam a conferência, incluindo as resoluções. Mas, não conseguiu estudar coletivamente as emendas. Uma falha que precisa ser superada, aumentando o estudo coletivo.
2. Sobre o conteúdo das resoluções, a célula considerou extremamente importante a sua compreensão por todas as células que atuaram centralizadamente na Conferência em torno delas.

Destacamos os pontos:

- a) Que a burguesia é incapaz de proteger os assalariados, de impor o isolamento social. Nosso partido afirmou, desde o início da pandemia, que o poder econômico impõe o isolamento que lhe convém, que lhe favoreça enquanto classe social.
- b) Ponto alto da Conferência foi o debate sobre o movimento operário, tendo formulações vindas da prática, transformação da teoria marxista em prática, por meio da agitação e propaganda nas fábricas, aproveitando as experiências. Muito rico o debate sobre a divisão do movimento operário aprofundada pela Conlutas, e as consequências já previstas em nossa análise programática.
- c) Quando à educação, foi bem discutida a crítica e o combate principista ao EAD, fartamente utilizado em função da pandemia. A burocracia sindical, ao recorrer à farsa da “greve sanitária”, favoreceu a implantação do ensino remoto, que leva ao fechamento de mais salas de aula, e corte de professores. Ficou claro o debate entre a necessidade da unidade entre a

teoria e a prática.

- d) Finalmente, a compreensão da crise econômica e pandêmica pelo conjunto da militância porista servirá para fortalecer mais ainda nossas fileiras. Verificar o acerto de nossa linha política fortalece-nos ainda mais para a próxima etapa da conjuntura de crise sanitária e econômica.
- 3) Foi assinalado o respeito à centralização da Conferência. Como a militância se organiza disciplinadamente, por compreender a importância do programa revolucionário e seu método leninista de organização.
- 4) Com relação à militância dos outros estados, destacamos: Foi importante a autocrítica da cel. PR e a incorporação na coordenação SP, como fator de coesão no processo de reconstrução.
- 5) A Conferência marcou um nível mais alto de nosso crescimento programático. Revelou que as debilidades individuais, diante das pressões burguesas, foram sendo superadas com a assimilação, elaboração e aplicação da linha política, e com o sistemático trabalho de agitação e propaganda, nas condições difíceis da pandemia.
- 6) Foi muito importante a participação de simpatizantes, que estudaram os documentos e vieram preparados para a Conferência.

Célula ZS

A célula considera que a Conferência foi positiva, na medida em que permitiu um balanço político e organizativo rigoroso da atuação do Partido, durante o atípico ano de 2020, marcado pela pandemia, além de ter permitido formular coletivamente os prognósticos e preparar a militância para intervir na luta de classes.

Chamou a atenção a coesão do Partido, ao redor da linha política, em um quadro de tremenda confusão e dispersão nas esquerdas em geral. Isso só foi possível devido à firmeza programática do POR.

O encontro foi bem preparado, não houve improvisações. A escolha do local e demais detalhes organizativos, particularmente os relacionados ao cuidado sanitário, foram importantes para permitir o debate concentrado.

As resoluções deram conta das necessidades práticas da situação, e procuraram avançar na exposição dos laços históricos, que permitem compreender melhor a realidade que pretendemos transformar. Nesse sentido, a Conferência permitiu ao Partido dar mais um passo na construção do programa.

Os documentos foram devidamente debatidos nas células, as apresentações e intervenções do plenário se mantiveram dentro do tema, e revelaram a elevação da militância, que vem avançando na formação de quadros marxistas.

A Conferência não deixou de pôr em relevo os obstáculos a serem superados, principalmente no campo organizativo, demonstrando a importância da crítica e da autocrítica para a construção do partido revolucionário.

Por fim, vale destacar os avanços constatados no trabalho operário do POR. A militância mostrou estar empenhada em penetrar com o programa da revolução e ditadura proletárias no seio da classe operária brasileira, entendendo essa tarefa como a tarefa primordial do Partido.

Regional Paraná

A Conferência de São Paulo mostrou a correção da linha política geral e a adotada na pandemia, de não se adaptar à pressão da burguesia e das correntes, que impuseram o “distanciamento social”, não como o método científico para atenuar o contágio, mas, apenas para manter os movimentos na paralisia, colaborando dessa forma com os ataques sofridos pelas massas.

Evidenciou-se também o amadurecimento dos quadros parti-

dários, refletido no alto nível dos documentos e resoluções, e na elaboração coletiva que avança. Sem dúvida, é resultado da assimilação dos princípios bolcheviques de organização, aliada à aguerrida intervenção durante todo o ano de 2020, e os primeiros meses de 2021, em que o Partido deu um salto na sua intervenção junto ao movimento operário e outros. Nesse amadurecimento, ressalta o papel da direção, que manteve a iniciativa diante de todos os combates e mudanças da situação. A importância do funcionamento partidário foi enfatizada, principalmente nos casos em que houve retrocessos.

Outro importante avanço que a Conferência refletiu foi o trabalho junto à classe operária, que nesta pandemia, enfrentou a duríssima agressão do capital, com a cumplicidade das burocracias sindicais bloqueando sua reação e organização. O Partido manteve sua intervenção direta nas principais batalhas nas fábricas afetadas pelas demissões e/ou fechamento, em defesa de bandeiras principistas, como a ocupação das fábricas, expropriação sem indenização das que fecharem, etc. A manutenção da propaganda está tornando concretas essas bandeiras, e mais operários e militantes assimilam a linha do partido.

As resoluções sobre a educação e a juventude também revelaram o impulso na elaboração programática, destacando-se a crítica ao avanço do EaD, incremento do controle ideológico, assim como o reforço do obscurantismo religioso. Ademais, a resolução destaca a deterioração das condições de vida da juventude, desemprego, rebaixamento salarial, em síntese, a decomposição geral. A Conferência referendou as bandeiras que o POR defende: um sistema único de ensino, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, vinculado à produção social, sob o controle de quem trabalha e estuda. O que só pode se concretizar através da estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino.

Por último, merece ser mencionado o documento sobre o Estado de São Paulo como um passo importante na elaboração programática. O conhecimento aprofundado da formação social do país e de cada região é uma necessidade, para a correta intervenção e desenvolvimento do partido, ainda mais no caso de São Paulo, que concentra a parte mais desenvolvida da economia e o núcleo da classe operária, assim como o núcleo da burocracia sindical.

Célula LN

A Conferência Regional/São Paulo do POR este ano iniciou com destaque para o contexto atual, diante de uma pandemia as contradições do sistema capitalista em decadência se aprofundaram.

Nacional

Seguindo o método organizativo do partido, os trabalhos começaram pela análise da situação nacional, a tese construída para esse debate foi aclamada pela plenária. O debate em torno ao conteúdo se aprofundou quanto à política burguesa de isolamento social, e na traição das burocracias sindicais por detrás da mesma bandeira burguesa, assim se sobressalta a política de conciliação de classes, e o resultado que é a destruição da independência de classe.

Os problemas descarregados em consequência da crise econômica, combinado com a crise sanitária atual, acelera a destruição de forças produtivas; o resultado dessa aceleração pode ser visto no processo de desindustrialização, que acontece pelo mundo afora, e que na semicolônia o quadro se agrava, dado ao atraso econômico e o desenvolvimento do capitalismo desigual e combinado. Um exemplo disso é o fechamento da Ford no país. Esse quadro, combinado com os problemas engendrados pela crise sanitária, expõe a necessidade da organização da classe operária para enfrentar a burguesia, que sustenta o capitalismo e sua barbárie social, em choque com as necessidades das massas exploradas e massacradas

ainda mais na pandemia. Dessa forma, a necessidade do programa revolucionário internacionalista se coloca objetivamente.

São Paulo

Tratando da situação do Estado de São Paulo especificamente, ficou em evidência a força da classe operária nesta região que, com o processo de desindustrialização, vem sendo duramente atacada pelo desemprego, pois, concentra os polos industriais no país. São Paulo, por conter esse marco da industrialização, berço das lutas e conquistas da classe operária brasileira, levou a Resolução a fazer um precioso levantamento sobre o percurso de movimentos grevistas, mostrando a força coletiva, e o esmagamento que vem sofrendo com a burocracia venal, que se constituiu por cima dos trabalhadores no ABC paulista, com ênfase que se ergueu no final da ditadura militar, reconstituindo uma central única sindical, a CUT, no entanto, conduz ao abismo os operários, dada sua política de conciliação, que destrói a independência de classe e a democracia operária. Essa condição nos coloca em uma nova etapa da luta de classes. Até onde temos informação, o POR foi a única corrente de esquerda consequente a caracterizar, expor e combater o fracasso da política do isolamento social burguesa e, assim, mostrar a incapacidade do capitalismo de superar a crise econômica e os desdobramentos dessa, como as doenças pandêmicas.

Movimento operário

A Conferência trouxe uma resolução específica sobre o movimento operário, sua explanação se fez em torno ao trabalho operário realizado pelo POR e a organização da comissão operária, que mostrou que, dessa forma, pode levar mais a militância à porta das fábricas, para propagandear e agitar, com os boletins Nossa Classe, as ideias programáticas do partido. Esse trabalho tem se consolidado, um exemplo dessa consolidação foram as respostas ao fechamento da FORD, e a traição sindical diante do que fazer.

Educação e Juventude

O “meio virtual”, como resposta das esquerdas reformistas e centristas para o enfrentamento das crises, ficou em destaque na resolução da educação e sobre a juventude e suas tarefas. Vale ressaltar o avanço do ensino a distância na educação básica, e a incoerente defesa dessa forma arquitetada e orquestrada pelos governos que, em parceria com as “fundações financistas da educação”, vêm ampliando o seu plano de privatização/terceirização e “desresponsabilização” com o ensino básico, ensino este que se constituiu como um grande quinhão dessas “fundações” que aplicam e vendem o ensino à distância. No ensino básico, se concentra a maioria dos estudantes e crianças, que dependem do ensino público, que pode ser transformado em “investimento” para os parasitas da educação.

Os sindicatos precisaram responder aos governos, diante da imposição da volta as aulas presenciais em meio a enormes picos de morte provocados pelo Covid-19, mas a resposta está atrelada à política dos governos de isolamento social, e defesa do ensino a distância. Assim, deflagraram uma “greve sanitária”, que se constituiu num boicote ao trabalho presencial na prática, com o intuito de fechar as escolas e garantir a vacinação para os professores prioritariamente. Esse corporativismo é a barreira para erguer a luta em defesa da educação pública.

A juventude, na pandemia, vem sendo duramente atacada. O elevado número de desempregados entre os jovens mais pobres e da pequena burguesia arruinada se eleva, agora se soma a dificuldade de acesso à educação com o avanço do ensino à distância na educação básica. A violência policial nas favelas se mostra cada vez mais agudizada, o aparato policial do Estado se especializa

cada vez mais nas táticas de extermínio, os planos e protocolos de restrição da política de isolamento social da burguesia servem de suporte à matança, alimentado pelas tendências militaristas e fascizantes do governo federal. Com a desigualdade educacional/social, somada ao desemprego, a juventude está diante de uma maior mutilação.

Boletins Internos

A célula do LN teve acordo com as emendas apresentadas pela Regional Pernambuco, que propunham substituir “esquerdistas” por “essas correntes de esquerda” (no ponto 13 da Resolução Nacional), e substituir “burocracia esquerdista” por “burocracia de esquerda” (ponto 14 da mesma Resolução). Ainda no BL 04 estava a fundamentação: “Consideramos que esquerdista é aquele que manifesta o desvio do esquerdismo. Usar como sinônimo de ‘de esquerda’ nos parece impreciso”. O partido precisa utilizar os conceitos de maneira clara e precisa.

Nos pontos 13 e 14 da Resolução Nacional o conceito de “esquerdista” aparece, na nossa análise, para caracterizar as correntes/partidos que se colocam à esquerda do PT, partido dirigente da esquerda. Refere-se, portanto, principalmente ao PSOL e PSTU. Seria mais preciso, portanto, a caracterização de reformistas e centristas, como já aparecem em diversas passagens da Resolução, inclusive nos pontos 13 e 14.

Disciplina partidária: organização da conferência

Foram rigorosas as medidas sanitárias tomadas, se manteve distanciamento, o uso de máscaras, higienização permanente do microfone, após a fala de cada camarada. Os trabalhos foram realizados no tempo, não houve atrasos, a militância se mostrou concentrada e preparada. As falas foram muito precisas, e tocavam nos pontos-chaves, elevando o debate e a compreensão das teses e resoluções.

Por fim, encerramos colocando a preciosidade de participar de uma Conferência tão elevada em suas ideias e programa, por fazer parte de um organismo vivo, atuante e firme que, diante de sua elaboração programática e coletiva, empunha a defesa do método e da classe operária, mostrando-se consequente e realista, capaz de seguir adiante com seu propósito num momento histórico, que nos leva incondicionalmente a defender a revolução socialista internacionalista, como a única saída para enfrentar o capitalismo em sua franca decadência diante da destruição massiva de forças produtivas e de uma pandemia.

Célula UN

A Conferência selou a trajetória de combate programático às crises econômica, sanitária e de direção da maioria oprimida. Sua realização foi a materialização condensada da linha proletária, encarnada pela militância ao longo de um ano de enfrentamento a um dos momentos mais graves vividos pelo proletariado mundial. A realização dessa Conferência marca, não apenas a história de um Partido, mas a história do operariado internacional, que padece da crise de direção. Demos um passo pequeno, diante das necessidades da classe operária mundial, mas sólido na reconstrução da IV Internacional.

A conferência comprovou as palavras de Lênin: sem ideias revolucionárias não há ação revolucionária. O acerto da linha política e o acerto organizativo não podem ser entendidos em separado. A militância compareceu à Conferência, tendo nas mãos um árduo e rico trabalho realizado, como resultado da assimilação teórica e prática da linha política. A formulação do isolamento social de classe e a defesa de uma resposta própria do proletariado para a pandemia, o que pressupunha a organização de assembleias presenciais e da luta por um programa emergencial prole-

tários, foram determinantes para guiar a militância, e combater a forte pressão exercida pela burguesia, que disseminaram profundo terror. Sem tais formulações, a militância estaria inteiramente suscetível às orientações burguesas, e sua prática expressaria tão somente a fraqueza programática do Partido.

O Partido pôde ser a ação consciente do proletariado, na medida em que encarnou o Programa, e, ao encarná-lo, permitiu que se desenvolvesse o programa, e que amadurecesse o próprio Partido. É assim, que a Conferência colocou em relevo o trabalho operário. Destaca-se a resolução específica do movimento operário, que, ao analisar historicamente o desenvolvimento da política de conciliação de classes, desde a redemocratização até os dias de hoje, permitiu entender suas diferentes fases: 1) progressiva, no combate ao governo militar, na constituição da CUT e na defesa, ainda que limitada, das reivindicações do proletariado; 2) contrarrevolucionária, quando o PT alça ao governo, estatizando profundamente os organismos de massas, e adormecendo o instinto de revolta da classe operária; e 3) subordinação a um governo ultradireitista, fascizante, fase em que se observa a total renúncia à luta pelas reivindicações mais elementares do proletariado, como emprego e salário. A política de conciliação de classes tem servido para viabilizar integralmente os ataques da burguesia, a exemplo da aplicação da MP 936. A política reformista sai da condição de combate ao regime militar para servir de sustentáculo a um governo militarizado. Destaca-se também o informe organizativo da Comissão Operária, sendo a primeira vez que é apresentado esse balanço de modo independente ao balanço mais geral.

Na discussão do movimento operário, ganhou relevo o caso da Ford. A Conferência expressou a experiência viva da militância, no combate ao encerramento total da produção dessa montadora. Foi possível dimensionar a destruição do instinto de classe do proletariado, incapaz de se erguer contra o desemprego em massa. A contenção da luta, promovida pelo reformismo, tem por consequência um enorme retrocesso da classe. Destaca-se a defesa da “estatização, sob o controle operário”, bandeira que não havia sido formulada no fechamento da Ford em 2019. Uma precisão importante de nossa resposta ao fechamento de fábricas. Manter-se em contato com a classe operária permitiu à militância vivenciar a inaplicabilidade do isolamento social da burguesia. Permitiu à militância viver a tragédia da demissão em massa em meio à pandemia de um vírus tão mortífero. Permitiu que se pusessem à prova as convicções. Permitiu reafirmar a necessidade de destruir o capitalismo.

A realização da Conferência, em meio à tragédia social, reafirma o objetivo estratégico de lutar pela Revolução Proletária.

2. CONFERÊNCIA NORTE

Nos dias 06 e 07 de março, os militantes do partido e simpatizantes discutiram e aprovaram duas resoluções: a resolução nacional e a resolução política sobre Rondônia e Amazonas. A Conferência também debateu o informe do Balanço de atividades de 2020 da regional, e se encerrou com a leitura do Manifesto “Viva as Conferências Regionais do POR!”.

Contando com militantes de São Paulo e do Nordeste, e com os militantes e simpatizantes da região, a I Conferência do POR no Norte representou um passo fundamental para a construção do partido como a vanguarda proletária organizada em todas as regiões do país.

Organização dos trabalhos

Nas exposições feitas pelos camaradas, nos grupos de discussão bem como nas plenárias, o objetivo central da Conferência era elevar os quadros do partido e a militância simpatizante que o acompanha, para debater as questões centrais da conjuntura, e a

linha política do partido frente a estas questões.

No primeiro dia, a abertura dos trabalhos realizou-se com uma breve exposição, lembrando que, exatamente em 6 de março de 2021, comemoravam-se os 102 da realização do I Congresso da III Internacional, que teve lugar entre 2 a 6 de março de 1919. As adversidades da realização daquele I Congresso nem se comparam às adversidades que enfrentamos hoje, já que os revolucionários bolcheviques sofriam o bloqueio econômico internacional, e uma guerra civil, impulsionada pelo imperialismo europeu. O paralelo da exposição buscou apenas revelar que as adversidades, como a de realização de nossa Conferência de forma presencial e num quadro de profundo colaboracionismo das direções reformistas com a política burguesa, são parte da luta dos revolucionários, e que nossa Conferência reivindica as bandeiras dos primeiros congressos da III Internacional, sobretudo o seu internacionalismo e a defesa intransigente da ditadura do proletariado.

Com a exposição de elementos centrais da Resolução Nacional, os companheiros foram divididos em grupos, para debate dos pontos. A divisão em grupos visava a uma compreensão mais homogênea de toda a Resolução pelos militantes e simpatizantes. Na Plenária da Resolução, a discussão geral girou em torno das consequências políticas e econômicas do entrelaçamento das crises econômicas e pandêmica, da ação das diferentes frações burguesas e seus partidos, que apresentaram aparentes divergências quanto à condução da pandemia, do domínio do grande capital financeiro para o desdobramento da crise econômica ainda em 2021, com a guerra comercial, a disputa pela imunização pelas empresas farmacêuticas e as contrarreformas dos governos. Também houve destaque para as medidas que, em 2020, os governos e os capitalistas executaram, e que contribuíram para o aumento do desemprego, do rebaixamento salarial e do aumento da miséria. A barbárie e a destruição das forças produtivas, inclusive, o controle da ciência pelo grande capital, tornam-se mais evidente no período atual. A conclusão da necessidade de combater o reformismo e suas variantes que bloqueiam a classe operária e o conjunto dos explorados, bem como a necessidade de erguer o partido revolucionário e sua estratégia de poder, colocam-se na ordem do dia.

No segundo dia, a exposição inicial ocorreu por companheiros da região, que levantaram aspectos históricos, sociais e econômicos, tanto do Estado de Rondônia quanto do Amazonas, onde há a militância porista. Também houve debate em grupo para aprofundar as teses conclusivas, que tinham como essência revelar: (a) o modo como o desenvolvimento desigual e combinado constituiu a região norte e suas particularidades; (b) revelar a forma como o capitalismo penetrava na região caoticamente, destruindo a floresta amazônica, as etnias indígenas, e mantendo o atraso e a pobreza da maior da população. Debateu-se também nos grupos, e depois na votação das propostas e da resolução a questão da particularidade desse desenvolvimento industrial restrito à capital do Amazonas, e como as contradições a partir desse desenvolvimento se protejam pelo estado do Amazonas, bem como por toda a região norte. A exploração da mão-de-obra fabril no Polo Industrial coloca aparentemente a capital como uma “ilha”, criando o terceiro maior PIB industrial do país, e o sexto maior PIB municipal brasileiro. Entretanto, a aparência de “ilha” se desfaz, ao perceber como se conecta com a pobreza geral do estado e da região, e mesmo com a miséria da cidade que, conta, por exemplo, com um dos piores saneamentos básicos do Brasil, e com mais de 50% da população vivendo sob a informalidade ou o desemprego, e em “subaglomerados humanos” (palafitas, cortiços, ocupações, favelas, etc.). Ou seja, o rico desenvolvimento industrial da Zona

Franca de Manaus é parte do desenvolvimento desigual e combinado do país e explica, por exemplo, a intensidade e a virulência com que a pandemia do coronavírus atingiu o município, tanto em 2020, quanto neste início de 2021.

Balanço de Atividades

Embora o balanço de atividades refira-se às atividades internas do partido e sua atuação nos movimentos, é importante aqui destacar – até por ser a I Conferência da Região – as conclusões do debate que ocorreu em Plenária.

A primeira delas diz respeito ao avanço do partido em permitir uma elaboração coletiva para que a resolução regional fosse desenvolvida, e nascesse da necessidade de elevação geral da militância. A segunda delas diz respeito a que Primeira Conferência ocorreu apesar da pandemia, apesar das dificuldades de locomoção, piorados pelos decretos estaduais, apesar, inclusive, da vacilação de companheiros que não queriam se expor neste momento em que a barbárie, que se manifesta abertamente por meio da mortandade do Covid, está tão evidente.

Sem dúvida, e esta é a conclusão mais importante da discussão e da realização da Conferência da Regional Norte, a I Conferência fortaleceu todos os militantes e simpatizantes que dela participaram, porque, como afirmava Lênin, ao escrever, em 1920, sobre o I Congresso da III Internacional, a política revolucionária, comunista, que buscamos preservar e atuar em torno, dirige-se para a maioria, para os milhões que, abandonados pelos milhares e dezenas de milhares de reformistas, padeciam e padecem dos baixos salários, do desemprego, da falta de assistência básica, para continuarem existindo, e que sofrerão ainda mais a barbárie capitalista, se não se erguer a direção revolucionária da classe operária e das massas empobrecidas de cada país.

Com um viva aos documentos das conferências, à Primeira Conferência do POR da regional Norte, e à Revolução Proletária, a Conferência se encerrou, reafirmando a necessidade de lutar contra os governos, os capitalistas e todos os traidores da classe operária e dos explorados, e em defesa da ditadura e da revolução proletárias.

3. CONFERÊNCIA NORDESTE Regional CE

Lançamento do livro:

A experiência de realizar uma atividade pública, aproveitando-se da presença de crdas. das demais regionais para a conferência se tem mostrado acertada. O lançamento do livro foi realizado na noite anterior à abertura da atividade, contou com a exposição de um crda. de SP, e permitiu um elevado debate, centrado especificamente no tema da publicação.

As resoluções apresentadas

A elaboração da resolução nacional foi importante, para sintetizar a linha já desenvolvida no último período (entrelaçamento das crises, bloqueio à luta imposto pela burocracia sindical, que seguiu as frações burguesas na política de isolamento social, etc.), e enriquecê-las com os dados mais recentes da situação política. A resolução sobre o Nordeste procurou avançar a compreensão do partido sobre as particularidades históricas e do desenvolvimento capitalista regional, tarefa que vem tendo continuidade, desde as últimas conferências regionais. Os documentos foram apreciados e votados com algumas alterações. Quanto a este último, o debate em plenário amadureceu o entendimento de que seria mais correto substituir, em alguns trechos, o termo ‘nacional-reformismo’

por ‘nacionalismo’, ainda que não tenha sido previamente formulado por escrito, como uma proposta de modificação, por nenhuma célula. O debate sobre desequilíbrios regionais, desenvolvimento harmônico das regiões e desenvolvimento desigual e combinado tende a ser realizado, no futuro, em melhores condições.

Disciplina

A conferência foi bem conduzida, mas revelou a existência de falhas na preparação das mesas. As intervenções, no geral, foram disciplinadas dentro das questões levantadas pelos documentos; tem sido cada vez menor a presença de falas descritivas, que desviam da análise central dos documentos. A conferência mostrou que houve avanço na homogeneidade da militância, quanto à compreensão do programa expresso nos documentos. As células debateram os documentos políticos com antecedência. Foi negativo o atraso na chegada, assim como a saída antes da hora, de contatos que estiveram presentes na atividade. Por outro lado, a participação ativa dos ex-crdas. de Mo. foi bastante positiva; o que ressalta a importância da tarefa de buscar um maior envolvimento dos ex-crdas. nas atividades partidárias.

Balanços de atividades

Foi importante a aprovação de uma resolução organizativa na segunda parte da conferência, dedicada à discussão dos balanços. Os balanços em geral refletiram o trabalho das células. realizados em seus locais de atuação, suas dificuldades e acertos, seus problemas organizativos, a linha desenvolvida, a intervenção realizada etc. As células apresentaram seus balanços, assim como a CRNE. A coord. Ceará considera correta a avaliação crítica da CRNE, de que seria necessário um balanço seu. Houve balanços defeituosos, como o da C2 de CE, e balanços mais bem elaborados, do como a da célula do RN, e algumas falhas na condução do segundo dia de trabalhos, como a interrupção da apresentação do balanço do CE pela célula de PE. A discussão dos balanços foi rica. Ressaltou-se a necessidade de manter com regularidade o trabalho operário, do cuidado na aproximação dos contatos do setor, da importância de fortalecer o trabalho entre a juventude, tanto universitária como secundarista, e outros pontos.

4. SOBRE AS 3 CONFERÊNCIAS Regional RN

Elaboração Coletiva

Foi positivo que as três Conferências Regionais assumiram a tarefa de elaborar suas próprias resoluções, abordando os aspectos específicos de cada região, e vinculando com a questão nacional. E a Resolução Nacional serviu para nortear as Conferências no sentido da elaboração da linha política do partido, em nível nacional.

As resoluções foram elaboradas com certa antecedência, o que permitiu a militância estudar e discutir nas células, e propor modificações. Um aspecto negativo foi o fato de terem havido propostas de emendas de última hora, o que dificultou a leitura e discussão coletiva nas células.

A resolução da Conferência Norte dá um importante passo para aprofundar a elaboração programática do partido sobre a região Norte. Destacamos a necessidade, colocada na conferência, de avançar na compreensão das relações de produção pré-capitalistas existentes na região, a exemplo do garimpo. Também

destacamos a discussão sobre qual setor da classe operária se destaca no Norte, em que as greves levantes de Jirau e Santo Antônio, nas obras do PAC, deram destaque para os operários da construção civil, mas que se tem enfraquecido; por outro lado, há um avanço do operariado rural na fronteira agrícola da soja; por fim, destacamos a classe operária da Zona Franca de Manaus, que possui um maior peso estratégico, por estar concentrada na grande indústria.

A resolução Nordeste traz um avanço na compreensão do nacional-desenvolvimentismo ao longo da história do Brasil, o que é um tema importante, dado o caráter do capitalismo de desenvolvimento desigual e combinado, que se manifesta com muita força na região Nordeste. A célula do RN avalia a necessidade de aprofundar na compreensão das diferenças entre os conceitos “nacional-desenvolvimentismo” e “nacional reformismo”.

A resolução SP aprofunda a elaboração do partido, não só sobre a região Sudeste, mas sobre a história do Brasil, e o conflito entre centralismo e federalismo, que se manifesta até hoje. Foi importante ter resoluções específicas, que expressaram a intervenção do partido nas várias frentes de atuação (movimento operário, educação, juventude). O elevado nível de elaboração das resoluções da conferência SP mostra que ainda há relativa desigualdade na elaboração teórica entre as regionais.

Participação da militância

No geral, houve boa participação da militância, o que garantiu o caráter coletivo da elaboração, discussão e deliberação da linha do partido. As conferências expressaram a elevação dos quadros.

Na conferência SP, pudemos notar que praticamente toda a militância interveio no plenário, o que mostra um grande comprometimento. Na Conferência Nordeste, houve o problema de que uma parte da militância não se inscreveu, o que mostra a necessidade de haver uma maior preparação da militância nas células.

A conferência Norte, a militância, incluindo novos militantes, tomaram para si a tarefa de materializar a Conferência, o que foi muito positivo. Um aspecto negativo foi a ausência de uma parcela de militantes da região, o que precisa ser avaliado pela regional.

Foi importante que militantes de uma regional participaram das outras Conferências. Destacamos a célula do RN, que conseguiu estar presente nas três Conferências, o que mostra um comprometimento e preocupação dos militantes com a construção do partido em nível nacional, e um esforço também para se formar enquanto quadros.

Disciplina

No geral, as Conferências expressaram uma elevada disciplina da militância. Não houve dispersão. As falas foram objetivas e sintéticas, sem muitas repetições. O tempo de fala foi rigorosamente respeitado. A militância seguiu disciplinadamente todas as orientações dadas pelas coordenações.

Organização do evento

Todas as Conferências tiveram uma boa organização. Destacamos o empenho das três regionais em conseguir locais em que pudessem garantir o necessário distanciamento. Esse aspecto é importante, dada a resistência que tem havido por parte das direções sindicais e escolas em conceder espaços, em virtude das pressões da política burguesa do isolamento social. Houve também cuidados com a proteção sanitária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

150 anos da Comuna de Paris

Iniciamos a campanha com uma exposição dos principais fatos históricos e fundamentos marxistas da revolução proletária, que deu lugar à Comuna de Paris, em 1871. Entre 18 de março e 28 de maio, o jornal Massas publicará documentos, artigos e notas sobre a Comuna.

Em 18 de março de 1871, tinha lugar, em Paris, a primeira revolução proletária da história a tomar o poder, e estabelecer um governo próprio dos oprimidos. A Comuna durou tão somente 74 dias, e terminou com um banho de sangue jamais visto, empreendido pelos carrascos burgueses de Versalhes. A burguesia e a aristocracia reacionária de toda a Europa ficaram horrorizadas, não apenas com a ousadia dos trabalhadores, mas com o profundo significado que isto representava: o dobro de finados sobre o reino de exploração das classes dominantes. A Igreja juntou-se ao coro dos carneiros, e amaldiçoou a profana tentativa dos comunardos de estabelecer um governo que tinha por finalidade a libertação da classe operária.

A Comuna de 1871 abriu a era das revoluções proletárias no século XIX. A ideia de que a classe operária pudesse tomar o poder com armas na mão, e dar origem a um governo independente da burguesia, era insuportável para os conservadores burgueses, e as mais diversas autocracias monárquicas. Enquanto durou, a Comuna despertou um ódio furioso dos capitalistas, que se voltou, igualmente, contra todas as organizações da classe operária e, em especial, contra a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), sob a direção de Marx. A derrota sangrenta não conseguiu apagar das cabeças mais esclarecidas da classe operária – antes a reforçou – a ideia já contida no *Manifesto Comunista*, de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. As revoluções do século XX que expropriaram a burguesia, a exemplo da Revolução de Outubro, não fizeram mais do que reafirmar a principal lição da Comuna: a classe operária não pode chegar ao poder, senão pela revolução social; e sua ditadura de classe nada mais é que a transição à sociedade sem classes, o comunismo.

É certo que no período de século e meio que nos separa da Comuna, os trabalhadores de todo o mundo amargam um retrocesso inaudito, em meio a uma brutal decomposição do capitalismo. Suas tarefas e seus problemas, contudo, já não são os mesmos. Ficou para trás a época em que os trabalhadores apenas idealizavam a possibilidade de chegar ao poder, onde a ideia de revolução e governo operário não passavam de uma distante utopia. Hoje, partimos de um ponto mais alto (com a ampla experiência dos estados operários), embora nosso objetivo permaneça o mesmo. Comemorando o sesquicentenário da gloriosa e heroica Comuna, temos o dever de lutar pela superação da crise de direção revolucionária (aberta com



A Comuna de 1871 abriu a era das revoluções proletárias no século XIX. A ideia de que a classe operária pudesse tomar o poder com armas na mão, e dar origem a um governo independente da burguesia, era insuportável para os conservadores burgueses, e as mais diversas autocracias monárquicas.

a traição do estalinismo), e reatar os elos rompidos da luta de classes internacional.

A guerra numa cidade sitiada

A Comuna de Paris foi resultado direto da guerra franco-prussiana de 1870-71, diziam os fundadores do socialismo científico, Marx e Engels. A guerra movida pela Prússia contra a França teve como um de seus objetivos despertar o espírito nacional alemão, e unificar os inúmeros ducados e principados, sob a liderança Prússia, na moderna Alemanha. A estrondosa derrota do exército francês em Sedan, e a inesperada captura do próprio imperador, Luís Bonaparte, tornou inevitável a proclamação da República (a 4 de setembro de 1870), como um passo necessário à rendição.

As dificuldades militares da guerra contra a Prússia tinham levado o governo da França, ainda nos tempos da monarquia, a aumentar o contingente da Guarda Nacional, de 60 para 254 batalhões. Esta Guarda Nacional não era nada além da tradicional milícia formada por civis que, em tempos de paz, se dedicava a assegurar a ordem e a vigilância urbana. Pelo menos 200 mil parisienses integraram a Guarda, no auge da guerra franco-prussiana. A sua ampliação

como ‘mal necessário’, criou um problema interno e suplementar para a burguesia: o armamento do proletariado. Segundo Engels, “*para fins de defesa, todos os parisienses aptos a pegar em armas entraram na Guarda Nacional e foram armados, de modo que os operários formavam agora a grande maioria*”. A recém proclamada república burguesa, sob a chefia de Thiers, Jules Favre e Picard, sem tropas e sem esperança, desmoralizada e cercada pelo inimigo, capitulou, sem nenhuma resistência. As indenizações de guerra exigidas por Bismarck serão duras. Vão, da cessão das províncias da Alsácia e Lorena e o pagamento de 200 milhões de francos, ao desarmamento completo dos soldados e abertura de Paris para que suas tropas desfilem, em homenagem ao imperador Guilherme I. As humilhantes condições de paz impostas pela Prússia não passariam sem despertar ódio entre os trabalhadores de Paris, e o sentimento contrário à rendição.

O governo burguês republicano sabia que a reação armada do povo, e o risco de se repelirem os exércitos prussianos dos arredores de Paris, representaria um enorme risco à propriedade privada burguesa, especialmente quando ele se encontrava praticamente desarmado, e os operários de Paris na posse de canhões e metralhadoras. Em 28 de janeiro de 1871, o governo Thiers capitula, e aceita as condições da derrota. Fortificações foram entregues, trincheiras



Entre todas as fraquezas da Comuna, a ausência de uma direção revolucionária, que soubesse perfeitamente o que queria, mostrou-se fatal.

desarmadas, e as poucas tropas oficiais colocadas em situação de prisioneiras de guerra. O governo fez recair, de imediato, sobre as massas, as indenizações (moratória das promissórias, aluguéis e dívidas, que deviam ser pagas imediatamente, assim como a eliminação dos salários dos guardas nacionais), mas foi a tentativa de desarmamento da Guarda, o estopim que fez explodir o levante.

18 de março: os trabalhadores impõem a Comuna

O desarmamento da Guarda, ordenado por Thiers, equivalia ao desarmamento do proletariado. Na manhã do dia 18, tiveram início os primeiros combates. As tropas do general Lecomte recusam-se a disparar contra a multidão, e rebelam-se. Lecomte e o também general Clément Thomas foram presos e fuzilados. Thiers, horrorizado, fugiu de Paris para Versailles. Paris ficou em poder da Guarda Nacional. No dia 26, foram realizadas eleições de 92 conselheiros comunais e, no dia 30 de março, o governo operário foi instaurado formalmente.

Entre suas primeiras ações, diz Engels, “a Comuna aboliu o recrutamento e o exército permanente, e proclamou a Guarda Nacional, à qual deviam pertencer todos os cidadãos capazes de pegar em armas, como o único poder armado”. Marx, que escreveu uma brilhante análise da Comuna, em sua Guerra Civil na França, dirá que: “a Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis em qualquer momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna havia de ser, não um corpo parlamentar, mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo”. Essa foi a grande lição da Comuna, que permitiu a Marx vislumbrar “a forma política por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho”. Em outras palavras, a Comuna relevou, pela primeira vez, que a classe operária não podia apoderar-se da máquina estatal burguesa já pronta, mas, ao contrário, teria de destruí-la, e edificar seu próprio Estado operário, para governar. São conhecidas as inúmeras medidas tomadas pelo governo revolucionário: separação entre Igreja e Estado (fim da interferência da Igreja na escola – incluindo a retirada de símbolos religiosos, nos assuntos públicos, e fim da subvenção pública à Igreja; salário médio de um operário a todos os empregados públicos da comuna; eleições de todos os cargos administrativos, judiciais e docentes, com revogabilidade de mandato; abolição do trabalho noturno, proteção ao trabalho das mulheres, etc.

A ausência do partido revolucionário e a derrota sangrenta

Malgrado a composição variada de grupos, a direção da Comuna esteve, praticamente, nas mãos dos blanquistas, partidários de ações pústchistas, apoiadas numa minoria bem preparada militarmente. Formavam a maioria entre os conselheiros, e no CC da Guarda Nacional. Os proudhonianos, então membros da AIT, compunham a ala minoritária, embora tivessem influência decisiva na maioria dos decretos econômicos. Marx observou com ironia que, na direção política da Comuna, blanquistas e proudhonianos,

realizassem exatamente o oposto do que defendiam em suas formulações teóricas. Explicação possível apenas pela presença massiva dos explorados, que ditavam as medidas a partir das condições concretas da luta. A Comuna, contudo, não teve tem-

po de pôr em prática a maioria de suas medidas. Cometeu erros brutais, como a não expropriação do Banco da França (quando, tanto o dinheiro, como os meios materiais, tornavam-se escassos), o pouco esforço em levar a revolução ao restante do país (como em Lyon e Marselha), a ausência de um programa agrário, que permitisse o apoio camponês, e a recusa a marchar a Versailles, e esmagar a contrarrevolução. Erros que expressavam, em parte, a pressão das camadas pequeno-burguesas, na esperança de um acordo com a grande burguesia e, em parte, a incapacidade do proletariado em submetê-las ferreamente à sua autoridade. Enquanto a Comuna se debatia na falta de centralização política e militar, assim como na magnanimidade para com o inimigo, a reação unificada conseguia o apoio da Europa monárquica, e um acordo com Bismarck para a libertação de dezenas de milhares de soldados, prisioneiros de guerra, com o objetivo de esmagar a Comuna.

As batalhas sangrentas bairro a bairro, rua a rua, nas barricadas, e com o fuzilamento sumário de prisioneiros comunardos foi imposta pela ‘canalha burguesa’ sobre a Comuna. A 28 de maio, caía o último foco de resistência; a Comuna estava liquidada, e o preço, em vidas operárias, estimado em 20 mil mortos.

Os bolcheviques, e sobretudo Trotsky, em seu balanço da Comuna, ressaltaram a ausência do partido revolucionário como o principal fator que levou ao esmagamento da revolução. Entre todas as fraquezas da Comuna, a ausência de uma direção revolucionária, que soubesse perfeitamente o que queria, mostrou-se a maior e fatal. O proletariado parisiense, desde 1848, não conseguira forjar uma direção testada em anos de preparação e luta, armada com um programa e métodos claros, que se preparasse firmemente para a revolução.

Nos 150 anos da Comuna, rendemos homenagem aos revolucionários e aos milhares de trabalhadores que tombaram, defendendo a causa da emancipação humana. Muito tempo se passou desde 1871. Entre sua época e a nossa, medeia já um longo intervalo de tempo, rico em grandes experiências, que não fizeram mais do que ressaltar o caráter bárbaro do capitalismo agônico, repleto de guerras, epidemias, fome e desespero. Em nossa época, é urgente que a vanguarda classista volte suas energias para a construção do partido marxista-leninista-trotskista. A mais nobre de todas as formas de honrar a memória dos mártires da Comuna é levantar alto a bandeira do Partido Mundial da Revolução Socialista – a IV Internacional – e lutar junto aos explorados para sepultar o domínio da burguesia imperialista.

Em 18 de março de 1871, o proletariado parisiense tomou o poder do Estado e instalou a Comuna, que passou a ser denominada de Comuna de Paris. Foi derrotada em uma semana de combate feroz, de 22 a 28 de maio do mesmo ano.

A Comuna foi defendida heroicamente pela população parisiense. Esse enfrentamento ficou conhecido historicamente pela “Semana Sangrenta”. A reação burguesa desfechou toda sua fúria de classe opressora, para esmagar a primeira revolução proletária mundial, que confirmava os fundamentos científicos de Marx e Engels. Em 2001, publicamos dois folhetos, quando a Comuna cumpria 130 anos. Em 2011, ampliamos e reeditamos o folheto dos “140 anos da Comuna de Paris”. Agora, iniciamos a campanha dos 150 anos. Nada melhor do que ter como ponto de partida a publicação do capítulo III, do livro “O Estado e a Revolução”, de Vladimir Ilyich Ulianov, Lênin. Dividimos em duas partes, devido ao espaço.

Viva a Comuna de Paris!

“O Estado e a Revolução”, capítulo III A experiência da Comuna de Paris (1871)

Análise de Marx

1. Onde Reside o Heroísmo da Tentativa dos Comunardos

Como se sabe, alguns meses antes da Comuna, no outono de 1870, Marx, pondo de sobreaviso os operários parisienses contra o perigo, demonstrava-lhes que qualquer tentativa para derrubar o governo era uma loucura, fruto do desespero. Mas, quando, em março de 1871, a batalha decisiva foi imposta aos operários, e estes a aceitaram, quando a insurreição se tornou um fato consumado, Marx saudou com entusiasmo a revolução proletária. Apesar dos seus prognósticos desfavoráveis, Marx não persistiu em condenar por pedantismo um movimento “premature”, como o fez o renegado russo do marxismo Plekhanov, de triste memória, cujos escritos instigadores encorajavam à luta os operários e camponeses em novembro de 1905, e que, depois de dezembro de 1905, gritava como um verdadeiro liberal: “Não deviam pegar em armas!”

Marx, no entanto, não se limitou a entusiasmar-se, diante do heroísmo dos comunardos, “tomando o céu de assalto” segundo a sua expressão. Muito embora o movimento revolucionário das massas falhasse ao seu objetivo, Marx viu nele uma experiência histórica de enorme importância, um passo para a frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos. Marx se esforçou em analisar essa experiência, para tirar dela ensinamentos táticos, e revisar sua teoria à luz dela.

A única “correção” que Marx julgou necessário introduzir no Manifesto Comunista, ele a fez, segundo a experiência revolucionária dos comunardos de Paris. O último prefácio do Manifesto Comunista, assinado conjuntamente pelos dois autores, data de 24 de junho de 1872. Karl Marx e Friedrich Engels dizem ali que o programa do Manifesto “está hoje envelhecido em alguns pontos”.

“A Comuna, sobretudo, demonstrou que não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins”.

As últimas palavras entre aspas dessa citação foram tiradas da obra de Marx: *A Guerra Civil na França*. Assim, Marx e Engels atribuíam enorme importância a uma das lições fundamentais da Comuna, que a introduziram, como modificação essencial, no Manifesto Comunista.

É bem característico que essa importante correção tenha sido deturpada pelos oportunistas, e que seu sentido seja, provavelmente, desconhecido por nove décimas partes, se não por

noventa e nove por cento dos leitores do Manifesto Comunista. Dessa deformação, falaremos num dos capítulos seguintes, consagrado especialmente às deformações. Aqui, bastará salientar a “interpretação” corrente, vulgar, da famosa declaração de Marx, acima citada, que supostamente Marx sublinha aqui a ideia do desenvolvimento lento, em oposição à tomada do poder, e assim sucessivamente.

Na realidade, é justamente o contrário. A ideia de Marx é que a classe operária deve destruir, romper, a “máquina do Estado”, não se limitando apenas a apoderar-se dela.

Em 12 de abril de 1871, isto é, precisamente durante a Comuna, Marx escrevia a Kugelmann:

“Reli o último capítulo do meu 18 de Brumário. Afirmo que a próxima tentativa da revolução na França já não será, como foi até agora, transferir de uma mão a outra o aparato burocrático-militar, mas destruí-lo (zerbrechen: a palavra é grifada por Marx no original). Eis a condição preliminar para qualquer revolução popular do continente. Eis também o que tentaram fazer os nossos heroicos camaradas de Paris (Neue Zeit, XX, 1, 19011902, p. 709).

Essas palavras – “destruir o aparato burocrático-militar do Estado” – condensam a grande lição do marxismo, a propósito do papel do proletariado revolucionário com relação ao Estado. E é precisamente esta lição que se esquece completamente, e que a “interpretação” dominante do marxismo, obra de Kautsky, deturpa completamente!

Quanto ao 18 de Brumário, já anteriormente citamos por extenso a passagem a que se refere Marx.

Nessa passagem, há principalmente dois pontos a assinalar. Primeiro, Marx limita sua conclusão apenas ao continente. Isso era compreensível em 1871, quando a Inglaterra era ainda um modelo de país puramente capitalista, mas sem casta militar e, até certo ponto, sem burocracia. Eis por que Marx excluiu a Inglaterra, onde a revolução, e mesmo a revolução popular, parecia possível, e o era, sem a destruição prévia do “aparato do Estado”.

Hoje em 1917, na época da primeira grande guerra imperialista, essa limitação feita por Marx perde a validade. Tanto a Inglaterra como os Estados Unidos, os maiores e últimos representantes – no mundo inteiro – da “liberdade” anglo-saxônica, no sentido de que carece de militarismo e burocracia, afundaram completamente no pântano infecto, sangrento, comum a toda a Europa, das instituições burocrático-militares, que a tudo submetem e esmagam. Atualmente, tanto na Inglaterra como na América, “a condição prévia para uma revolução verdadei-

ramente popular” é igualmente a desmontagem, a destruição da “máquina do Estado” (criada e desenvolvida, nesses países, com uma perfeição “europeia”, imperialista em geral, nos anos de 1914-1917).

Em segundo lugar, o que merece uma atenção especial é essa profunda observação de Marx, de que a destruição da máquina burocrática e militar do Estado é a “condição prévia de qualquer revolução verdadeiramente popular”. Essa expressão – “revolução popular” – parece estranha vinda de Marx, e os adeptos de Plekhanov na Rússia, assim como os mencheviques, esses discípulos de Struve, desejosos de passar por marxistas, poderiam tomá-la como lapso por parte de Marx. Reduziram o marxismo a uma tergiversação tão liberal, que, para eles, nada existe fora da antítese entre revolução burguesa e revolução proletária, e, inclusive, essa antítese é interpretada com a rigidez escolástica.

Marx não se perdeu em utopia; esperava que a experiência do movimento de massas lhe proporcionasse a resposta à pergunta referente às formas específicas que assumiria essa organização do proletariado como classe dominante, e de que modo exato em que essa organização se combinaria com a mais completa, mais consequente “conquista de democracia”.

Se tomamos para exemplo as revoluções do século XX, temos de reconhecer que as revoluções portuguesa e turca foram revoluções burguesas. Nenhuma delas, no entanto, é uma “revolução popular”, pois, em nenhuma delas, a massa do povo, sua imensa maioria, se manifesta de forma ativa, independente, em nenhum grau notável, com suas próprias reivindicações econômicas e políticas. Em compensação, a revolução burguesa na Rússia, em 1905-1907, sem ter tido os “brilhantes” resultados da portuguesa e da turca, foi, sem contestação, uma revolução “verdadeiramente popular”; aqui, a massa do povo, a sua maioria, as suas camadas sociais “inferiores”, esmagadas sob o jugo da exploração, sublevaram-se de forma independente, e impuseram em o todo o curso da revolução a marca de suas reivindicações, das tentativas de construir a seu modo uma nova sociedade no lugar da antiga sociedade, que estava sendo destruída.

Em nenhum dos países da Europa continental de 1871, a maioria do povo era constituída pelo proletariado. Uma revolução “popular” que realmente arrastasse em uma torrente a maioria, somente podia ocorrer se abarcasse, tanto o proletariado, quanto o campesinato. Ambas as classes se unem pelo fato de que são oprimidas e esmagadas pelo “aparato militar do Estado”. Destruir essa máquina, demoli-la, tal é o objetivo prático do “povo”, da sua maioria, dos operários e dos camponeses; tal é a “condição prévia” para uma aliança livre dos camponeses pobres com os proletários. Sem essa aliança, a democracia precária e a transformação socialista são impossíveis.

Era para essa aliança, como se sabe, que tendia a Comuna de Paris, que falhou por uma série de razões de ordem interna e externa.

Consequentemente, ao falar de uma “verdadeira revolução popular”, Marx, sem desconsiderar os traços particularidades da pequena burguesia (dos quais se referiu com frequência),

levou em conta, estritamente, o verdadeiro equilíbrio das forças de classes na maioria dos países continentais da Europa, em 1871. Por outro lado, constatava que a “destruição” do aparato estatal correspondia aos interesses dos operários e camponeses, que os une, que lhes coloca a tarefa comum de suprimir o “parasita” e substituí-lo por algo novo.

Com que substituí-lo, concretamente?

2. Com que substituir o aparato do Estado, uma vez destruído?

No Manifesto Comunista, em 1847, Marx ainda não dava a essa pergunta senão uma resposta completamente abstrata, ou, para ser exato, assinalava as tarefas, mas não a forma de realizá-las. A resposta que dava o Manifesto Comunista era que esse aparato devia ser substituído “pelo proletariado organizado como classe dominante”, por meio da “conquista da democracia”.

Marx não se perdeu em utopia; esperava que a experiência do movimento de massas lhe proporcionasse a resposta à pergunta referente às formas específicas que assumiria essa organização do proletariado como classe dominante, e de que modo exato em que essa organização se combinaria com a mais completa, mais consequente “conquista de democracia”.

Na Guerra Civil na França, Marx submete a experiência da Comuna, limitada como era, à análise das mais minuciosa. Citemos as passagens principais dessa obra:

Originado na Idade Média, no século XIX, se desenvolveu “o poder centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero, magistratura”. Com o desenvolvimento dos antagonismos de classe entre o capital e o trabalho, “o poder do Estado assumiu cada vez mais o caráter de uma força pública organizada para reprimir a classe operária, o caráter de um aparato de dominação de classe. Depois de cada revolução, que dê um passo adiante na luta de classes, o caráter puramente coercitivo do poder do Estado se destaca cada vez mais com maior relevo”. Depois da revolução de 1848-49, o poder do Estado torna-se “o grande instrumento nacional da guerra do capital contra o trabalho”. O segundo Império não fez senão consolidá-lo.

“A Comuna foi a antítese do Império”. Foi “a forma “específica” de “uma república que não somente teria de abolir a forma monárquica da dominação de classe, senão a própria dominação de classe (...)”.

Em que consistia essa forma “específica” de república proletária socialista? Que espécie de Estado começou a Comuna a criar?

“(…) O primeiro decreto da Comuna foi (...) a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado (...)”.

Essa reivindicação encontra-se, hoje, no programa de todos os partidos que se dizem socialistas. Mas, o real valor de seus programas fica demonstrado pela conduta de nossos socialistas revolucionários e mencheviques, aqueles que, imediatamente depois da revolução de 27 de fevereiro, de fato, se negaram a levar à prática tal reivindicação!

“(…) A Comuna foi constituída por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal, nos diferentes bairros de Paris. Eram responsáveis e podiam ser removidos em qualquer momento. A maioria de seus membros era, naturalmente, de operários ou de representantes reconhecidos da classe operária (...)”.

“(…) A polícia, até então agente do governo central, foi imediatamente despojada das suas atribuições políticas, tornando-se um agente responsável e, em qualquer momento, removida (...) da Comuna. O mesmo princípio foi aplicado a todos os funcionários da administração

(...). Dos membros da Comuna até o escalão mais baixo, a remuneração do serviço público não devia ser superior a um salário normal do operário. Os privilégios e os gastos de representação dos altos cargos do Estado desapareceram junto com os altos cargos (...).

“Suprimidos o exército permanente e a polícia, instrumentos da força material do antigo governo, a Comuna decidiu destruir o instrumento de repressão espiritual, o poder do clero (...) Os magistrados perderam a sua aparente independência (...). De agora em diante, seria eleitos, responsáveis e revogáveis (...).”

Assim, a Comuna de Paris, aparentemente, substituiu o aparato estatal destruído “só” por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, eleição e revogabilidade de todos os funcionários públicos. Na realidade, porém, este “só” representa a substituição gigantesca de determinadas instituições por outras instituições, de tipo radicalmente diferentes. É esse, justamente, um caso de *“transformação de quantidade em qualidade”*: a democracia, implantada de maneira tão completa e consequente que se pode conceber, se converte de democracia burguesa em democracia proletária; de Estado (força especial para reprimir uma determinada classe) em algo que não é o Estado propriamente dito.

É necessário ainda conter a burguesia e esmagar sua resistência. Para a Comuna, isso era particularmente necessário, e uma das causas de sua derrota foi não se ter lançado a fundo nessa tarefa. Mas, na Comuna, o órgão de repressão era a maioria da população, e não mais a minoria, como sempre foi o caso da escravidão, da servidão e da escravidão assalariada. Ora, uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma *“força especial”* de repressão! É nesse sentido que o Estado começa a se extinguir. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções

do poder político, e, quanto mais o próprio povo assumir essas funções, tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder.

A esse respeito, é particularmente notável uma das medidas tomadas pela Comuna e destacada por Marx: supressão de todos gastos de representação, de todos os privilégios pecuniários dos funcionários públicos, redução dos soldos de todos os servidores do Estado, até o nível do *“salário operário”*. Isso mostra, claramente, que a passagem da democracia burguesa à democracia proletária, da democracia dos opressores à democracia das classes oprimidas, do Estado como *“força especial”* para a repressão de uma determinada classe, à repressão aos opressores pela força geral da maioria do povo, operários e dos camponeses. É nesse ponto, particularmente notável – talvez o mais importante, no que diz respeito ao problema do Estado, que as ideias de Marx foram relegadas ao esquecimento! Os inúmeros comentários dos vulgarizadores não tocam nele! É *“costume”* se calarem sobre o assunto, como se tratasse de uma *“ingenuidade”* antiquada, exatamente como os cristãos, quando sua religião se tornou religião oficial, *“esqueceram”* das *“inge-*

nuidades” do cristianismo primitivo, com seu espírito revolucionário democrático.

A redução geral dos vencimentos dos altos funcionários do Estado parece ser *“simplesmente”* a reivindicação de uma democracia ingênua e primitiva. Um dos *“fundadores”* do oportunismo moderno, o ex-socialdemocrata Eduardo Bernstein, muitas vezes, repetiu as mediocres zombarias burguesas sobre a democracia *“primitiva”*. Como todos os oportunistas, e como os kautskistas do nosso tempo, Bernstein absolutamente não compreendeu que a passagem do capitalismo ao socialismo é impossível sem um certo *“retorno”* à democracia *“primitiva”* (como podem, de outro modo, ser desempenhadas as funções do Estado pela maioria da população e pela população toda?). Em segundo lugar, não viu que essa *“democracia primitiva”*, baseada no capitalismo e na civilização capitalista, não é a mesma democracia primitiva, dos tempos pré-históricos ou da época pré-capitalista. A civilização capitalista criou a grande produção, as fábricas, as estradas de ferro, o correio,

o telefone, etc., sobre essa base, a grande maioria das funções do velho *“poder do Estado”* tem simplificado e podem ser reduzidas a operações tão simples de registro, de inscrição, de fiscalização, que essas funções se tornarão inteiramente acessíveis a todos os cidadãos de instrução primária, mediante o *“salário operário corrente”*, e podem e devem perder até o último vestígio de caráter privilegiado e *“hierárquico”*.

Todos os funcionários públicos, sem exceção, sujeitos à eleição e revogação a qualquer momento, com seus soldos reduzidos ao nível de um *“salário operário corrente”*, estas simples e *“evidentes”* medidas democráticas, ao mesmo tempo que unificam totalmente os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem de ponte que conduz o capitalismo ao socialismo. Essas medidas correspondem à reorganização do Estado, à reorganização exclusivamente política da sociedade. Logo,

porém, adquirem seu pleno sentido e importância, somente em conexão com a *“expropriação dos expropriadores”*, seja em realização ou em preparação, isto é, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social.

“A Comuna – escreveu Marx – transformou a consigna de todas as revoluções burguesas, governo barato, em uma realidade, ao abolir as duas maiores fontes de gastos: o exército e a burocracia”.

Entre os camponeses, como nas outras camadas da pequena burguesia, só uma ínfima minoria consegue *“subir”* e *“vencer”*, no sentido burguês da palavra. Isto é, só poucos indivíduos chegam a uma situação abastada, de burgueses ou funcionários públicos e privilegiados. Em todo o país capitalista, onde há campesinato (como acontece na maior parte dos países capitalistas), a imensa maioria do campesinato se acha oprimida pelo governo, e aspira sua derrubada, aspira um governo *“barato”*. É esta uma ação que só o proletariado pode realizar, dando assim um passo para a transformação socialista do Estado.



(...) na Comuna, o órgão de repressão era a maioria da população, e não mais a minoria, como sempre foi o caso da escravidão, da servidão e da escravidão assalariada. Ora, uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma “força especial” de repressão!

Nesta edição:

- **Argentina:** 45 anos do golpe civil-militar, ordenado pela grande burguesia e pelo imperialismo .
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional****Argentina**

45 anos do golpe civil-militar, ordenado pela grande burguesia e pelo imperialismo

Realizemos atos, campanhas, mobilizações, no dia 24. É importante manter a viva a Memória coletiva e ativa. Uma maneira de se contrapor ao uso que a mídia e os governos querem dar a esse dia.

Embora repitamos algumas ideias, é preciso enfrentar a lavagem cerebral, que se quer fazer todos os dias, para que esqueçamos o que aconteceu – quem são os responsáveis, quem são as vítimas, como a ditadura está presente hoje.

O grande capital começou a preparar o golpe, devido à incapacidade do governo peronista de conter as massas, apesar de sua atitude fortemente repressiva, e de sua decisão de adotar políticas abertamente antinacionais e antioperárias, como as do “Rodrigazo”. Em junho de 1975, a classe operária impôs uma greve geral, a primeira grande greve contra um governo peronista.

O objetivo do golpe e da maior repressão da história foi destruir a vanguarda militante, suas organizações políticas, sociais e sindicais. Impedir um maior avanço do processo de radicalização e organização política, como parte do processo mundial. E acabar violentamente com a situação que se abriu com o Cordobazo. Esta foi uma condição necessária, para poder impor uma política econômica, de maior saque e aumento da exploração do trabalho, arrancando da classe operária suas maiores conquistas.

Não foi a primeira vez que houve uma repressão sangrenta e criminalização do movimento operário. Isso já havia socorrido na Patagônia, nas Oficinas Vasena, no dia 1º de maio do início do século, na Libertador. Mas nunca nesta dimensão, devido à amplitude e a massividade dos movimentos.

Tomamos a data do dia 24, que é a data do golpe militar, mas a repressão sangrenta começou muito antes, desde o go-

verno de Perón-Isabel. Desde o massacre de Ezeiza, desde a criação da Triple A, com o assassinato e prisão de centenas de militantes, com a intervenção em todas as províncias, que não se sujeitaram ao governo nacional.

O golpe de março foi preparado muitos meses antes. As Câmaras empresariais discutiram o programa do futuro governo. Martínez de Hoz, presidente da Acindar, principal siderúrgica do país, será nomeado ministro da Economia. O grande capital começou a preparar o golpe, devido à incapacidade do governo peronista de conter as massas, apesar de sua atitude fortemente repressiva, e de sua decisão de adotar políticas abertamente antinacionais e antioperárias, como as do “Rodrigazo”. Em junho de 1975, a classe operária impôs uma greve geral, a primeira grande greve contra um governo peronista.

O golpe militar fez parte de uma ofensiva continental, o “Plano Cóndor”, que coordenou a repressão em nossos países, sob a direção dos Estados Unidos. Nunca esqueçamos da responsabilidade essencial dos Estados Unidos em todos os golpes na América Latina e em todos os golpes militares na Argentina. A coordenação veio de muitos anos antes, dos serviços de inteligência e das forças repressivas do Paraguai, Argentina, Chile, Uruguai, Brasil e Bolívia. Também não esqueçamos a cumplicidade da hierarquia da Igreja, principalmente a católica, que apoiou o golpe e o governo militar.

O golpe genocida e a repressão tiveram o apoio dos partidos políticos, que colaboraram com os funcionários da ditadura. A direção do radicalismo deu seu apoio e recomendou acabar com a “guerrilha fabril”, em uma clara alusão aos conselhos de delegados e comissões operárias internas. A mídia teve papel de destaque na propaganda da ditadura e na ocultação da repressão e das lutas. Seu papel sinistro nunca pode ser esquecido.

O golpe teve o apoio de boa parte da burocracia sindical, que anteriormente colaborava com grupos terroristas armados do Estado. Para os burocratas, o crescimento das correntes de classe e antiburocráticas, que ameaçavam recuperar os sindicatos dos trabalhadores, era um perigo. Muitos desses buro-

cratas entregaram as listas dos setores mais combativos à ditadura, os chamados “colaboracionistas”. Outros, diretamente se acovardaram e prostraram.

A burguesia, suas empresas, câmaras de negócios e seus partidos políticos aderiram ao golpe. Não houve um único setor empresarial que enfrentasse o golpe e o plano econômico. Boa parte da pequena burguesia, assustada com o caos econômico e a radicalização social, assimilou o discurso da ordem e apoiou, deixando os militares agirem livremente. Outra parte procurou resistir junto à classe operária.

A classe operária, desde cedo, começou a resistir, isolada, e a ganhar confiança na sua luta, apesar de as suas organizações terem sido dizimadas, e ter sido o principal alvo da repressão. No final de 1976, a Peugeot estava paralisada, exigindo e obtendo a libertação de 6 ativistas sequestrados. No início de 1977, grandes lutas dos trabalhadores eletricitários mobilizaram o sindicato na capital, e desencadearam uma onda de greves. Já em 1978, foram calculados 4.000 conflitos, e a primeira ocupação de fábrica foi realizada em março, sob a ditadura. Para retomar o controle do movimento operário, a burocracia começou a modificar sua atitude em relação à ditadura, e convocou um Dia Nacional de Protesto, em 1979, e outro, em 1981.

E cresce a luta democrática pelo aparecimento dos militantes sequestrados vivos, pela liberdade dos presos, e pela punição dos assassinos. Avançam os organismos dos direitos humanos, e começam a ganhar as ruas, com suas denúncias. Em 1977, foi fundada a Praça das Mães de Maio, que se tornaria a referência mais forte, pela sua atitude decidida de ocupar a Praça de Maio com as suas reivindicações, apesar do sequestro da sua primeira presidenta e de várias mães do grupo inicial. Sua luta obstinada e corajosa sempre ocupará um lugar extraordinário na história nacional e internacional.

Essa luta obstinada golpeou, um por um, todos os compromissos dos partidos, governos, juízes, igrejas, que pretendiam uma anistia aos repressores, perdão aos militares assassinos, acordos de “reconciliação”, indultos, pontos finais, Leis do esquecimento, 2 x 1, pedidos de libertação dos “pobres velhinhos”, a manobra de indenização aos familiares, procura dos restos mortais, apuração da “verdade”, etc. Se os julgamentos continuaram, se mais de mil repressores foram processados e condenados, e muitos continuam presos, é graças a essa luta, que a burguesia e os militares não conseguiram quebrar, e que se estendeu a outros movimentos, que seguiram o seu exemplo.

Toda essa conquista é um mérito da luta popular contra a democracia burguesa, que procurou todos os meios para “fechar as feridas”, e acabar com essa história, ou nas palavras de Alberto Fernández, “virar a página”.

A burguesia utilizou a oposição entre “ditadura” e “democracia”, para defender, ao pé da letra, a sua ditadura de classe, grande parte da sociedade foi arrastada a defender a democracia como um valor universal, confundindo-a com a defesa das liberdades democráticas, ocultando, assim, o caráter de classe desse regime. E será no altar da democracia que ocorrerá o maior entreguismo e desnacionalização do patrimônio nacional e o maior ataque às conquistas dos trabalhadores, em décadas. Na democracia burguesa, o plano que a ditadura não pôde levar até o fim foi concretizado, como aconteceu, também, no Chile.

Esta ficção da democracia burguesa não pode ser reformada

ou aprofundada, como pretendem alguns esquerdistas. Devemos sempre desmascarar que se trata da ditadura do capital.

Não só o poder está hoje nas mesmas mãos que esteve sob a ditadura, mas também esse poder está muito mais concentrado. Os latifundiários, os banqueiros e as multinacionais avançaram na centralização de seu poder. A intervenção dos serviços de inteligência dos Estados Unidos e de Israel, e de outras potências, bem como dos grandes meios de comunicação, combinados com a colonização da justiça, fizeram com que as formas da democracia burguesa fossem fortemente restringidas. Hoje, a capacidade desses poderes de pressão, extorsão e esgotamento do país é muito mais forte do que há 4 décadas.

A tarefa de fazer justiça, de extirpar da sociedade as bases materiais do golpe, ainda estão pendentes, só podem ser resolvidas com a expulsão do imperialismo, com a recuperação de todas as empresas e todos os recursos vitais, acabando com as multinacionais, com a nacionalização do capital financeiro e comércio exterior, com a expropriação dos latifundiários. Foram eles que mandaram, financiaram e se beneficiaram com a ditadura militar.

Essa tarefa cabe à classe operária, dirigindo a maioria oprimida, derrubar a ditadura do capital, seu Estado, impor um governo operário-camponês, dos oprimidos da cidade e do campo. Só então, podemos começar a construir uma nova sociedade, o socialismo, aquela com que nossos pais, nossos irmãos, nossos companheiros e camaradas sonharam, e pela qual lutaram. Vingaremos, com a revolução social.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 389, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

ADQUIRA COM O DISTRIBUIDOR
DO JORNAL **Massas**

\$5

**Boletim do
Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão Português - Junho 2020 - R\$ 5,00

Diante a crise econômica, política e social desencadeada pelo coronavírus

Combater os governos burgueses, para impor nosso próprio plano de emergência, baseado na democracia operária e nossos métodos de luta

Seleção de declarações e artigos internacionais, nacionais, publicados nos últimos três meses, sobre a catastrófica crise que vivenciamos.

Erguer bem alto as bandeiras da Revolução Proletária!



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas, nº 630, apresentamos algumas considerações de Lênin, sobre a necessidade de desenvolver uma nova disciplina no trabalho, expostas no “Discurso no III Congresso de toda a Rússia de Sindicatos”. Devido à riqueza de formulações, damos continuidade à exposição.

Estava clara a tarefa de superar a contradição entre o campesinato e o proletariado, que incidia sobre a reconstrução da economia, baseada na propriedade social dos meios de produção, e dirigida pelo Estado soviético. A revolução havia atendido às necessidades e aos interesses das massas camponesas, oprimidas pelos latifundiários. A sua libertação consistiu em uma tarefa democrática, realizada sob a ditadura do proletariado. Lênin recorda que os oprimidos do campo se apegaram à bandeira da Assembleia Constituinte e soberania popular, sem, contudo, se depararem com a palavra “ditadura”. Foi só com a experiência, sob o poder soviético, que começaram a compreender a nova situação que se abriu, com a derrubada dos capitalistas e latifundiários.

Os primeiros passos na construção do socialismo mostraram que a luta de classes prosseguia, e a ditadura do proletariado passava a ter novos significados. Assim formula Lênin: “É preciso meditar sobre os métodos e condições, que permitirão ao proletariado, que tem em suas mãos um aparato de coerção tão forte como o Estado, poder atrair o camponês como trabalhador, e vencer sua resistência como proprietário, ou neutralizá-lo”. (...) “Está claro que é correto dizer que fizemos muito, nos apoiando nisto (meios coercitivos), mas, ao mesmo tempo, temos outro método, por meio do qual o proletariado exerce o papel de organizador, depois de ter passado pela escola do trabalho, pela escola da aprendizagem e pela disciplina da fábrica capitalista. Devemos saber organizar a vida econômica sobre uma nova base, mais perfeita, levando em conta e utilizando todas as conquistas do capitalismo” (...). “Para o campesinato, as coisas eram mais fáceis e mais compreensíveis, quando enfrentava seu inimigo secular: o latifundiário. Não necessitava compreender a relação existente entre o poder dos operários e a necessidade de acabar com o livre comércio”.

Lênin insiste que a superação do livre comércio exigia organizar as forças do proletariado, no processo de reerguer a economia, sobre a base da grande indústria. Nessa tarefa, se encontrava a função da organização soviética e da ditadura do proletariado, na forma de “poderosa força organizada e organizadora, uma força de influência moral sobre todos os trabalhadores, entre eles as massas trabalhadoras não proletárias”. Em síntese, a classe operária teria de se valer das experiências herdadas do capitalismo – como a disciplina do trabalho –, mas, ao mesmo tempo, criar uma nova disciplina, de acordo com o objetivo de construção do socialismo. A nova disciplina tinha por premissa “aprender a ser bons organizadores”.

Essa transformação no interior do proletariado, que de classe dominada passou a ser classe dominante, não ocorria de uma hora para outra. Nas palavras de Lênin: “Mas, a

criação de novas formas de disciplina social exige décadas”. (...) “A capacidade de organização se desenvolve a partir da grande indústria maquinizada. Na história, nunca existiu outra base material que o trabalho produtivo desempenhado por milhões de homens, de acordo com um plano traçado de antemão, e com os meios da grande indústria maquinizada. Aqui, não coincidem os interesses do proletariado e do campesinato. Aqui, se abre um período de difícil luta, isto é, uma luta contra o campesinato. Mas, por outro lado, devemos demonstrar ao campesinato que não lhe resta outra saída, senão marchar junto aos operários, e ajudar o proletariado, ou então cair de novo sob a dominação dos latifundiários”.

Posta a questão entre o proletariado e o campesinato nesses termos, Lênin indica a necessidade de influenciar moralmente os trabalhadores do campo. Reconhece que pouca serventia tinham os métodos coercitivos, quando se tratava de “resolver o problema da diferenciação econômica do campesinato”. Uma dura luta política, econômica e organizativa teria de ser travada, para separar o camponês trabalhador dos camponeses ricos (kulaks). As conquistas da disciplina do trabalho no erguimento da grande indústria embasariam a força moral do proletariado coeso, sobre as massas camponesas dispersas.

É nesse âmbito que Lênin retoma a explicação da relação entre o poder da ditadura proletária e a autoridade individual, aplicada na reconstrução econômica. A resolução da tarefa de forjar uma unidade sobre a base da vontade consciente na indústria e na agricultura se impunha, como condição para romper as travas das relações capitalistas e, inclusive, superar o atraso de uma importante parcela do proletariado. A “unidade da vontade”, é, nas palavras de Lênin, “uma consigna que implica um prolongado e cotidiano esforço”. E completa: “Todos os discursos sobre a igualdade de direitos são supérfluos. Não travamos a luta de classes sobre a base da igualdade de direitos, nem podemos fazê-lo, se o proletariado tem de triunfar. Pode triunfar, porque temos milhares de homens disciplinados, que expressam uma única vontade. Pode vencer a dispersão econômica dos camponeses, entre os quais não existe uma base comum que coesiona o proletariado na fábrica, nas cidades” (...) “A vontade de milhares e milhares de homens pode ser expressa por uma pessoa. Esta complexa vontade se forja pela via soviética. Em nenhum país do mundo, houve tantos congressos operários e camponeses como no nosso; por esse meio, desenvolvemos uma consciência esclarecida”. (...) “Somos materialistas, e não podemos nos satisfazer com a força da autoridade” (...) “Observamos que, neste aspecto, nos supera o velho instinto burguês, mais forte que nós; devemos reconhecer com franqueza. O velho hábito pequeno-burguês de administrar as empresas individualmente, de procurar fortalecer o livre comércio, são mais fortes que nós”.

Esse franco reconhecimento das dificuldades em combater as velhas heranças e de abrir caminho para um novo curso de construção econômica era indispensável para combater as forças que se interpunham à tarefa de edificar a grande indústria, e impulsionar as transformações socialistas.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXIII, Akal Editor)